



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES DIGITAIS - PPGIHD

**As concepções de jovens e adultos com deficiência intelectual
sobre o mercado de trabalho e as TICs**

Alba Valéria Vargas Rodrigues

Nova Iguaçu – Rio de Janeiro
Dez. 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES DIGITAIS - PPGIHD

As concepções de jovens e adultos com deficiência intelectual sobre o mercado de trabalho e as TICs

Sob a orientação da Professora Doutora
MARCIA DENISE PLETSCH

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Humanidades Digitais, no Programa de Pós-Graduação em Humanidades Digitais, Área de Concentração em Análise Qualitativa e Quantitativa de Dinâmicas Sociais.

Nova Iguaçu – Rio de Janeiro
Dez. 2023

**UFRRJ / Biblioteca do Instituto Multidisciplinar / Divisão de
Processamentos Técnicos**

379
R696c
T

Rodrigues, Alba Valéria Vargas, 1979-
As concepções de jovens e adultos com
deficiência intelectual sobre o mercado de trabalho
e as TICs / Alba Valéria Vargas Rodrigues. - 2023.
118 f. : il.

Orientadora: Márcia Denise Pletsch.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Humanidades Digitais.
Bibliografia: f. 100-109.

1. Inclusão e cidadania - Teses. 2. Pessoas com
deficiência - Emprego - Teses. 3. Humanidades
digitais - Teses. 4. Inovações tecnológicas -
Teses. 5. Mercado de trabalho - Teses. I. Pletsch,
Márcia Denise. II. Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Humanidades Digitais. III.
Título.



ATA Nº 136 / 2024 - PPGIHD (11.39.00.16)

Nº do Protocolo: 23083.003902/2024-14

Nova Iguaçu-RJ, 28 de janeiro de 2024.

ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Às 9:00 (nove horas) do dia 14 de dezembro de 2023, na sala link zoom do Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *campus* Nova Iguaçu, sito na Av. Governador Roberto Silveira S/N, reuniu-se a banca formada por (PPGIHD, UFRRJ, presidente), Márcia Denise Pletsch (PPGIHD, UFRRJ) e Alexandre Fortes (PPGIHD, UFRRJ) e Suzanli Estef (UERJ) para avaliar a dissertação de mestrado denominado ? **As concepções de jovens e adultos com deficiência intelectual sobre o mercado de trabalho e as TICs?** e de autoria do(a) discente Alba Valéria Vargas Rodrigues do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais, realizado sob orientação de Márcia Denise Pletsch. O(A) Presidente deu início à sessão de defesa com a concessão de 20 minutos para apresentação do trabalho pelo(a) candidato(a), findos os quais o(a) Presidente deu início às considerações dos membros da banca, o que ocorreu na seguinte ordem: Alexandre Fortes (PPGIHD, UFRRJ) e Suzanli Estef (UERJ) e as considerações finais foram feitas pela orientadora. Após a defesa a banca deliberou pela aprovação da dissertação.

Os membros da banca teceram a seguinte avaliação quanto ao trabalho apresentado

1. Relevância e adequação do tema: Adequado/Inadequado

Comentário: adequado

2. Atualidade, extensão e relevância das referências bibliográficas:

Adequado/Inadequado
Comentário: adequado

3. Adequação e originalidade da metodologia: Adequado/Inadequado

Comentário: adequado

4. Adequação dos objetivos quanto à relevância e exequibilidade dentro do cronograma:

Adequado/Inadequado

Comentário: adequado

5. Qualidade do manuscrito: Adequada/Inadequada

Comentário: adequado

Findas as avaliações, o(a) Presidente deu por encerrada a sessão de defesa.

(Assinado digitalmente em 28/01/2024 20:44)

ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1308466

(Assinado digitalmente em 28/01/2024 20:06)

MARCIA DENISE PLETSCHE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matricula: 1639282

(Assinado digitalmente em 29/01/2024 13:06)

SUZANLI ESTEF
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 026.246.387-33

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **136**, ano: **2024**, tipo: **ATA**, data de emissão: **28/01/2024** e o código de verificação: **1bcbeea942**

DEDICATÓRIA

Dedico esta pequena obra a todas as pessoas com deficiência que atravessam meus caminhos e me permitem aprender todos os dias uma nova lição, mostrando o quão valiosa é a presença de cada uma delas, para o crescimento de todos nós seres humanos.

AGRADECIMENTO

Agradeço inicialmente a Deus pela oportunidade da vida, transformações que nela posso alcançar através dos conhecimentos e ensinamentos adquiridos.

À minha família e queridos amigos, que acompanham de perto todas as aventuras e estripulias sendo meu alicerce sócio-econômico-político-técnico-prático-médico-amoroso-familiar-emocional-profissional e me ofertando todo e qualquer tipo de suporte diante dos meus surtos, choros, medos, fraquezas, risos frouxos, falta de inspiração, ataques de pânico, crises de ansiedade e devaneios que me acometem ao longo do caminho.

Ao grupo de pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ), em especial a Prof.^a Márcia Denise Pletsch e a todos os seus inspiradores participantes, pelo intercâmbio constante de saberes, descobertas, participação nos eventos e tudo o que foi possível absorver em suas múltiplas esferas para incorporar as minhas vivências. E ainda, a atuação nos projetos, que me presentearam com a aproximação junto a pessoas engajadas, propostas inovadoras, pais e alunos fora da curva, que não se deixam parar diante das barreiras impostas pelo desconhecido, a falta de informação, a invisibilidade social e até mesmo as questões peculiares dentro de suas próprias famílias.

Ao “Boteco” das Humanidades Digitais, no qual compartilhamos nossas curiosidades, esperanças, acolhimentos, relatos, dúvidas, dificuldades e realizamos trocas que nos proporcionaram risos, desesperos e uma Pandemia, mas que nos ajudaram a chegar até aqui mais fortalecidos e capacitados, embora com um pouquinho menos de sanidade mental (risos).

No entanto, os agradecimentos não acabaram...

Em especial agradeço: à Daniele de Castro Alves, por todo suporte logístico e acadêmico no processo de qualificação para o mestrado; à Aline Tomaz, que também me apoiou dando o pontapé inicial para minha entrada no curso e, ainda, correu em sua escrita para ceder seu lugar e orientadora, para que eu pudesse dar continuidade ao programa; ao meu marido Marcelo Goulart, pela paciência, carinhos e mimos, quando me via chorar ao sair do computador, depois de horas, sem ter escrito uma única linha e apenas me abraçava e fazia cafuné até eu me acalmar; à minha amiga (e posso dizer co-orientadora) Natália Rocha, que insistentemente me fez seguir adiante, mesmo quando eu só queria sumir e jogar tudo para o alto, deixando de aproveitar feriados e tempo livre com seus três lindos filhos para dedicá-los a me ajudar; e a minha irmã Andrea Vargas, que mesmo sabendo que sou a ovelha rebelde da família, não desistiu de mim e acreditou no meu potencial, mesmo que eu mesma continue não acreditando.

A todos, cada um em sua instância e especificidade, o meu muito obrigada, de todo meu coração, SEMPRE! Não há palavras suficientes com as quais eu consiga me expressar para trazer o agradecimento a cada um de vocês.

E caso seus nomes não apareçam aqui, por favor, não se magoem, a importância de cada um está marcada em minha memória e coração, por todos os momentos que vivemos juntos, na construção da mulher que venho me tornando e não só nessas breves linhas, direcionadas ao mundo acadêmico. TODOS, sem exceção, tem seu lugar na minha história (♥), infelizmente muitos já não estão mais aqui (no corpo físico), para partilhar desta conquista, mas sei que vibram em demasia, na esfera espiritual, já que são parte de quem eu sou e do tanto que ainda ei de lapidar-me até chegar a minha hora de novamente partir.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

RODRIGUES, Alba Valéria Vargas. **As concepções de jovens e adultos com deficiência intelectual sobre o mercado de trabalho e as TICs.** 2023 115p. Dissertação (Mestrado em Humanidades Digitais) Instituto Multidisciplinar / PPGIHD / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2023.

As escolas ainda enfrentam dificuldades na promoção dos estímulos adequados para o desenvolvimento das habilidades e talentos únicos das pessoas com deficiência intelectual. O pouco uso das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano e no processo de ensino-aprendizagem destes jovens e adultos é um aspecto limitador da inserção destes sujeitos no mercado de trabalho. Isso é ainda mais desafiador, considerando as condições de vulnerabilidade social e carências enfrentadas por esses indivíduos e suas famílias. Muitas vezes, a única renda familiar é o benefício de prestação continuada (BPC) da pessoa com deficiência intelectual, levando-os a exceder-se nos cuidados, privando esses sujeitos de sua autonomia. A sociedade impõe barreiras por meio do preconceito, discriminação e a falta de informação sobre a deficiência, deixando-as à margem das relações sociais e negando suas capacidades colaborativas. Esses paradigmas se mantêm arraigados no coletivo, dificultando a inclusão e invisibilizando às pessoas com deficiência intelectual. A pesquisa objetificou compreender as concepções de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com deficiência intelectual sobre sua inserção no mercado de trabalho através de entrevistas semiestruturadas realizadas em uma escola da Baixada Fluminense. Através da análise das respostas dos entrevistados, percebeu-se que o mercado de trabalho é visto como algo distante de sua realidade. Há um uso insipiente das tecnologias da informação e comunicação, que poderiam ser utilizadas como ferramentas para o desenvolvimento da autonomia e habilidades socioemocionais e técnicas importantes para a transição do estudante para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; Inclusão; Mercado de Trabalho; TICs e Humanidades Digitais.

ABSTRACT

RODRIGUES, Alba Valéria Vargas. **The conceptions of young people and adults with intellectual disabilities about the job market and ICTs.** 2023 115p. Dissertation (Master in Digital Humanities) Multidisciplinary Institute / PPGIHD / Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2023.

Schools still face challenges in promoting appropriate stimuli for the development of unique skills and talents of individuals with intellectual disabilities. The limited use of information and communication technologies in the daily lives and teaching-learning process of these young people and adults is a constraining factor in their integration into the job market. This is even more challenging considering the social vulnerability and hardships faced by these individuals and their families. Often, the sole family income comes from the Continued Benefit (BPC) for the person with intellectual disabilities, leading them to exceed in caregiving responsibilities, depriving these individuals of their autonomy. Society imposes barriers through prejudice, discrimination, and a lack of information about disabilities, leaving them on the sidelines of social relationships and denying their collaborative abilities. These paradigms persist in the collective mindset, hindering inclusion and rendering individuals with intellectual disabilities invisible. The research aimed to understand the perceptions of students in Youth and Adult Education (EJA) with intellectual disabilities regarding their integration into the job market through semi-structured interviews conducted at a school in Baixada Fluminense. Through the analysis of the interviewees' responses, it was observed that the job market is perceived as something distant from their reality. There is a limited use of information and communication technologies, which could be employed as tools for the development of autonomy and important socio-emotional and technical skills for the students' transition to the job market.

Keywords: Intellectual Disability; Inclusion; Job Market; ICTs and Digital Humanities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Perfil dos Entrevistados	56
Figura 2 - Mapa da localização da Escola analisada	58
Tabela 2 - Unidades Pólos dos Distritos de Duque de Caxias	59
Quadro 1 - Rotinas dos Alunos Participantes da Pesquisa	64
Quadro 2 - Formações Familiares	68
Quadro 3 - Concepções sobre Trabalho dos Participantes	74
Quadro 4 - Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por pessoas com deficiência intelectual	78
Quadro 5 - Mercado de Trabalho	83
Quadro 6 - Sonhos e Desejos	87

LISTA DE ABREVIações

AAIDD – Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
ADHO - Conferência da Alliance of Digital Humanities Organizations
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CEE - Coordenadoria de Educação Especial
CONADE - Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
DI – Deficiência Intelectual
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EE - Educação Especial
EJA - Educação de Jovens e Adultos
HD - Humanidades Digitais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBI - Lei Brasileira de Inclusão
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAR - Museu de Arte do Rio de Janeiro
MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
OBEE - Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEE - Plano de Atendimento Educacional Especializado
PIT – Plano Individualizado de Transição
PCD - Pessoa com Deficiência
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde
RJ - Rio de Janeiro
SCZV - Síndrome Congênita do Zika Vírus
SME - Secretaria Municipal de Educação
STF - Superior Tribunal Federal
TA - Tecnologias Assistivas
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UPIAS – Union of the Physically Impaired Against Segregation
ZDP - Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – Direitos sociais, Políticas Públicas e o processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho	23
1.1 – Direitos Sociais e Pessoas com Deficiência (PCD)	23
1.1.1 – No Mundo	24
1.1.2 – No Brasil	31
1.2 – Sociedade, Educação e Deficiência Intelectual	33
Capítulo 2 – Humanidades Digitais, TICs e inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho	41
2.1 – Humanidades Digitais, Tecnologias e Inclusão	41
2.2 – Mercado de Trabalho para pessoas com deficiência intelectual	48
Capítulo 3 - Metodologia da Pesquisa	55
3.1 – Premissas da Pesquisa	55
3.2 – Lócus da Pesquisa	58
3.3 – Procedimentos Éticos e Produção das Categorias de Análise de Dados	60
Capítulo 4 – Estudar, Trabalhar, Viajar... Concepções e Vivências dos jovens com deficiência intelectual sobre o mercado de trabalho e as TICs	62
4.1 – Perfil demográfico dos Participantes da Pesquisa	62
4.2 – O que dizem os sujeitos participantes sobre autonomia?	64
4.3 – Concepções sobre Mercado de Trabalho dos participantes com deficiência intelectual	73
4.4 – Uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por pessoas com deficiência intelectual	78
4.5 – Experiências no Mercado de Trabalho das pessoas com deficiência intelectual entrevistadas	81
4.6 – Sonhos e expectativas para o futuro... ..	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
ESPERANÇAR	96

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
---	------------

APÊNDICE	110
-----------------------	------------

Apêndice 1 – Roteiro Semiestruturado para Entrevista	110
--	-----

Apêndice 2 – Formulário de Consentimento Livre e Esclarecido	112
--	-----

Apêndice 3 – Protocolo de Ética nº 135/2021	115
---	-----

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

(Paulo Freire, 1968)

INTRODUÇÃO

Ao abordamos as concepções sobre o mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, considerando as tecnologias da informação e comunicação (TICs), visamos compreender melhor esse sujeito que vem habitando o ambiente escolar, ao longo de muitos anos e, na maioria das vezes, não realiza uma transição para o mercado de trabalho.

Algumas das questões levantadas para a não continuidade do processo de inclusão nas atividades laborativas são atribuídas à falta de estrutura na formação escolar, cuja ausência de profissionais preparados para atender as especificidades desse público, bem como de cursos profissionalizantes, inviabilizam a preparação da pessoa com deficiência intelectual (Redig; Glat, 2017).

As escolas geralmente não oferecem elementos fundamentais e estímulos adequados para que pessoas com deficiência intelectual desenvolvam suas habilidades, competências, talentos únicos, dons e quiçá superpoderes, possibilitando, através de instrumentos interdisciplinares, diferenciados e singulares, uma abertura de oportunidades para a inserção nas atividades laborativas.

Além da adequada estrutura da escola e preparo das equipes que lidam com o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual na transição educacional para o mundo do trabalho, a participação da família é substancial para o sucesso do processo, pois é um diferencial na construção e aprimoramento da autonomia do indivíduo, dispendo-se na representação do acolhimento, da segurança e do conforto (Da Silva Vencato; Wendling, 2020).

Ademais, a política pública disposta na Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, Lei nº 8213/91 (Brasil, 1991) estabelece a obrigatoriedade de cotas de contratação destinadas a PCDs, o que não é suficiente para a plena inclusão deste indivíduo, o que requer uma “ação conjunta do Estado e da sociedade civil” conforme prevê a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência D3298/99 (Brasil, 1999).

Nesse contexto, a intersetorialidade no atendimento integral à pessoa com deficiência, visando inclusão efetiva desse sujeito, embora fundamental, não é observada de forma ampla nas instituições de acolhimento e desenvolvimento do indivíduo, como redes de saúde, assistência social e na educação (Pletsch;

Calheiros De Sá; Lunardi Mendes, 2021). Desta forma, redes multisetoriais que envolvam também instituições públicas e privadas, que ofereçam postos de trabalhos, seriam capazes de superar o quadro de exclusão e permanência estendida no ambiente escolar.

Cabe refletir que nas condições de vulnerabilidade social e inúmeras carências enfrentadas por estes indivíduos e suas famílias, respaldar-se no Benefício de Prestação Continuada (BPC) da pessoa com deficiência (PCD), muitas vezes é a única renda daquele núcleo familiar, limitando esses sujeitos em seu desenvolvimento para a participação contributiva. É comum que algumas famílias se excedam em cuidados, para manter o PCD em “segurança” e assim não perder a única fonte de renda, para que não passem por dificuldades, que as instâncias governamentais não abarcam, como os dados de nossa investigação mostraram.

Lembrando que o BPC é um benefício concedido como proteção social não contributiva, idosos e pessoas com deficiência, com renda per capita familiar de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Sobrinho, Cunha e Pantaleão (2016) apresentam dados que enfatizam a necessidade de repensar as políticas públicas de inclusão para resguardar os direitos sociais (moradia, alimentação, segurança, saúde e educação) das pessoas com deficiência.

Os autores partem da análise do programa “BPC na Escola” que propõe garantir o acesso e manutenção de crianças e jovens a escola e sua posterior inserção ao mercado de trabalho. O programa monitora pessoas de 0 a 18 anos que recebem o benefício, para inclusão escolar, e os autores questionam as políticas de inserção de um “jovem aprendiz” no mercado trabalho, cujo direito ao benefício é retirado após dois anos de atividade laboral, deixando o indivíduo a mercê da lógica produtiva que o culpabiliza pela manutenção da situação de pobreza.

O desenvolvimento econômico, historicamente, tem delineado as organizações sociais e, recentemente, a definição do ‘outro’ – pobre e deficiente – é produzida de forma independente daquele que é assim classificado. Portanto, entendemos que o acompanhamento e o monitoramento dos beneficiários do Benefício de Prestação – BPC, quanto ao acesso ao ensino, não pode se configurar sob a expectativa de consolidar uma escola que trabalha a partir dos imperativos da inclusão produtiva (Sobrinho; Cunha; Pantaleão, 2016, p.158-159).

Faz-se importante ainda salientar que grande parte dessas pessoas são acolhidas por suas famílias secundárias como tios, avós e/ou irmãos mais velhos, isso quando não são abandonados em instituições, hospitais e até mesmo nas ruas, pelos pais, por vergonha, medo, falta de informação, conhecimento, dinheiro e/ou outros filhos deficientes, ou não, que precisam cuidar e sustentar.

Igualmente, devem ser evidenciadas as barreiras impostas pela sociedade através do preconceito, da discriminação e da resultante desinformação imposta por estruturas sociais estabelecidas e disseminadas por séculos após séculos, nas quais a pessoa com deficiência é considerada inválida, incapaz, desnecessária, sem atributos colaborativos, mantida a margem das relações sociais, esquecida, invisibilizada e com sua autonomia completamente tolhida diante dos constantes paradigmas que insistem em se manter presentes em nossa sociedade (Pletsch, 2014).

As políticas públicas fazem parte da próxima questão a ser levantada, como fator relevante para a realização desta pesquisa, já que é através do melhoramento das políticas já existentes e da criação de novas, que poderemos incluir efetivamente a pessoa com deficiência junto à sociedade (Pletsch; Calheiros De Sá; Lunardi Mendes, 2021).

Ao implantar novas políticas, visando a intersetorialidade, ampliam-se as possibilidades para as ofertas de trabalho, visto que associadas a escola, podem desenvolver novas práticas que estimulem as capacidades, concedendo as pessoas com deficiência intelectual diferentes oportunidades de formação, direcionando-os para as empresas.

Cabe aos projetos, programas e políticas intersetoriais oferecer mais preparo e treinamento, diante das habilidades apresentadas, e/ou suporte em programas de capacitação e crescimento desses sujeitos, tornando acessíveis o desenvolvimento de suas aptidões, talentos e habilidades, por sentirem-se úteis para a sociedade que os acolhe. Isso inclui enxergá-los como ser social, representativo e participante de suas próprias decisões e do grupo em que se mantém ativo.

É importante destacar nesse sentido o papel da tecnologia, e tudo o que através dela podemos adaptar, para ofertar as pessoas com deficiência intelectual, no que tange a sua aprendizagem, preparação para saída da escola, inclusão social, autonomia e sua inserção no mercado de trabalho, já que ela pode e deve estar

presente em todos os contextos, contribuindo para o crescimento desse sujeito e no desenvolvimento de suas práticas e habilidades (Carneiro, 2017).

O uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), estabelecidas por meio dos dispositivos eletrônicos (computadores, celulares, tablets), entre elas, o uso das redes sociais¹ (Facebook, WhatsApp, Instagram), disponibilizam recursos diversos que representam a quebra de paradigmas na comunicação, educação, família, entretenimento, saúde, políticas públicas, democratização da tecnologia e principalmente, a inserção social (Castells, 1999).

Por meio de recursos de imagens, sons, voz, música, dança, artes, realidade virtual e aumentada e com as surpresas que o futuro ainda nos reserva, muitas são as possibilidades de uso da tecnologia para transpassar as barreiras (arquitetônica, urbanística, comunicação e informação, atitudinais, meios de transportes e o acesso as tecnologias) impostas pela sociedade para o crescimento e pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência, conforme aponta o texto da Lei Brasileira de Inclusão nº 1.146/2015 (Brasil, 2015).

Na junção de múltiplas forças que se ramificam para trazer melhorias as frentes voltadas para a inclusão, destacamos as Humanidades Digitais². Com a união de áreas distintas como a Educação, a Comunicação, o Serviço Social, o Direito, as práticas pedagógicas, o mercado de trabalho e as tecnologias, e muitas outras que podem fazer a diferença através desta perspectiva, dispomos de recursos ilimitados na busca de tentativas que nos levem a grandes mudanças.

Os crescentes benefícios que podem ser incorporados as pessoas com deficiência intelectual, propostos pela tecnologia em conjunto com as diferentes áreas citadas, estabelecem proporções ilimitadas as nossas tentativas de mudança, nos permitindo a troca constante de resultados, trabalho colaborativo com perspectivas interdisciplinares. Neste sentido, quanto maior for o papel de destaque da tecnologia no cotidiano das pessoas com deficiência intelectual, maior será a circulação de informação e o impacto que alcançaremos com as Humanidades Digitais.

¹ As redes sociais, em sua maioria, podem ser utilizadas de forma gratuita por todas as pessoas que tenham interesse em realizar e manter contato com públicos diversificados (família, amigos, trabalho, escola, cursos e diferentes áreas de interesse a que se deseja destinar a rede escolhida).

² Humanidades Digitais são um campo de estudo e de práticas transdisciplinares que interseccionam tecnologia e ciências sociais. O assunto é desenvolvido no cap. 2 desta dissertação.

O maior objetivo deste campo de estudos na intersecção com a inclusão de pessoas com deficiência é utilização da tecnologia no desenvolvimento da autonomia e de habilidades socioemocionais (soft skills) requeridas como fundamentais para que as pessoas com deficiência intelectual exerçam suas atividades laborais em condições de igualdade com as demais. O uso de tecnologias é apresentado na LBI como instrumentos que garantem independência, qualidade de vida e inclusão.

Para tal, delimitamos como objetivo geral, a análise das concepções sobre o mercado de trabalho de estudantes com deficiência intelectual em um município da Baixada Fluminense, considerando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). E como objetivos específicos: analisar a partir da narrativa dos sujeitos as expectativas que eles têm em relação ao mercado de trabalho; verificar a partir dessas narrativas o que os estudantes pensam sobre a escola e sua relação com o mercado de trabalho; compreender como eles utilizam as TICs em seu cotidiano e no processo de formação e transição para o mercado de trabalho.

Buscando contribuir com a produção de conhecimento para o desenvolvimento da Educação Especial, através da escolarização e profissionalização, visamos identificar as concepções sobre o mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual em um município da Baixada Fluminense considerando o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Segundo Pessotti (1984 apud Dias; Oliveira, 2013), a história registra diferentes formas de ver a pessoa com deficiência, passando pelo misticismo, abandono, extermínio, caridade, segregação, exclusão, integração e, atualmente, o processo de inclusão, o que nos impulsiona a produzir transformações significativas em sua autonomia, ressocialização, desenvolvimento pessoal, familiar e a identificação de habilidades e aptidões, com o uso das inovações tecnológicas.

Em conformidade com pesquisas realizadas pelo IBGE, em relação ao Censo de 2022, há cerca de 18,6 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade com deficiência no Brasil. Desse quantitativo, 17,5 milhões de pessoas com deficiência estão em idade de trabalhar (14 anos ou mais), mas apenas 5,1% compõe a força de trabalho no nosso país, correspondendo a 29,2%. Cabendo salientar que a maioria trabalha por conta própria e na informalidade, totalizando 55% dos ocupados.

Ainda de acordo com os dados, dos 99,3 milhões de brasileiros empregados em 2022, 4,7% eram deficientes, sendo a região Sudeste a com menor participação dessa força de trabalho (4%), mesmo sendo a área com maior concentração desses sujeitos, 1,8 milhão de pessoas. Outro dado alarmante refere-se ao rendimento, caracterizado por 30% menos que a média no Brasil, cerca de R\$ 1.860,00.

Com relação aos tipos de dificuldade funcional, a maior parte das pessoas que compõe as atividades laborativas, possui dificuldade para enxergar (30,9%) e os menos ocupados são os que tem dificuldade para realizar os cuidados pessoais (3,8%). A maior parte das PCD com ocupação tem nível médio (42,4%) e superior (51,2%). No entanto menos de 15% dos jovens (18 a 24 anos) com deficiência, cursam nível superior e pouco mais da metade dos jovens (15 a 17 anos) cursam o ensino médio.

Este contexto nos leva a crer que para atingirmos uma mudança nesse processo faz-se necessário e urgente a implantação de iniciativas que contemplem planos de transição de pessoas com deficiência intelectual ao mundo do trabalho, garantindo condições plenas para o exercício de atividades laborais. A partir dos dados divulgados pelo Censo, pode-se inferir que muitos destes sujeitos chegam à maturidade sem estabelecer uma trajetória para uma ocupação profissional.

Entendemos que traçar estratégias para o futuro é uma das ações que a escola contemporânea pode incorporar no atendimento às especificidades do estudante com deficiência intelectual. O trabalho pedagógico que envolva o estabelecimento de metas de acordo com os interesses desse alunado permitirá otimizar sua inclusão social. Porém, se não sabemos o que a pessoa com deficiência intelectual almeja, dificilmente os professores e demais profissionais que atuam com esse indivíduo conseguirão orientá-lo de forma efetiva para a sua inclusão social e laboral (Redig, Mascaro e Glat, 2020, sp).

Diante dos dados apresentados, verificamos a relevância dessa pesquisa para investigação e coleta de informações voltadas para as pessoas com deficiência intelectual, nos permitindo analisar as narrativas desses sujeitos, suas expectativas em relação ao mercado de trabalho, verificar o que os jovens com deficiência intelectual pensam sobre a escola e sua relação para inserção nas atividades laborativas e compreender como esses sujeitos interagem junto as inovações e ferramentas tecnológicas oportunizadas pela aceleração do ambiente digital.

Vislumbra-se que, para ocorrer tais mudanças seja preciso implantar nas escolas um ambiente de escuta e esclarecimento para esses alunos e suas famílias, oferecendo-lhes testes de aptidões e habilidades, entendendo seus gostos, necessidades, dificuldades, percebendo seus sonhos e desejos, para que sejam encaminhados a processos de aprendizagem que os prepare para o mercado de trabalho e os profissionalize, como afirma Mascaro e Redig (2016, p.58):

As escolas, com exceção do ensino profissional, via de regra, não promovem oportunidades para a preparação e/ou capacitação dos jovens e adultos ditos “normais”. Entretanto, para os que apresentam deficiência intelectual, sem este tipo de programa ficam inviabilizadas as possibilidades de empregabilidade desses sujeitos [...]. Neste sentido é importante resgatar o conceito de equidade, ou seja, o fundamental não é dar exatamente as mesmas condições, mas sim, garantir os meios para que os sujeitos possam se valer das oportunidades oferecidas para êxito na escola e no mercado de trabalho (Mascaro e Redig, 2016, p. 58).

A hipótese da pesquisa é a de que esse sujeito, ao adentrar o universo das redes sociais como Facebook, Instagram, Youtube e Whatsapp, além de comunicar-se com pessoas do seu cotidiano, pode interagir com outros públicos, aumentando sua rede de contatos e incorporar às suas rotinas o despertar e o descobrimento de novas habilidades e potencialidades, tornando-se uma motivação para participação junto a sociedade na aquisição de sua autonomia.

Esses estímulos aspiram oportunidades que visam o alcance de soluções referentes à problemática levantada, baseando-se na análise de dados coletados das pesquisas, entrevistas, observações e estudo de casos múltiplos, nos direcionando a uma conclusão relacionada as pessoas com deficiência intelectual junto à escola, mercado de trabalho e ressocialização, nos diferentes grupos sociais que estejam inseridas e onde podem expandir suas atribuições relacionadas a esse processo de construção.

Ao abordarmos sobre as expectativas da pessoa com deficiência intelectual em relação ao mercado de trabalho trataremos autores como Redig, 2014, 2017, 2020; Frederico, 2020; Padrão, 2019; Da Silva Vencato, 2020 e Machado, 2006.

Na discussão sobre o que os jovens com deficiência intelectual pensam sobre a escola e sua relação com o mercado de trabalho manteremos uma conversa com os autores Redig, 2014; Redig; de Carvalho Mascaro; Glat, 2020, Mascaro et al., 2012. Chaveiro, 2018, Gomes-Machado, 2012.

E ainda, para nos aproximar dos relatos de como as pessoas com deficiência intelectual interagem com as TICs os autores Santarosa, 2000, 2002; Figueiredo, Rocha, Poulin, 2019; Carneiro, 2017; Redig et al., 2021.

A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa, fundamentada na realização de análise de entrevistas, baseadas em um questionário semiestruturado, visando como procedimento a coleta e produção de dados junto a oito sujeitos com deficiência intelectual, pertencentes a turmas do EJA, nos turnos da manhã, tarde e noite, de uma escola no município de Duque de Caxias na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

O estudo foi constituído por pessoas com deficiência intelectual, elegíveis ao Programa Pró-Inclusão, Programa Intersetorial de Inclusão Educacional e Laboral de Pessoa com Deficiência, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Profa. Dra. Márcia Denise Pletsch, desenvolvido em parceria com as Prefeituras de Queimados e Duque de Caxias e resguardado através de registro na Plataforma Brasil, protocolo de ética nº 135/2021³ e aprovação no conselho de ética, como falaremos no Capítulo 3.

O projeto visa elaborar, implementar e avaliar um Programa Intersetorial de Formação Continuada de Inclusão Educacional e Laboral de Pessoas com Deficiência para profissionais que atuam nos Municípios de Queimados e Duque de Caxias. Igualmente, pretende produzir indicadores sobre a inclusão educacional e laboral de pessoas com deficiência nos municípios participantes que podem fomentar a implementação de políticas públicas locais sobre a temática (Pletsch, 2022).

O universo de entrevistados era composto por homens e mulheres com deficiência intelectual, a partir dos 18 anos, do qual foi selecionada uma amostra de oito participantes. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em quatro visitas, no mês de novembro de 2022, em uma escola municipal, localizada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

³ O Programa Pró-Inclusão está vinculado a um projeto anterior referente às "Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus na Baixada Fluminense(SCZV)", também sob a coordenação da Professora Dra. Márcia Denise Pletsch, do Instituto Multidisciplinar/Departamento de Educação e Sociedade, processo 23083.031153/2019-40, que atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Assim, tivemos a oportunidade de verificar as peculiaridades em relação aos sujeitos envolvidos para ampliar nossa perspectiva, baseando-nos nesse referencial na proposição de mudanças, promovendo aos investigadores da área uma fonte de pesquisa que os possibilite adquirir informações e dados relevantes, assim como futuros estudos que refutem esta pesquisa com novos problemas e hipóteses a partir deste entendimento.

O primeiro capítulo inicia a jornada, abordando sobre a criação e as constantes mudanças impressas pelos direitos sociais, intencionando resguardar as pessoas com deficiência. Logo depois, foi realizada uma retrospectiva sobre a presença das pessoas com deficiência intelectual ao longo da história, as definições sobre as deficiências e um mergulho um pouco mais profundo na deficiência intelectual, bem como a importância das políticas inclusivas no processo de desenvolvimento do sujeito e inserção no mercado de trabalho.

O capítulo dois discute sobre as Humanidades Digitais (HD) na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, trazendo o que são as Humanidades Digitais, quais as tecnologias podem trabalhar como potencializadoras no processo de inclusão social. O capítulo reflete como as Humanidades Digitais podem promover essa inclusão através da tecnologia, compreendendo como podem atuar para inserção das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

No capítulo três, foi apresentada a metodologia aplicada na pesquisa, expondo a descrição dos métodos e técnicas utilizadas, como a natureza e abordagem da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e de análise, bem como o lócus da pesquisa com a apresentação da população e da amostra selecionada, composta pelos alunos do município da instituição analisada.

Logo à seguir, no capítulo quatro, foi realizada a exposição dos resultados, mediante a apresentação e análise dos dados obtidos, uma discussão dos achados em relação aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico adotado e uma análise das implicações deles para o mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, considerando o uso das TICs.

E por fim, as considerações finais, levando-nos a retomada dos objetivos da pesquisa e dos principais resultados encontrados, o levantamento de um debate referente as limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras. E ainda, aplicações gerais e contribuições deste conhecimento para a área da inclusão de

peças com deficiência intelectual no mercado de trabalho e para o uso das TICs nesse processo.

CAPÍTULO 1

DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO

Uma vez, li algo sobre isso que, para mim, fez muito sentido. E passei a interpretar da seguinte maneira: a esperança é parecida com a fé. E, as duas, andam muito próximas. A diferença é que, com a fé, a gente se apoia no sobrenatural. Já a esperança funciona como um combustível a mais para encararmos os desafios, sem nos abalarmos tanto.

Patrícia Portales,
Repórter da Rádio Justiça, STF, 2021

Os direitos sociais e a luta pelos direitos das pessoas com deficiência (PCD) são temas centrais na história das conquistas sociais no Brasil e no mundo. Neste capítulo, vamos abordar a evolução histórica desses direitos, desde o surgimento das primeiras leis, declarações e convenções, nacionais e internacionais, até a atualidade.

São direitos sociais aqueles que visam garantir uma qualidade de vida para todo e qualquer ser humano, independente de sua condição como direito à moradia, à saúde, à educação, ao emprego, ao lazer etc. O objetivo deste capítulo é compreender como a deficiência afeta a vida das pessoas e como os direitos sociais podem melhorar a qualidade de vida desses sujeitos.

1.1 Direitos Sociais e Pessoas com Deficiência (PCD)

Os direitos sociais e as políticas inclusivas são fundamentais para garantir uma participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Mas deve-se atentar sempre que tais direitos e as políticas que visam garanti-los são fruto de um processo constante de luta, e, por isso sempre estão em desenvolvimento.

Bobbio (1998, p. 5) sinaliza o quanto estes direitos não nascem de uma vez, são “direitos históricos”, frutos de uma constante luta “em defesa de novas liberdades contra velhos poderes”. A seguir, apresentamos a evolução dos direitos sociais ligados às pessoas com deficiência no Brasil e no mundo.

1.1.1 No mundo

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial a partir do século XVIII, e de forma mais expressiva, adquirindo relevantes feitos contemplados nos séculos XIX e XX, quando originaram-se as lutas de classe, iniciou-se a movimentação no cenário social da classe trabalhadora (proletariado), indagando por melhores condições no campo do trabalho, dando origem as greves, que eram criminalizadas neste período, e a mobilização para a criação dos sindicatos e a busca desses indivíduos por benfeitorias em seu modo de vida (Veronese; Dilkin, 2019).

Tais propostas objetivavam mudanças expressivas em muitas instâncias, como na área da saúde, moradia, saneamento/higiene, alimentação, cultura, lazer, educação, política e tantas outras que abarcam o bem estar da pessoa, como “ser humano” real, trazendo fundamentos essenciais de resguardo ao seu direito à vida e o instaurar urgente do mesmo como indivíduo e ser social.

Assim, tencionava-se estabelecer o homem como ser digno, elemento de fundamental importância para construção da sociedade, rompendo a visão do “ser” como objeto e instrumento moldado pelas minorias, amparado por direitos e deveres. Digno para erguer seu lugar na sociedade, inserindo-o nesse contexto com maior qualidade de vida, diante da exploração da força de trabalho, orquestrada na construção dessas vivências, culminando no estabelecimento dos direitos sociais.

Os direitos sociais são um conjunto de normas que garantem o acesso aos serviços básicos e essenciais para a dignidade humana, como saúde, educação, trabalho, previdência social e assistência social. No contexto das pessoas com deficiência, os direitos sociais são fundamentais para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades desses sujeitos na sociedade.

A garantia e reconhecimento de direitos sociais a pessoas com deficiência é uma conquista recente, e acompanha a categorização social destes sujeitos conforme o tempo e o espaço. Na Grécia Antiga, por exemplo, pessoas com deficiência eram consideradas inferiores e excluídas da vida pública. Na Idade Média, muitas vezes eram vítimas de perseguição e tortura (Santos; Velanga; Barba, 2017).

No século XVIII, a partir do movimento Iluminista, surgiu uma visão mais humanista sobre a deficiência, que passou a ser vista como uma condição a ser tratada e não como uma maldição divina. Foi nessa época que as primeiras

iniciativas e instituições para atendimento de pessoas com deficiência, como os asilos, as primeiras escolas especializadas (voltadas para surdos e cegos) na Europa e na América do Norte, evidenciaram-se (Santos; Velanga; Barba, 2017).

Já no século XIX, fora iniciada a criação de políticas públicas voltadas para a proteção e assistência aos mais pobres e vulneráveis. Nesse período, surgiram as primeiras leis de proteção social, como as que regulamentavam o trabalho infantil e a jornada de trabalho dos adultos. Esta situação promoveu o crescimento dos centros comerciais, por trabalhadores ávidos por emprego, mas sem condições para sobreviver nas grandes cidades, oportunizando a marginalização da população nos arredores das cidades e o crescimento da população em situação de rua (Santos; Velanga; Barba, 2017).

Aproximando-se da segunda metade do século XX, com o surgimento do Estado de bem-estar social, o conceito de direitos sociais ganhou uma nova dimensão, passando a incluir não só a proteção social, mas também a promoção da igualdade e da justiça social, um grande passo diante das institucionalizações em asilos e hospitais psiquiátricos, como outrora ocorriam.

A Segunda Guerra Mundial trouxe um aumento significativo no número de pessoas com deficiência em todo o mundo, devido aos ferimentos e doenças decorrentes da guerra. Isso levou a uma maior conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e à criação de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (Santos; Velanga; Barba, 2017).

A ONU era uma segunda tentativa de criar uma união de nações com o propósito de estabelecer relações conciliadoras entre os países. Teve como primeira investida a formação da Liga das Nações, após o término da Primeira Guerra Mundial, contudo fracassou em seus objetivos. Sendo assim, visando substituir e/ou ampliar à Liga das Nações, a organização foi instituída em 24 de outubro de 1945, após a finalização da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de impedir outro enfrentamento como aquele. No momento de sua abertura, a ONU contava com 51 estados-membros, já nos dias atuais, computa 193 (ONU, 2022).

É neste ano que a ONU, em Conferência sobre a Organização Internacional, vai elaborar sua Carta⁴, assinada pelos 50 países presentes e considerada o instrumento mais importante. Nela, os países firmam o acordo de agir de forma

⁴ Carta das Nações Unidas (1945). Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>

cooperativa para garantir o desenvolvimento humano e resolver problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários, bem como aos direitos fundamentais e à liberdade sem distinção.

A partir dessa iniciativa, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, reconheceu a igualdade de direitos de todas as pessoas, independentemente, de raça, sexo, religião e/ou deficiência, sem discriminação. É interessante compreender que o termo declaração demonstra o quanto os direitos sociais “declarados” não são fruto de instrumentos jurídicos, mas trazem à público um conjunto de ideias e valores dos “direitos naturais”, ou seja, aqueles que estariam acima das leis, decorrentes da própria dignidade existência humana.

Ao afirmar que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]”, a DUDH deixa clara uma compreensão universal de igualdade e liberdade na natureza humana.

Os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais. A Declaração Universal contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalização não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais (Bobbio, 1998, p. 30).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos não menciona explicitamente as pessoas com deficiência, mas lança as bases para uma discussão mundial e intercultural sobre as garantias fundamentais dos seres humanos, uma vez que os conceitos de dignidade humana pautados na DUDH não eram os mesmos ao longo do globo.

Em 1958, tomando como base a DUDH, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vai realizar uma convenção sobre a discriminação (emprego e ocupação)⁵, compreendendo que a discriminação nas oportunidades de trabalho atentam não somente aos direitos fundamentais, mas um “desperdício de recursos, talentos e potencialidades humanas”, resultando em perda de produtividade e competitividade no desenvolvimento econômico social.

⁵ Convenção Nº 111 da OIT (1958). Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a/lang--pt/index.htm>

Além disso, a convenção vai considerar a discriminação no mercado de trabalho como prejuízo econômico e social, pois acarreta “desigualdades profundas no acesso aos direitos sociais, econômicos e culturais e os direitos civis e políticos; além de impedir o pleno exercício da cidadania e debilitar a coesão social e a democracia”.

Em 1968, após vinte anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Conferência Internacional dos Direitos Humanos de Teerã⁶ vai proclamar a indivisibilidade dos direitos humanos compreendendo que os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Este é um ponto crucial na análise das garantias e limitações dos instrumentos jurídicos e das políticas sociais de inclusão, uma vez que devem garantir o amplo gozo tanto dos direitos civis e políticos quanto dos econômicos, sociais e culturais. Sendo assim, não há como avançar em um direito sem efetivar os demais, garantir o voto ou a educação sem pensar em políticas de geração de renda, por exemplo, configura-se como um erro.

Como os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis, a realização dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais resulta impossível. A realização de um progresso duradouro na aplicação dos direitos humanos depende de boas e eficientes políticas internacionais de desenvolvimento econômico e social (Proclamação de Teerã, 1968).

Nesse contexto, de crescente conhecimento e compreensão da indivisibilidade de direitos, os direitos de 2ª geração (Direitos sociais) passam a ser vistos como fundamentais para a efetivação dos direitos de 1ª geração (Direitos civis e políticos). Assim, a luta pelos direitos sociais começou a ganhar força com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, as pessoas com deficiência começaram a se organizar em torno de demandas por igualdade de acesso à educação, trabalho e participação na vida pública (Santos; Velanga; Barba, 2017).

Em Assembleia das Nações Unidas, em dezembro de 1971, a ONU vai elaborar a Declaração dos Direitos do deficiente Mental⁷, em consonância com a DUDH e com a Carta das Nações Unidas, aliando progresso econômico e

⁶ Proclamação de Teerã (1968) na Conferência Internacional de Direitos Humanos. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/geral/ProcTeera.htm

⁷ Declaração de Direitos do Deficiente Mental, Resolução nº 2.856, de 20/12/71. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Deficientes/declaracao_direitos_deficiente_mental.htm

desenvolvimento social para a proclamação da necessidade de “proteger os direitos dos deficientes físicos e mentais, e de assegurar o seu bem-estar e readaptação”.

Na declaração, a ONU apela para uma campanha internacional que estimule os esforços na inclusão de pessoas com deficiência mental, uma vez que a própria Declaração aponta a limitação de certos países na tarefa. O primeiro artigo ressalta: “O deficiente mental deve gozar, na medida do possível, dos mesmos direitos que todos os outros seres humanos”. Assim como outros documentos, esta declaração orienta de maneira geral, a necessidade de inclusão, mas está longe de resolver o problema que depende dos esforços, elaboração de políticas públicas e legislação de cada país.

Em 1975, a Lei de Educação para Todos os Indivíduos com Deficiência (Education for All Handicapped Children Act) foi aprovada nos Estados Unidos, garantindo o direito à educação para todas as crianças com deficiência, naquele país. Também a ONU, em Assembleia Geral, vai redigir a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências⁸, no qual conceitua pessoa com deficiência:

“O termo pessoa portadora de deficiência, identifica aquele indivíduo que, devido a seus déficits físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano normal” (ONU, 1984).

Ou seja, a declaração faz referência à ausência ou limitação da autonomia do indivíduo sem considerar que a construção econômica, política, social, cultural não foram formuladas para abranger esses indivíduos. Para Diniz, Barbosa e Santos (2009), o conceito de deficiência trabalhado ao longo dos anos é político e retrata a deficiência como desvantagem social de um corpo com impedimentos à participação e adequação às normas sociais, a normalidade.

Ainda no âmbito internacional, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência ganhou destaque na década de 80, quando a ONU proclama o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes⁹, marcando o início de uma série de iniciativas para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência em todo o mundo. Dentre os principais objetivos o primeiro chama a atenção: “Ajudar os

⁸ Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, Resolução n° 30/84, de 9/12/75. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf

⁹ Ano Internacional das pessoas deficientes, resolução 31/123, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>

deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade”. Ao mesmo tempo, que vai enquadrar a deficiência como uma anormalidade que deve ser ajustada, inclusive tendo como prioridade programas para a “prevenção de defeitos ou de anomalias”, vai reconhecer a necessidade de conhecimento da sociedade sobre a deficiência.

Em 1982, a ONU estabelece o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes¹⁰, neste documento, aparece uma compreensão diferente da deficiência, pois reconhece, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), as barreiras físicas e sociais que impedem de uma participação plena. O documento entende que o governo e toda a sociedade devem garantir a acessibilidade e possuem responsabilidade de inclusão e acesso aos recursos financeiros e materiais, e que há uma relação com o “meio” que pode gerar oportunidades ou incapacidade.

Para se alcançar os objetivos de "igualdade" e "participação plena", não bastam medidas de reabilitação voltadas para o indivíduo portador de deficiência. A experiência tem demonstrado que, em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa. A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe, em geral, a comunidade, e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida, inclusive a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as atividades religiosas, os relacionamentos afetivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral da vida diária (ONU, 1982).

Em 1993, a ONU, vai elaborar as *Normas sobre Equiparação de Oportunidades*, publicada na resolução número 48/96, de 20 de dezembro de 1993. O documento apresenta de forma pormenorizada as normas para o alcance da igualdade de participação, compreendendo a conscientização da população, saúde, educação, emprego, lazer, cultura, dentre outros.

Como medidas de implementação enumera a coleta e disseminação de informações, a formulação e políticas sociais e econômicas e criação de legislação cujo trabalho deve ser coordenado por um comitê nacional com composição intersetorial. Atenta-se neste ponto para a importância reconhecida da

¹⁰ Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (1982). Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-com-deficiencia-onu-1982.pdf>

intersetorialidade na resolução de uma questão complexa que é a inclusão sociocultural, econômica e política da pessoa com deficiência.

Percebe-se que a década de 90 é marcada pela promulgação de normas e leis que demonstram a mudança de compreensão da situação da deficiência. Conforme afirmam Diniz, Barbosa e Santos (2009) a “deficiência não é apenas o que o olhar médico descreve, mas principalmente a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais”.

O Modelo Social da deficiência, cujo debate inicia-se na década de 60 com publicação do sociólogo Paul Hunt e a separação que a UPIAS - The Union of the Physically Impaired Against Segregation faz entre lesão e deficiência.

[...] lesão como a falta completa ou parcial de um membro ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não (ou pouco) leva em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais (UPIAS, 1976, p. 20).

O Modelo Social se contrapõe a Ideologia de Normalização, cuja intervenção no corpo deficiente seria prioridade nas políticas de inclusão. É um modelo que defende intervenção na sociedade e não no indivíduo, uma vez que celebra a deficiência enquanto diversidade humana e não algo que deva ser curado. A questão que se coloca é o esquecimento da condição do corpo, uma questão de saúde que deve ser tratada.

Em 1999, a Carta para o Terceiro Milênio¹¹, aprovada em Londres pela Assembleia Governativa da Rehabilitation International, vai reclamar a resposta da sociedade à deficiência diante do preconceito, da superstição, da ignorância e do medo, que relegam as pessoas com deficiência à base da pirâmide socioeconômica. A carta reconhece o avanço do conhecimento científico e o progresso tecnológico como ferramentas primordiais nas iniciativas de inclusão. A carta termina convocando os países para a promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o que vai acontecer em 2006.

¹¹ Carta para o terceiro Milênio, Assembleia Governativa da Rehabilitation International (1999). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf

Em 2006, a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*¹² vai estabelecer um conjunto de normas para a proteção e promoção da pessoa com deficiência, tendo o Brasil como um dos primeiros países a ratificar a Convenção, em 2008. O documento vai conceituar que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Para Diniz, Barbosa e Santos (2009), a Convenção não vai ignorar as especificidades físicas, mas compreender a deficiência como interação entre o corpo e o meio, sendo a Convenção considerada como divisor de águas para a criação e políticas públicas, instituindo “um novo marco para a compreensão da deficiência”, que compreende a oferta de bens e serviços médicos, mas também a eliminação de barreiras e da acessibilidade.

1.1.2 No Brasil

No Brasil, a história dos direitos sociais para pessoas com deficiência é um pouco mais recente, porém, igualmente importante e marcada por lutas, conquistas, desafios, avanços significativos e, também, retrocessos. Uma das primeiras e expressivas iniciativas foi à criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954, que se tornou uma das principais organizações de defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência no país (Santos; Velanga; Barba, 2017).

Na década de 70, ocorreu a criação de organizações e grupos de pessoas com deficiência em diversas regiões do Brasil. Em 1981, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), órgão que tem por objetivo promover e defender os direitos das pessoas com deficiência em âmbito nacional.

No entanto, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que os direitos sociais para pessoas com deficiência foram amplamente reconhecidos no país,

¹² Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

proporcionando a igualdade de todos perante a lei e proibindo toda e qualquer forma de discriminação. O artigo 227 da Constituição estabelece que é:

[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com deficiência o direito à igualdade, à dignidade, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à integração social e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1988).

Em 1989, foi promulgada a Lei nº 7.853 (Brasil, 1989), que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, estabelecendo a obrigatoriedade do poder público em garantir a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a inclusão escolar e profissional e o acesso aos serviços de saúde e assistência social.

Em 1991, a Lei de Cotas nº 8213/91 (Brasil, 1991) estabeleceu a obrigatoriedade de empresas com mais de 100 funcionários contratarem pessoas com deficiência em uma proporção que varia de 2% a 5% do total de empregados.

Em 2000, a Lei de Acessibilidade nº. 10098/00 (Brasil, 2000) estabeleceu normas gerais e critérios básicos, para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, em múltiplos setores, incluindo edificações, transportes e comunicação.

Em 2015, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006/2007), tornando-se um dos primeiros países a adotar oficialmente os princípios dessa convenção em seu ordenamento jurídico, através da Lei Brasileira de Inclusão nº 13146/2015 (Brasil, 2015), caracterizada por:

[...] um conjunto de dispositivos dedicados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

Apesar dos avanços e das conquistas, na garantia de direitos das pessoas com deficiência, ainda há muito a ser feito, no que tange aos direitos sociais. A inclusão social e a acessibilidade continuam sendo desafios que precisam ser superados, tanto no Brasil quanto no mundo, para que realmente sejam implementadas as leis/normas/diretrizes e, o principal, o despertar da consciência humana/social, que ainda enfrentam barreiras físicas, sociais, arquitetônicas, educacionais, econômicas, na família/responsáveis, na saúde, nas redes de apoio e muito mais.

Todavia, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência continua, com ações e políticas voltadas para a promoção da inclusão e autonomia desses sujeitos junto à sociedade como um todo, visando à igualdade de oportunidades e respeito à dignidade humana, que devem ser constantes em todas as esferas sociais.

1.2 Sociedade, Educação e Deficiência Intelectual

A deficiência é definida como uma condição que impede ou limita a capacidade de uma pessoa de desempenhar atividades comuns, como trabalhar, estudar e se relacionar com outras pessoas. Existem diferentes tipos de deficiências, como deficiência física, intelectual, visual e auditiva. Todas podem ter um impacto significativo na vida das pessoas, desde a capacidade de se comunicar até a de desempenhar tarefas básicas do dia a dia como escovar os dentes, pentear os cabelos, arrumar a cama, sentar-se à mesa, alimentações diárias, trocar de roupas, calçar sapatos e muito mais (Pletsch, 2014).

A Constituição Federal de 1988 garante a todos os brasileiros o direito à igualdade, liberdade e dignidade. Estes são a representação dos direitos fundamentais, garantindo a todas as pessoas, com deficiência ou não, que sejam tratadas como verdadeiros cidadãos, de forma justa e igualitária. No entanto, a realidade é que muitas pessoas com deficiência ainda enfrentam problemas de discriminação, vulnerabilidade e exclusão social (Brasil, 1988).

Por isso, é importante que esses indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, tendo acesso à educação, trabalho, saúde, tratamentos, cultura, higiene, moradia e lazer. Na garantia de uma vida autônoma, a educação e a capacitação profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades para que as pessoas com deficiência intelectual se sintam como parte da sociedade. Todavia, as instituições escolares não são as únicas responsáveis pelo processo.

Numa perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1997; 2000) enfatizou a importância do ambiente sociocultural na formação do indivíduo através da teoria socioconstrutivista da aprendizagem. Para o psicólogo, o aprendizado acontece a partir da interação do indivíduo com o ambiente, sendo este influenciado pelas relações sociais e culturais que o cercam. Sendo assim, há uma constante dialética

entre o ser humano e o mundo que o cerca, e tal plasticidade da mente humana a leva a possibilidade de superar os limites de qualquer ordem.

No caso de pessoas com deficiência, Vygotsky (1997; 2000) defendia que esses indivíduos devem ser ensinados em um ambiente que lhes ofereça suporte e que seja adaptado às suas necessidades específicas. Ele acreditava que, ao trabalhar com esses alunos, os professores deveriam ter em mente que o desenvolvimento deles é um processo contínuo e que a aprendizagem não é algo que ocorre de forma linear. Segundo ele:

O ensino deve ser orientado não para o que a criança sabe, mas para o que ela é capaz de fazer em cooperação com outros indivíduos que a apoiam, guiam e dirigem. O papel do professor é, portanto, muito importante, porque é ele quem deve criar situações de aprendizagem que sejam desafiadoras e que permitam que o aluno com deficiência intelectual avance em sua aprendizagem (Vygotsky, 2000, p. 63).

Desta forma, as dificuldades ou limitações apresentadas pela deficiência geram estímulos para a superação ou compensação. Todavia, segundo a “teoria da compensação” (Vygotsky, 1997), o estímulo ao desenvolvimento através do defeito não acontece de forma espontânea, mas necessita de um contexto sociocultural favorável. Reflete-se destarte sobre o uso das tecnologias na superação da deficiência, como a língua de sinais, os aparelhos auditivos, o Braille, os implantes, computadores etc.

De acordo com Vygotsky (1997; 2000), a inteligência não é inata e nem estática, ela evolui de acordo com as trocas que o indivíduo tem com o meio ambiente. O professor, portanto, deve ser um mediador na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, ou seja, ele deve ajudar o aluno a construir o conhecimento e a desenvolver as habilidades necessárias para que possa ter sucesso em sua vida pessoal e acadêmica. Para isso, é fundamental que adote uma postura colaborativa e que trabalhe em conjunto com os demais profissionais envolvidos no processo educacional do aluno.

Sendo assim, a intersetorialidade é fundamental para que a inclusão da pessoa com deficiência intelectual seja efetivada de forma sustentável. A parceria entre mercado, governo, instituições educacionais e de saúde, ONGs, iniciativas culturais esportivas compõe o suporte necessário ao estímulo para o desenvolvimento integral e criativo que focaliza as possibilidades e não os déficits.

Vygotsky (1997; 2000) defendia que é preciso valorizar as potencialidades desses sujeitos e buscar desenvolvê-las ao máximo. A criança (e o adulto) com deficiência intelectual apenas percebe-se limitada devido ao padrão normativo estrutural de nossa sociedade. A fim de uma plena integração social, deve-se buscar meios que enfrentem as consequências sociais das condições que foram um dia percebidas como “defeito”.

Verificamos desta forma que foram (e ainda são) muitos os estudos e caminhos voltados para a compreensão do ordenamento social, e que todos, através das perspectivas de seu tempo, contribuem para a percepção dos recursos destinados a formação da sociedade, em diferentes épocas e contextos, aspirando e promovendo um maior entendimento do processo evolutivo contínuo na construção social da atualidade.

Nessa busca, percorremos um longo caminho através da história para entender que, independentemente do tempo, as diferenças sempre estarão presentes em nosso cotidiano e contextos sociais e, por isso, precisamos flexibilizar para nos enquadrarmos em cada uma delas e a partir daí coexistir/existir/moldar/ressignificar nesse ambiente, de contínuo aprendizado, trocas, transformação e crescimento (coletivo e individual), tendo em vista o desenvolvimento pleno do ser humano.

Tais informações nos levam de encontro ao sujeito da nossa pesquisa, a pessoa com deficiência intelectual, ressaltando que a deficiência, em qualquer uma de suas instâncias, não define a identidade, habilidade e/ou o potencial do ser humano e que cada indivíduo deve ser respeitado em sua singularidade. A inclusão e a acessibilidade são direitos fundamentais de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, mentais e/ou emocionais.

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), em seu artigo 2º, define pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No entanto, de acordo com a OMS (2011), a deficiência intelectual (DI), anteriormente intitulada como retardo mental, era direcionada a uma capacidade significativamente reduzida de compreender informações novas ou complexas e de aprender e aplicar novas habilidades (inteligência prejudicada). Identificada por

alterações, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, e de suas funções cognitivas, da linguagem, das habilidades motoras e da capacidade social e com efeito permanente sobre o desenvolvimento.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a deficiência intelectual atinge cerca de 1,2% da população brasileira, o que representa aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. Com uma taxa de desocupação de 12,4% e uma taxa de ocupação no mercado de 5,3% contra 37% das pessoas com deficiência visual. No geral, o Censo aponta que pessoas com deficiência possuem menor participação no mercado (28,3%) do que a população no geral (66,3%), em setores que pagam menos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), as pessoas com deficiência intelectual enfrentam várias barreiras para a inclusão social, como a falta de acesso à educação, emprego, serviços de saúde e a discriminação. No entanto, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, reconhece o direito das pessoas com deficiência intelectual à educação, trabalho e participação plena na vida social.

O acesso à educação é um dos principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Segundo a ONG Human Rights Watch (2022), muitas crianças são excluídas do sistema educacional brasileiro ou matriculadas em escolas especiais, onde não têm acesso à educação inclusiva e de qualidade. Além disso, a falta de capacitação dos professores para lidar com a diversidade na sala de aula e a falta de recursos adequados para o ensino inclusivo são outros desafios enfrentados.

Outro obstáculo a ser superado para a promoção dessa inclusão é a falta de acesso ao mercado de trabalho. Segundo dados do Ministério da Economia (2021), apenas 0,8% das pessoas com deficiência intelectual estão empregadas formalmente no Brasil. A falta de acessibilidade e adaptações razoáveis no ambiente de trabalho, a discriminação e o preconceito são algumas das barreiras que as impedem de ocupar atividades laborais.

Para promover a inclusão das pessoas com deficiência intelectual, é necessário desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão social e a acessibilidade, garantir o cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e combater a discriminação e o preconceito. É importante também

que as empresas promovam a inclusão no mercado de trabalho, constituindo seus ambientes, preparando seus funcionários e práticas mais inclusivas para dar acesso a esses sujeitos (Brasil, 2015).

Compreender sobre as diferentes deficiências (suas especificidades) e como elas podem se apresentar e afetar o aprendizado e o desenvolvimento de uma pessoa, é um ato de inclusão que permite seu acesso a inúmeros espaços, antes totalmente inacessíveis, como cidadão de direito, proporcionando-lhe intervenções e suportes mais adequados para que ela atinja seu máximo potencial e descubra quais habilidades possui.

A deficiência intelectual é uma das mais comuns, afetando cerca de 2% da população mundial. Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), ela é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo. Essas limitações se manifestam durante o período de desenvolvimento e afetam a habilidade da pessoa em aprender, comunicar, realizar tarefas do dia a dia e se adaptar ao ambiente social (AAIDD, 2021 apud Fernandes de Castro et al, 2023).

Esse pequeno ponto focal é a mola que vai permitir a inclusão desse indivíduo e suas ações como membro integrante e participativo de uma sociedade/grupo social, promovendo-lhe recursos que o tornarão autônomo, diante de tantos processos pelo qual pode, quer e deve, ter a chance de viver suas próprias experiências, adquirir vivências e com isso “escrever” uma nova história para as gerações futuras. Além disso, abrir novas portas e janelas com o real cunho da diversidade.

No que diz respeito à deficiência intelectual, é necessário que sejam postas em prática ações específicas para garantir o acesso ao mercado de trabalho para cada especificidade concernente à inclusão. É importante que existam programas de apoio às famílias destas pessoas, para que elas possam desenvolver suas habilidades e contribuir para a sociedade. Estes programas incluem que iniciativas de capacitação e treinamento sejam instaurados desde o processo de alfabetização.

Para tanto, é importante que políticas públicas se efetuem nas escolas, e/ou em cursos técnicos/profissionalizantes, promovendo o acesso às oportunidades de trabalho para as pessoas com deficiência intelectual. Estas políticas devem garantir que elas tenham entrada para as mesmas oportunidades de trabalho que as pessoas sem deficiência, sendo tratadas como iguais, em seus direitos e

promovendo a equidade de ações conforme prevê a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência D3298/99 (Brasil, 1999).

Neste interim, é interessante garantir a acessibilidade, para que os pessoas com deficiência intelectual possam realmente acessar, de forma efetiva, o currículo escolar. Um exemplo disso, seria através da utilização de Tecnologias Assistivas (TA)¹³, que ajudam os alunos a superar os bloqueios impostos pela educação regular, tendo acesso a oportunidades novas no ambiente de aprendizagem, formas mais adequadas, voltadas para cada tipo de deficiência, proporcionando interação social.

A tecnologia pode ser uma aliada no processo de inclusão, pois pode facilitar o acesso à informação, a comunicação e o aprendizado das pessoas com deficiência. De acordo com Falcão e Corrêa (2020), a tecnologia pode ser utilizada na Educação Especial para promover a acessibilidade aos conteúdos e para permitir a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares.

Segundo Azevedo et al. (2020), a tecnologia assistiva é um conjunto de recursos e serviços que podem ajudar as pessoas com deficiência a realizar atividades cotidianas, incluindo as atividades escolares. Esses recursos incluem, por exemplo, softwares de leitura de texto para alunos com deficiência visual, softwares de comunicação alternativa para alunos com deficiência intelectual e dispositivos de controle de computador para alunos com deficiência física.

Além da tecnologia assistiva, a tecnologia da informação e comunicação (TIC) também pode contribuir para a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Segundo Duarte e Neto (2021), a TIC pode ser utilizada para disponibilizar materiais didáticos acessíveis, promover a comunicação entre alunos e professores e permitir o acesso remoto a aulas e atividades escolares.

E ainda, a tecnologia pode ser utilizada para promover a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual, permitindo a interação ampla com outras pessoas. Segundo Tavares, Silva e Zancul (2021), a tecnologia pode ser utilizada para criar ambientes virtuais de aprendizado, onde os alunos com deficiência podem interagir com outros alunos e participar de atividades educacionais. Câmara e Oliveira (2019) também afirmam que é importante que as escolas invistam em

¹³ Não é intuito desta pesquisa a discussão sobre Tecnologias Assistivas, mas é interessante mencioná-las enquanto instrumentos pedagógicos que garantem as condições de igualdade de pessoas com deficiência no processo de ensino-aprendizagem.

infraestrutura e tecnologia adequadas, como salas de recursos multifuncionais e equipamentos adaptados, para garantir o acesso dos alunos com deficiência a esses recursos.

No entanto, é importante destacar que a tecnologia não é uma solução definitiva para a inclusão de pessoas com deficiência na Educação, podemos considerá-la como uma aliada nesse processo. De acordo com Santos e Molina (2019), ela deve ser utilizada de forma adequada e complementar ao ensino presencial, e não como substituto. Além disso, é fundamental que os recursos tecnológicos sejam acessíveis e utilizados de forma inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos e atividades.

Mais um ponto a ser destacado é o entendimento sobre as políticas públicas vigentes e a construção, discussão, implementação de novas políticas públicas que garantam a acessibilidade em todas as áreas da vida humana, e, ao que concerne esta pesquisa, à formação e transição qualificada da pessoa com deficiência intelectual ao mercado de trabalho.

Com relação à formação, no Brasil, a Educação Especial é garantida por lei desde 1961, mas foi apenas em 2008 que foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa política tem como objetivo garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Apesar da existência dessa política, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir a inclusão no âmbito escolar. Um estudo realizado por Moreira e Chaves (2020) revelou que, apesar de haver avanços na legislação e nas políticas públicas, ainda há muitos obstáculos a serem superados, como a falta de formação adequada dos profissionais da educação, a falta de acessibilidade física e digital das escolas e a falta de recursos materiais e humanos.

Além disso, é importante destacar a importância da participação da família na Educação Especial. Segundo Bosa e Callai (2019), a participação da família é fundamental para garantir o sucesso da inclusão escolar. A família pode contribuir fornecendo informações sobre o desenvolvimento da criança, colaborando na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e participando de reuniões com a equipe escolar.

Antes de participar das atividades laborais, a pessoa com deficiência deve ter assegurada uma educação que desenvolva suas potencialidades. Sendo assim, a

Educação Especial (EE) é muito importante no processo de formação do sujeito e demanda atenção e investimento por parte da sociedade, das instituições de ensino e do poder público. A inclusão de pessoas com deficiência na Educação deve ser uma preocupação constante, visando garantir o acesso de cada uma delas ao conhecimento e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário que haja uma abordagem pedagógica inclusiva, que leve em conta as características e necessidades individuais de cada aluno com deficiência, e que conte com o suporte de profissionais capacitados como professores e equipes multidisciplinares. Redig (2014) desenvolve em sua tese, a ideia da elaboração de um plano de ensino individualizado, levando em consideração o Perfil Pessoal Positivo¹⁴ para a inserção no mundo do trabalho com uma customização das atividades laborais.

Além disso, a Educação Especial também demanda investimento em infraestrutura adequada, como salas de recursos multifuncionais e equipamentos adaptados, bem como a utilização de tecnologias da informação e comunicação para garantir o acesso e a participação plena dos alunos com deficiência na vida escolar.

É importante ressaltar que a inclusão escolar de pessoas com deficiência é um direito assegurado por lei e que cabe à sociedade, às instituições de ensino e ao poder público a responsabilidade de garantir esse direito de forma efetiva. A Educação Especial deve ser encarada como uma oportunidade de enriquecimento para toda a comunidade escolar, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

¹⁴ Estratégia criada por Redig (2014) para traçar as habilidades e dificuldades dos jovens e adultos com deficiência.

CAPÍTULO 2

HUMANIDADES DIGITAIS, TICS E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Esperança é ter fé e acreditar que determinada coisa vai, de fato, acontecer. É saber que, realmente, vamos ter dias melhores, independentemente de política, pandemia e religião. É ter certeza de que vamos superar os problemas e ficar bem.

Cristiano Forte,
Carregador do Almoxarifado, STF, 2021

Como visto anteriormente, as tecnologias desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e acessibilidade na educação, não só porque permitem a equidade no uso dos recursos pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem, mas porque desenvolvem habilidades socioemocionais importantes para o mercado de trabalho.

Considerando tal fato, as Humanidades Digitais enquanto comunidade de práticas e campo de pesquisa transdisciplinar pode contribuir na geração de conhecimento e na criação de artefatos capazes de assessorar a transição da pessoa com deficiência intelectual do ambiente escolar para o mundo do trabalho. É o que vamos discutir a seguir.

2.1 Humanidades Digitais, Tecnologias e Inclusão

Por ser considerado um campo relativamente recente, não há uma única definição ou consenso sobre as Humanidades Digitais (HD). Vários pesquisadores versam sobre o tema e contribuem com diferentes perspectivas para enriquecer o debate no âmbito acadêmico. A centralidade do papel da tecnologia na contemporaneidade perpassa diversas áreas e torna-se presente no cotidiano da sociedade, acompanhando diversas transformações socioculturais.

No Manifesto das Humanidades Digitais¹⁵, as HD são apresentadas como comunidade de prática aberta e solidária, mas também campo acadêmico científico

¹⁵ Manifesto apresentado no THATcamp, em Paris, em maior de 2010. O THATcamp é um evento que reúne pensadores das ciências computacionais e ciências humanas e sociais. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>

transdisciplinar, a favor do acesso livre aos dados e metadados, da construção coletiva de conhecimento e artefatos, da livre divulgação e circulação de pesquisas. Ainda, comunidades diversas, unem o “humano” e o “exato”, o conhecimento acadêmico tradicional com a potência das tecnologias de ponta e ainda o quanto as tecnologias digitais na investigação das humanidades.

Neste contexto, é fundamental compreender as potencialidades dos recursos digitais e como estes podem ser utilizados para contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho, uma vez que, conforme discute Vygotski (1997), o desenvolvimento destas pessoas está atrelado ao estímulo gerado pelo ambiente, impulsionado pela tecnologia de suporte existentes.

Segundo Borgman (2009), o interesse pelas Humanidades Digitais vem crescendo a várias décadas e, desde 1989, é realizada anualmente a conferência da Alliance of Digital Humanities Organizations (ADHO), cujo um dos principais objetivos é promover a excelência na pesquisa e a colaboração entre os membros da comunidade científica, provenientes de diferentes áreas. O autor discute importantes fatores que podem colaborar para promover o futuro do campo e também aborda os desafios existentes entre as humanidades na adoção dos recursos tecnológicos em suas pesquisas:

As razões para a lenta adoção da publicação digital nas ciências humanas são muitas, desde a falta de confiança na disseminação online até uma relutância geral em experimentar novas tecnologias, mesmo aquelas bem comprovadas – “profissionalmente indispostos a mudar”, como diz Ken Hamma (Borgman, 2009, online, tradução livre).

Borgman (2009) preconiza a importância da mudança de postura entre os pesquisadores de modo a não haver um antagonismo entre ciências e humanidades. O trabalho colaborativo multidisciplinar entre os membros de diferentes áreas, incentivado pela troca de saberes e pela criação de plataformas digitais para o compartilhamento de base de dados pode contribuir para aprimorar métodos de pesquisa e, conseqüentemente, fortalecer o campo das Humanidades Digitais:

A comunidade de humanidades digitais produziu belos trabalhos e fez muitos avanços em tecnologia, design e padrões. Agora é o momento de consolidar esse conhecimento e articular os requisitos e objetivos da comunidade. Vá em frente e faça grandes coisas... (Borgman, 2009, online, tradução livre).

Alves (2016) afirma que o termo Humanidades Digitais foi utilizado pela primeira vez por John Unsworth, em 2002, mas somente com a publicação do livro *Companion do Digital Humanities*, em 2004, a expressão adquiriu força para englobar uma série de outras denominações já existentes, como Computação para Humanidades, Informática Aplicada à História, Linguística Computacional, entre outras.

Nesta publicação, o autor destaca a conceituação de Susan Hockey, professora da University College London, das Humanidades Digitais como um campo interdisciplinar que oferece metodologias das áreas digitais para serem utilizadas nas Humanidades. Por se tratar de um campo ainda em formação, há uma grande variedade de definições.

Como forma de ampliar essa discussão, Alves (2016) realiza um breve retrospecto de fatores que contribuíram para a constituição deste campo. Segundo o autor, a Computação nas Humanidades teve início quase concomitante com o desenvolvimento dos próprios computadores. De 1960 a 1990, a utilização dos recursos computacionais cresceu de forma significativa, com a criação de grandes bases de dados com capacidades ampliadas de armazenamento e processamento.

No entanto, somente na década de 1980, com o advento e popularização dos computadores pessoais houve a expansão do domínio dos recursos digitais fora do ambiente acadêmico, como o uso em empresas e residências. Mesmo nesta época, pesquisas de Humanidades que demandavam a utilização de dados dependiam do auxílio dos departamentos de informática para o seu pleno desenvolvimento.

Alves (2016) destaca o advento da internet, em 1991, como um importante marco que possibilitou a disponibilização on-line de projetos e uma maior interação entre os pesquisadores das Humanidades e os recursos digitais. Porém, a relação entre Humanidades e Computação sempre encontrou resistências, desde prognósticos extremamente otimistas até a recusa da junção das áreas como forma de abalar a credibilidade acadêmica.

De acordo com o autor, o desenvolvimento da Web 2.0, com a disseminação de redes sociais (Twitter, Facebook, YouTube) e plataformas de compartilhamento de trabalhos acadêmicos (Academia.edu, ResearchGate), foi fundamental para a difusão do termo Humanidades Digitais, permitindo a troca de resultados de pesquisas e o trabalho colaborativo com perspectivas interdisciplinares. Neste sentido, quanto maior for o papel de destaque da tecnologia no cotidiano dos

indivíduos, maior será circulação de informação e o impacto para o fomento das Humanidades Digitais.

Outro fator importante ressaltado por Alves (2016) neste processo de formação de um campo é o desenvolvimento de uma comunidade de utilizadores ou praticantes que comungam de uma mesma ferramenta ou metodologia digital. Desta forma, o conceito de comunidade funcionou como elemento agregador que permitiu gerar consistência e criar uma identidade entre investigadores de diferentes áreas.

No fundo, as «comunidades de práticas» das Humanidades Digitais seriam uma outra forma de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade centrada agora na efetiva aplicação ou uso de ideias, conhecimentos ou métodos, de cada uma das disciplinas das Humanidades, de forma transversal, por oposição à mera formulação teórica sobre essa aplicação ou uso. Nesse sentido, as Humanidades Digitais não teriam por objetivo substituir-se às tradicionais Humanidades, mas sim complementá-las e facilitar as colaborações entre elas (Alves, 2016, on-line).

Também com base na ideia de comunidade, o autor destaca ainda a necessidade de o campo das Humanidades Digitais demonstrar maior abertura da academia ao público em geral, disponibilizando informação em formato digital para prestar serviço à sociedade, rompendo com os tradicionais cânones científicos.

As Humanidades Digitais vem sendo estudada e praticada, aliando-se a muitas áreas do conhecimento, fomentando iniciativas que aspiram mediar problemas do cotidiano, transversalmente ao uso de dados dispostos no ambiente digital, como também, no mundo real. Ao solucionar um engarrafamento disposto por um programa de simulação, ou com a digitalização de documentos de um museu que visa disponibilizá-los a historiadores do mundo todo, identificamos atividades, sendo desenvolvidas, por toda parte.

Diante dessa análise, manifesta-se a complexidade das propostas e as informações alcançadas por elas. Passamos a unificar pensamentos, informações, atitudes, equipamentos e a tecnologia adquirindo um pensamento computacional que exerce influência em relação ao dia a dia, sem que para isso tenhamos que compreender todos os detalhes, que atuam de forma natural, com o avanço gradativo e contínuo da tecnologia.

Alinhado a essa perspectiva, as últimas décadas colhem inúmeras comprovações dessas peripécias, nos trazendo questionamentos sobre: Como esse processo funciona? Como é estabelecido e de que forma alcança os resultados que

apresentam? Seria uma ameaça ou uma inspiração? A tecnologia é um mal necessário, já que podemos perder a humanidade e com o avanço das máquinas elas vão nos substituir?

Muitas questões são amparadas pelas Humanidades Digitais, uma vez que interagem e influenciam as ciências humanas e sociais, ao incorporar a tecnologia computacional, promovendo sua diversificação. O estímulo gerado para novos projetos e pesquisas salientam que um pesquisador absorva conhecimento no campo, de forma crescente, levantando dúvidas, críticas e inseguranças, assim como rivalidade, por trabalhar interdisciplinarmente abraçando realizações sustentáveis a sua linha de raciocínio.

Já fora anteriormente apresentado que a intersetorialidade é fundamental para o desenvolvimento e inclusão de pessoas com deficiência intelectual (Pletsch; Calheiros De Sá; Lunardi Mendes, 2021), o que inclui os saberes desenvolvidos por esta área multifacetada que são as Humanidades Digitais. Deste modo, as tecnologias digitais, incluindo a Tecnologia Assistiva (TA), garantem a participação de todos, mas todas as tecnologias digitais, incluindo as tecnologias da informação e comunicação (TICs), que abrem possibilidades de inclusão ao mercado de trabalho de PCDs¹⁶.

A inclusão e o letramento digital para pessoas com deficiência intelectual tem se mostrado um caminho interessante para o desenvolvimento das habilidades de escrita, da autodeterminação e da autonomia comunicativa destes sujeitos (Figueiredo, Rocha, Poulin; 2019). A interação propiciada pelas redes sociais digitais como o Facebook, Instagram e WhatsApp integram experiências motivadoras e criadoras de novas competências e habilidades.

Do ponto de vista dos ganhos de subjetivação pelo letramento digital, identificamos a ampliação e melhor qualificação das interações sociais, o usufruto da função social de comunicação interpessoal, a iniciativa e disposição para o uso frequente da língua escrita e avanços na autonomia e na autoafirmação. A ampliação e melhor qualificação das interações sociais presenciais entre cada sujeito e o seu mediador no ambiente digital e com

¹⁶ **Exemplos:** No **WhatsApp** temos grupos de trabalhos (o que oportunizam a promoção da socialização), serviço de atendimento ao cliente (realiza a passagem de informações e interação com grupos sociais diversos) e perfis comerciais com exposição de produtos e serviços (motiva o desenvolvimento da capacidade comercial, inovadora e criativa); o **Facebook**, também apresenta grupos de interesses diversos, venda de produtos, chat online; e o **Instagram**, possui uma vitrine virtual, chat online, direcionamento para outras redes sociais e diferentes formas de interação social com a utilização de imagens, textos, vídeos, músicas e interações através de posts, reels e stories.

os internautas na rede social, podem ser vistas pelas curtidas da produção dos sujeitos e pelos contatos positivos estabelecidos naquele ambiente (Figueiredo, Rocha, Poulin, 2019, online).

Os instrumentos mediadores da aprendizagem como as plataformas de interação digitais evidenciam a perspectiva de Vygotski (1997) sobre a ampliação das possibilidades de compensação pelo estímulo interativo das redes, no qual os indivíduos compartilham ideias e ações, construindo significados em situações reais que propiciam o aprendizado (Figueiredo, Rocha, Poulin, 2019).

Para Santarosa (2000) a comunicação digital funciona no processo de inclusão como uma “prótese mental”, que amplia a capacidade comunicativa e cognitiva, beneficiando a pessoa com deficiência intelectual no plano socioafetivo, trazendo maior autonomia e autoconfiança pela troca de experiências nas relações interpessoais em rede.

Santarosa (2002, online) aponta para a necessidade de criação de um novo paradigma educacional “visando a construção da “escola virtual” como ambiente de interação/comunicação/cooperação, acesso à informação e inclusão social/digital”. A autora apresenta a evolução dos estudos de inclusão digital em quatro fases, cujas duas primeiras enfatizam a interação do sujeito com o hardware e as duas últimas pela interação entre ambientes de aprendizagem e o objeto social, enfatizando a “cognição distribuída/coletiva”.

A fase 1 ou LOGO, caracteriza-se pela investigação sobre filosofia e linguagem, com a implementação da informática na Educação através de recursos pedagógicos para atividades lúdicas. A segunda fase foi a intensificação da criação de softwares (ambientes de aprendizagem) com estrutura aberta para interação multimídia dos alunos.

A terceira fase contempla a criação de recursos para acessibilidade e uso das tecnologias assistivas para o desenvolvimento do sujeito no ciberespaço, bem como a criação de ambientes para realização de atividades colaborativas, iniciando a “cultura telemática”. Por fim, a quarta fase, inaugura a perspectiva de inclusão digital, trabalhando as “dimensões cognitivas, socioafetivas e da comunicação, através do estudo de processos de mediação/suporte pelos estágios de desenvolvimento proximal” (Santarosa, 2002, online).

Apoiada na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1997) e no conceito de “zona de desenvolvimento proximal - ZDP”, que defende a interação como

necessária no processo de aprendizagem que leva ao desenvolvimento, Santarosa (2002) acredita que as redes telemáticas podem potencializar a ZDP.

Destacamos, de modo especial, que no contexto das redes telemáticas não há mais um pensar solitário pois este torna-se um pensar social na medida em que os pequenos escritores colocam e debatem suas ideias procurando completar o seu pensamento com o do outro. As crianças com dificuldades na escrita podem ser ajudadas pelos colegas que se apoiam mutuamente e o texto torna-se, assim, um “objeto coletivo”. Crianças que rejeitam o ato da escrita são ajudadas nesse processo grupal devido a atmosfera criada que não visa o acerto, mas sim o desabrochar do potencial de cada um (Santarosa, 2002, online).

Cabe lembrar, para que estas pessoas participem do processo interativo de produção, compartilhamento e consumo de conhecimento em rede há a necessidade de adaptações que garantam a acessibilidade. O intuito da Web, desde seu nascimento, era a democratização de conhecimento, o que inclui o acesso universal conforme prescrito na Cartilha de Acessibilidade Web, da W3C¹⁷.

Todavia, as redes sociais não garantem a acessibilidade e a mediação torna-se necessária à inclusão, principalmente em tarefas mais complexas que envolvam os ambientes colaborativos em rede. Tal fato demonstra a necessidade de maior preparo das equipes pedagógicas e mediadores/facilitadores para a efetivação das políticas de inclusão digital na Educação Especial. Não basta o acesso aos equipamentos para que a inclusão aconteça.

Carneiro (2017) enfatiza o quanto o uso da tecnologia como recurso pedagógico protagoniza a atuação do estudante com deficiência intelectual. Em sua pesquisa-ação com dezoito estudantes de Educação Especial, o autor inseriu os recursos tecnológicos na dinâmica educacional, tendo como resultado o aumento da motivação na absorção de conteúdos pedagógicos.

Para o autor, a tecnologia é essencial no processo de emancipação do sujeito e a exclusão digital gera exclusão social. A inserção das tecnologias informacionais são capazes de desenvolver novas habilidades motoras, cognitivas, socioafetivas e comunicacionais e com isso, aumentam as possibilidades de desenvolvimento da autonomia do indivíduo, o que é necessário à inserção no mercado de trabalho.

Neste contexto, as Humanidades Digitais se veem desafiadas na democratização do conhecimento, no uso e desenvolvimento de ferramentas para o

¹⁷ World Wide Web Consortium, organismo internacional para padronização da web.

processo de formação inclusiva, na garantia de acessibilidade para o letramento digital e no assessoramento das pessoas com deficiência intelectual quanto à transição escola-mercado de trabalho. Cabe salientar, que em nossa sociedade, o capital informacional gerado a partir da vida em rede é crucial para a existência plena, incluindo a participação no mercado de trabalho (Castells, 1999).

2.2. Mercado de Trabalho para pessoas com deficiência intelectual

A problemática da transição entre o ambiente escolar e o mercado de trabalho para pessoas com deficiência intelectual é complexa e envolve diversas questões que precisam ser abordadas. Uma delas versa sobre a legislação brasileira¹⁸ como elemento fundamental para entender políticas públicas que regem a inclusão dessas pessoas. Tais leis ampliam a inclusão, mas possuem limitações quanto a garantir uma inclusão efetiva.

Sendo assim, iniciamos falando sobre uma das principais legislações que regem a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a Lei nº 8.213 de 1991, também conhecida como Lei de Cotas, cuja normativa estabeleceu que empresas com mais de 100 funcionários devem reservar de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência, de acordo com o tamanho da empresa. Além disso, também determina que as empresas garantam acessibilidade e adaptação dos postos de trabalho para pessoas com deficiência.

Mesmo assim, a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho ainda é muito baixa no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (2019), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a taxa de ocupação das pessoas com deficiência intelectual é de apenas 18,8%, enquanto a taxa de desocupação é de 52,1%. Isso evidencia que há uma grande desigualdade no acesso ao mercado de trabalho para esses sujeitos.

Uma das principais barreiras para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho é a falta de qualificação e capacitação voltadas para atividades laborativas. Na maioria das vezes, esses indivíduos não recebem

¹⁸ A discussão sobre a garantia de Direitos pela legislação fora realizada no Cap. 1.

uma formação adequada na educação básica, passando pelo Ensino Fundamental com grandes carências e chegando ao Ensino Médio sem perspectivas para acesso a cursos profissionalizantes, quiçá o ingresso no Ensino Superior. Isso dificulta a sua inserção no mercado de trabalho, mesmo em empresas que cumprem a Lei de Cotas.

Salientamos que muitas empresas ainda têm preconceitos e estereótipos em relação a pessoas com deficiência, o que cria obstáculos para uma eventual contratação. Faz-se urgente um trabalho de conscientização e sensibilização das instituições para que entendam a necessidade da inclusão e da diversidade, realizando esse movimento de abertura social, ao adaptar o ambiente laborativo para receber as pessoas com deficiência.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em novembro de 2020 a nota técnica nº 74, sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O estudo aponta que a Lei de Cotas tem um papel importante na inclusão de pessoas com deficiência, mas que é necessária a existência de políticas públicas complementares para garantir a qualificação e capacitação dessas pessoas. E ainda, destaca a relevância de medidas de acessibilidade e adaptação do ambiente de trabalho, além de ações de conscientização das empresas e seus funcionários.

Desta forma, verificamos que a Lei nº 8.213/91 é uma importante ferramenta para promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas ainda há muitos desafios a serem enfrentados e superados para a promoção da inclusão social e produtiva desse grupo populacional.

Também a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015) versa sobre o “Direito ao Trabalho”, constituindo que a pessoa com deficiência tem direito a exercer atividades laborais de sua escolha, em ambientes inclusivos, que garantam a acessibilidade e condições de igualdade com as demais pessoas. Igualmente, as oportunidades de formação e desenvolvimento de empreendedores devem contemplar as pessoas com deficiência que queiram atuar de forma autônoma.

Todavia, embora as políticas públicas de inclusão garantam, em algum grau, o acesso ao mercado e a inclusão por meio da educação, os dados do último censo demonstram que as pessoas com deficiência mais contratadas são as que possuem maior autonomia. A própria LBI (Brasil, 2015) prevê o desenvolvimento de autonomia como necessário à participação destes sujeitos na sociedade.

Redig, Mascaró e Glat (2020) apontam o quanto apesar da política educacional inclusiva, há um entrave na transição para o mundo do trabalho, uma vez que os jovens e adultos com deficiência intelectual não se sentem capacitados para alcançar um bom desempenho. Ademais, o preconceito sistêmico, a “superproteção” familiar, a infantilização de práticas pedagógicas, a ausência de ambientes laborais inclusivos, de meios de transporte e mobilidade urbana adequada aumentam as barreiras de acesso.

As autoras defendem a necessidade de entender o que a pessoa com deficiência almeja, para assim estabelecer um projeto pedagógico que a auxilie na inclusão social e laboral. Não apenas é necessário garantir o acesso a escola, e ao processo de ensino-aprendizagem de forma equitativa, mas traçar estratégias para acompanhar este indivíduo em sua trajetória, mas principalmente no momento de transição para a vida profissional.

Estes sujeitos deveriam ser trabalhados nos anos finais de sua escolaridade em relação às suas aptidões e preferências no que concerne às atividades do mundo do trabalho. Cabe pontuar também a necessidade de uma conscientização dos empregadores sobre as relações no ambiente laboral. É de grande relevância que se provoque momentos para que o trabalhador com deficiência intelectual possa relatar suas expectativas e necessidades no ambiente laboral. Dessa forma poderíamos reduzir o abandono do emprego por estes sujeitos por meio de ajustes que pudessem favorecer a permanência dos mesmos (Redig, Mascaró e Glat, 2020, sp).

A inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho é um processo que requer a colaboração de toda a sociedade, porém, muitas vezes, esses indivíduos são invisibilizados e, conseqüentemente, excluídos de inúmeros ambientes, devido à falta de habilidades específicas para determinadas funções e/ou a de oportunidades de treinamento, qualificação e capacitação.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), apenas 27,7% das pessoas com deficiência têm nível superior completo ou incompleto, enquanto 49,2% possuem, no máximo, o ensino fundamental. Isso mostra que há uma grande lacuna educacional e de qualificação para essa parcela da população, acabando por dificultar, ainda mais, o acesso ao trabalho.

Outra pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2021), mostrou que, apesar da Lei de Cotas, muitas empresas ainda não possuem políticas internas de inclusão e capacitação para pessoas com deficiência, tão pouco um ambiente de trabalho preparado para recebê-los.

Sendo assim, a ausência, e/ou inexistência, de um projeto específico de acompanhamento para pessoas com deficiência intelectual é outra condição que tolhe as inúmeras tentativas de inclusão desses sujeitos, em mais uma instância de colaboração social, que pode ser uma realidade em suas vidas.

De acordo com um estudo realizado pelo IPEA em 2020, a taxa de desemprego entre pessoas com deficiência é maior do que entre as pessoas sem deficiência, e a falta de qualificação profissional é uma das principais causas desse problema. O estudo também destaca que o acesso a cursos de qualificação profissional é ainda mais limitado quando nos referimos a deficiência intelectual.

Para superar essa barreira, é necessário que sejam criados programas de qualificação profissional específicos para esses sujeitos. Tais programas devem ser adaptados às necessidades específicas dessas pessoas e oferecer oportunidades de aprendizado que levem em consideração suas habilidades e limitações.

O Programa de Capacitação Profissional para Pessoas com Deficiência Intelectual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), é mais um exemplo de iniciativa que se destaca nesse sentido, oferecendo cursos de qualificação profissional adaptados às necessidades desses sujeitos. No entanto, é importante que as empresas também sejam incentivadas a oferecer treinamentos específicos, a fim de garantir que elas estejam preparadas para desempenhar suas funções no mercado de trabalho.

Do mesmo modo a ausência de acessibilidade física e digital no ambiente de trabalho é um entrave à inclusão. Muitas empresas não possuem infraestrutura adequada para receber pessoas com deficiência alguma, principalmente os com deficiência intelectual, o que incapacita ainda mais esse sujeito e mais uma vez o exclui dessa iniciativa.

No que se refere à acessibilidade física, um estudo do IBGE de 2020, apontou que apenas 21,9% dos estabelecimentos no Brasil possuem acessibilidade, em ambientes físicos, para pessoas com deficiência, o que mostra a falta de investimento nessa área. Já no ambiente virtual, as coisas não são muito diferentes, muitos sites e aplicativos também representam um problema que afeta a inclusão das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Segundo uma pesquisa realizada em 2020 pelo Movimento Web para Todos, que avaliou a acessibilidade de 300 sites brasileiros, apenas 1,3% desses eram totalmente acessíveis para esses indivíduos.

Buscando a solução desses problemas, nos ambientes físicos e digitais, é indispensável que as empresas dediquem mais atenção e tempo, no desenvolvimento e aplicação de infraestrutura adequada (banheiros, elevadores, mesas de trabalho, computadores), inovações e tecnologias para receber pessoas com diferentes deficiências. Além disso, é importante que também apliquem mudanças utilizando-se de recursos tecnológicos que venham a garantir a acessibilidade digital, como softwares de leitura de tela, legendagem de vídeos e realidade aumentada.

Redig (2014) propõe como estratégia para superar esse cenário de exclusão a criação de um plano de transição, uma vez que no Brasil, a Educação Especial não possui prazo de terminalidade, permanecendo o sujeito no ambiente escolar sem perspectivas de ingressar no mundo do trabalho. Para tal deve-se compreender as habilidades, competências, objetivos e sonhos deste sujeito para o desenvolvimento de um emprego customizado, conceito estadunidense que requer a adequação do posto de trabalho às habilidades e competências do sujeito, mas, de acordo com as necessidades da empresa.

Do mesmo modo, Carvalho (2018), tendo por objetivo a transição da pessoa com deficiência intelectual para o mercado e trabalho, propõe a observação de jovens e adultos que desconhecem suas habilidades e potencialidades sendo aplicado um Plano Individualizado de Transição (PIT) visando identificar tais fragilidades e assim buscar desenvolvimento de tais competências para inserção desses sujeitos no ambiente laboral.

O PIT é um instrumento facilitador para analisar e delinear a realidade do mundo e a vida em sociedade, enaltecendo suas competências, autonomia e relações da PCD, preparando-a para enfrentar os entraves sociais. Busca-se para tal, os relatos dos momentos passados, presentes e aspirações futuras do sujeito, em todas as esferas de sua existência.

Com o PIT é possível avaliar as capacidades técnicas, acadêmicas e pessoais que devem ser desenvolvidas para cada indivíduo, a fim de que estabeleçam novas relações no ambiente escolar, familiar, social e laborativo, realizando assim um processo de transição para a vida adulta em múltiplas dimensões.

O PIT é um instrumento que favorece o despertar vocacional, bem como uma ferramenta que introduz as rotinas laborais, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e cumprimento de regras, deveres sociais e laborais, essenciais ao exercício de uma determinada atividade, como cumprimento do horário, tarefas, higiene, segurança e dever de sigilo (Carvalho, 2018, p.9).

Sendo assim, percebemos que a problemática entre mercado de trabalho e pessoas com deficiência intelectual é um tema complexo que envolve questões legais, sociais, familiares, educacionais e culturais. E ainda, que as pesquisas recentes indicam que a inclusão desses indivíduos, ainda é muito baixa no Brasil, muitas barreiras precisam ser ultrapassadas para que a inclusão seja uma realidade.

No entanto, verificamos que há esperança nessa perspectiva de mudança, como os exemplos de boas práticas e iniciativas que podem ser seguidas e adaptadas para diferentes contextos. A realização de um esforço conjunto de empresas, organizações, escolas, governos e sociedade em geral, podem garantir que as pessoas com deficiência intelectual tenham as mesmas oportunidades e direitos no mercado de trabalho que qualquer outra pessoa.

A sensibilização, a conscientização das empresas, o investimento em programas de capacitação profissional, o incentivo à contratação, o fortalecimento de políticas públicas, a maior divulgação e a disseminação de informações sobre a deficiência intelectual e a inclusão no mercado de trabalho, nos direcionam para uma sociedade com menos preconceito e discriminação.

Estudo realizado pela ONG Solace Women's Aid (2022) apontou que a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho pode trazer diversos benefícios para as empresas, como aumento da produtividade, redução da rotatividade de funcionários e melhorias na imagem institucional, evidenciando que ao tomarmos medidas efetivas, realizando uma mobilização conjunta de governos, empresas e sociedade civil, é possível garantir que a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho seja uma realidade cada vez mais presente.

Outro empecilho apontado por Carvalho (2023) no processo de transição para a vida adulta e profissional do jovem com deficiência intelectual diz respeito à infantilização destes indivíduos pela família, pela sociedade e pela escola. Tal cenário obstrui o desenvolvimento da autonomia necessária à realização de tarefas laborais e internaliza nos sujeitos a ideia de incapacidade. A sociedade desacredita

a pessoa com deficiência intelectual, no ambiente corporativo, sem acompanhamento ou um plano de transição, suas habilidades são subutilizadas.

Cabe ressaltar o quanto o trabalho é crucial para que haja independência e qualidade de vida, pois fornece os recursos financeiros e sociais para a manutenção de uma vida com dignidade, inclusive o direito ao envelhecimento com qualidade. A partir da integração planejada, e não apenas como cumprimento da Lei de Cotas (BRASIL, 2012), a pessoa com deficiência intelectual, garante uma transição efetiva capaz de retirá-la de uma situação de vulnerabilidade e de tutela para a realização pessoal. Todos ganham: a pessoa com deficiência, a família, a empresa e a sociedade.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA

A esperança é um sentimento constante de confiança ainda que as estruturas a nossa volta estejam ruindo... é a certeza de que as coisas ficarão melhores e mesmo que um problema nos pareça impossível, sempre haverá uma solução, basta acreditar!

Kelly Cristina Martins Ferreira de Moura,
Servidora da Gerência de Capacitação a Distância, da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), STF, 2021

Com o objetivo de analisar as concepções sobre o mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, considerando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a pesquisa qualitativa realizada, utilizou-se de um questionário semi-estruturado para embasar sua análise de entrevistas realizadas, na qual efetivou a coleta de dados, junto aos alunos com deficiência intelectual da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para Minayo (2007), a metodologia é o “caminho do pensamento” que o tema requer, bem como a apresentação dos processos de operação para a realização da coleta e análise de dados, mas também a criatividade do pesquisador em articular seus resultados a partir das teorias e métodos utilizados. Neste sentido, este capítulo se propõe a apresentar os caminhos percorridos para a obtenção dos resultados.

3.1 Premissas da Pesquisa

A pesquisa de abordagem qualitativa fornece valiosa perspectiva na compreensão da complexidade das interações humanas com as tecnologias, com objetivo maior na geração de ideias a partir da observação de comportamentos e da coleta de opiniões, privilegiando a profundidade na compreensão do tema em vez da quantidade de informações coletadas. Ou seja, atua com “o universo dos

significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p.24).

Sendo assim, a fim de analisar, a partir da narrativa dos sujeitos, as expectativas que eles têm em relação ao mercado de trabalho; verificar a partir dessas narrativas o que os jovens pensam sobre a escola e sua relação com o mercado de trabalho; compreender como os sujeitos interagem com as TICs, foram realizados quatro encontros (03, 10, 17 e 24 de novembro de 2022) às turmas de Educação Especial de Jovens e Adultos nos turnos da manhã, tarde e noite.

A estratégia de coleta de dados utilizada foi a realização de entrevista em profundidade, que caracteriza-se por uma entrevista não-estruturada, direta, pessoal, em que um respondente de cada vez é solicitado por um entrevistador a revelar motivações, crenças, atitudes e sentimentos sobre determinado tópico (Notess, 1996).

Tal entrevista ocorreu através de um roteiro semiestruturado (Apêndice 1) aplicado a oito alunos maiores de 18 anos, selecionados em amostragem não probabilística por conveniência, técnica de coleta de dados não aleatórios usada para trabalhar com referências mais acessíveis e direcionadas de forma fácil e com maior aproximação do tema proposto (Churchill, 1998), em uma Escola Municipal em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

TABELA 1 - Perfil dos Entrevistados

	ALUNOS	IDADE	RAÇA/COR/ETNIA	GÊNERO
01	F ¹⁹	32	Pardo	Masculino
02	W	18	Preto	Masculino
03	V	40	Preta	Feminino
04	C	25	Pardo	Masculino
05	T	40	Branca	Feminino
06	D	43	Pardo	Masculino
07	L	30	Pardo	Masculino
08	A	34	Branco	Masculino

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

¹⁹ Os nomes foram ocultados para manter o sigilo dos entrevistados. A fim de resguardar a identidade dos estudantes, eles serão identificados pela inicial do nome, seguido da idade (Exemplo: Jorge, 35 anos será descrito como J-35).

As perguntas visavam coletar o perfil demográfico dos entrevistados (questões de 1 a 6); avaliar sua autonomia na relação de tarefas cotidianas (questões de 7 a 13); compreender as concepções acerca do mercado de trabalho (questões de 14 a 16); averiguar o uso das tecnologias (questão 17); observar a experiências no mercado de trabalho das pessoas com deficiência intelectual entrevistadas (questões de 18 a 20); e, por fim, compreender suas expectativas e sonhos para o futuro (questão 21).

No dia 03/11/2022, a pesquisadora se apresentou à turma de Educação Especial da tarde e acompanhou a aula junto as professora e tutora. No dia 10/11/2022 fez o mesmo com a turma da tarde.

As entrevistas ocorreram no dia 17/11/2022 nos turnos Manhã, Tarde e Noite em sala de aula, durante a aula, com a presença da professora e da tutora da disciplina, bem como da assistente do Projeto Pró-Inclusão que gravou, e, posteriormente, transcreveu as entrevistas realizadas.

No dia 24/11/2022, a pesquisadora apenas acompanhou a turma na dinâmica das aulas e conversou com os alunos. Além das entrevistas, a pesquisadora produziu conhecimento através de um diário com anotações da “observação participante”, realizada através da presença nas atividades realizadas pelos alunos em sala de aula, ao longo dos encontros nas turmas da educação especial voltadas para a educação de jovens e adultos, realizada durante os quatro encontros.

A pesquisa iniciou-se em conjunto com o Projeto Pró-Inclusão (2022), sob coordenação da Profa. Dra. Márcia Denise Pletsch, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, visando a criação de um “Programa Intersetorial de Formação Continuada de Inclusão Educacional e Laboral de Pessoas com Deficiência nos Municípios de Queimados e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense/RJ”, bem como na criação de indicadores para pautar políticas públicas.

O Projeto Pró-Inclusão, desenvolvido em 2020, foi a base utilizada para as propostas do projeto atual, uma vez que seu objetivo de desenvolver ações intersetoriais para a promoção da escolarização de crianças acometidas da Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) na Baixada Fluminense. Destaca-se, tendo em vista o objeto da pesquisa, a ineficiente formação docente para a Educação Especial, a ausência de iniciativas intersetoriais e a inexistência de profissionalização para jovens e adultos com deficiência.

A rede municipal possui, atualmente, 179 escolas, nos segmentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA (SME, 2023). Geográfica e administrativamente, o município de Duque de Caxias é dividido em quatro distritos: Duque de Caxias (41 km²), Campos Elíseos (98 km²), Imbariê (64 km²) e Xerém (239 km²). De acordo com o Educacenso 2020 (Santos, 2021), o município possuía no referido ano, 74.150 alunos em 177 escolas municipais distribuídas da seguinte forma: 1º distrito – 47 escolas e 18 creches; 2º distrito – 47 escolas e 8 creches; 3º distrito – 28 escolas e 4 creches; 2º distrito – 21 escolas e 4 creches.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é composta por subsecretarias e coordenadorias, dentre as quais a Coordenadoria de Educação Especial (CEE/SME). Na tese de Santos (2021) é realizada a análise da competência docente na educação de jovens e adultos com deficiência intelectual, a autora analisa as quatro unidades escolares, consideradas escolas polos de cada um dos quatro distritos. Abaixo, segue um quadro resumo dos dados das respectivas escolas.

TABELA 2 - Unidades Pólos dos Distritos de Duque de Caxias

DISTRITO	UNIDADE PÓLO	TEMPO DE EXISTÊNCIA	QUANTIDADE DE ALUNOS
1º	E. M. Ruy Barbosa	31 anos	760 alunos
2º	E. M. Regina Celi da Silva Cerdeira	31 anos	257 alunos
3º	E. M. Santa Luzia	60 anos	800 alunos
4º	E. M. Santo Agostinho	53 anos	782 alunos

Fonte: Santos, 2020

A Educação Especial no município de Duque de Caxias foi implantada em 1979, para “dar conta” de alunos com mais de três anos de repetência, mas reformulou suas políticas de atendimento e planejamento das classes e recursos para educação Especial na década de 90, levados pelos estudos do Construtivismo e Sociointeracionismo. No Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias de 2015, contam como serviços e apoio à inclusão por meio de Educação Especial:

- Apoio Administrativo;
- Programa de sala de recursos;
- Programa de deficiência intelectual / mental;
- Programa de educação de surdos;
- Programa de autismo e demais transtornos globais do desenvolvimento;
- Programa de deficiência visual;
- Programa de deficiência física, múltiplas e tecnologias assistivas;
- Programa de altas habilidades / superdotação;
- Programa de classe hospitalar;
- Programa de Educação Especial na Educação Infantil.

A Secretaria também reforça em seu plano, a necessidade de parcerias para assistência multeducacional e metas que garantem a expansão do acesso, qualificação do debate, formação docente contínua, entrosamento entre órgãos públicos e iniciativas privadas e inclusão ao mercado de trabalho.

3.3 Procedimentos Éticos e Produção das Categorias de Análise de Dados

Como investigação complementar ao Projeto Pró-Inclusão, o presente estudo está resguardado pelos procedimentos éticos na coleta de dados de pesquisas sociais, como registro na Plataforma Brasil, o protocolo de ética nº 135/2021 (Apêndice 3) e a aprovação pelo Conselho de Ética da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E ainda, visando resguardar os participantes, no aspecto ético de aplicação de análises de cunho social, foi elaborado e assinado pelos entrevistados, o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (Apêndice 2).

Para facilitar a produção do texto narrativo acerca da percepção acerca do mercado de trabalhos e das TICs foi utilizada a metodologia de “Análise de Conteúdo”, que reconhece o papel ativo do pesquisador na produção do conhecimento a partir da triangulação de dados coletados, sejam verbais ou não-verbais e identificação de padrões identificados.

São diversas as possibilidades de análise: a partir do discurso, das relações, da expressão, da enunciação. Utilizou-se para esta pesquisa a Análise Categorical,

com a criação de categorias segundo o agrupamento de unidades de texto com sentido aproximado.

[...] para as definições das unidades de análise [...] pode-se manter os documentos ou mensagens em sua forma íntegra usou pode-se dividi-los em unidades menores. A decisão sobre o que será a unidade é dependente da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e do tipo de materiais a serem analisados (Moraes, 1999, p.5).

As categorias foram criadas a partir de temas, ou núcleos de sentido que compunham o roteiro semiestruturado de entrevista, elaborado a partir da pré-análise do campo de estudo com base em dados existentes e bibliografia especializada em torno da temática principal da pesquisa, concepções no mercado de trabalho e uso das TICs.

Por meio da coleta de dados, as categorias foram estabelecidas para melhor entendimento desta investigação, iniciamos por buscar um perfil demográfico dos participantes da pesquisa, para melhor identificarmos esses sujeitos.

Em seguida, uma vez que a autonomia é apontada como primordial para o exercício das atividades laborais, coube como segunda categoria de análise a interpretação das falas dos sujeitos entrevistados “sobre a autonomia” que possuem para as práticas cotidianas.

A partir do entendimento da autonomia dos entrevistados, partiu-se para a temática “Concepções sobre o mercado de trabalho”, a fim de compreender o que os sujeitos pensam sobre o mercado de trabalho, se querem estar neste espaço, como se veem neste espaço.

Após, explorou-se enquanto categoria de análise o “Uso das tecnologias” para levantar se os entrevistados possuem acesso aos meios como computador e smartphone, se possuem acesso à internet, se utiliza as redes sociais e o que fazem na internet.

Julgou-se importante averiguar, além das concepções sobre o mercado de trabalho, as “experiências no mercado de trabalho”, compreendendo que, uma experiência ruim pode influenciar a ideia que se tem sobre a ocupação laboral.

Por fim, foi explorada, enquanto núcleo de sentido, os “Sonhos e Expectativas para o Futuro”, a fim de analisar se estudar e trabalhar fazia parte do repertório e expectativas destes jovens.

CAPÍTULO 4

ESTUDAR, TRABALHAR, VIAJAR... CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SOBRE O MERCADO DE TRABALHOS E AS TICS

A esperança, para mim, é acreditar em Deus. A partir do momento que você tem Deus consigo, tudo pode ser superado. Eu acredito que uma forma de se ter esperança é tentarmos ser pessoas melhores, sempre. Além disso, também vejo a família como motivador da esperança. Ao enxergarmos os defeitos dos outros, e utilizarmos aquilo como uma forma de melhoria pessoal, tentamos não repetir a mesma conduta, no futuro.

Uelen Do Nascimento Magalhães,
Secretaria de Segurança (SEG), STF, 2021)

Este capítulo destina-se a discutir os resultados da pesquisa, a partir da análise de conteúdo (Moraes, 1999) das respostas de oito entrevistas realizadas na escola municipal, de ensino comum e especial, localizada no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, junto aos alunos com deficiência intelectual, pertencentes às turmas da Educação Especial, nos turnos da manhã, tarde e noite.

Visando a coleta de dados, categorias foram estabelecidas para melhor entendimento desta investigação, dentre elas falaremos sobre o perfil demográfico desses sujeitos; a avaliação da autonomia referente às tarefas do dia-a-dia; a compreensão das concepções acerca do mercado de trabalho; a averiguação do uso das tecnologias; a observação das experiências no mercado de trabalho das pessoas com deficiência intelectual entrevistadas; e, por fim, identificamos seus sonhos e desejos para o futuro. A seguir exibiremos a análise dos dados.

4.1 Perfil demográfico dos Participantes da Pesquisa

Nesta categoria, referente aos itens 1 a 6 do roteiro semiestruturado (Apêndice 1), buscamos identificar o perfil demográfico dos participantes da pesquisa.

Faz-se importante salientar que, antes de cada entrevista, a pesquisadora apresentou-se aos alunos, assim como a sua auxiliar, e fora explicado individualmente, sobre o Projeto Pró-Inclusão, assim como, o objetivo a que se

destinava a pesquisa. Os participantes também assinaram o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (Apêndice 2) e receberam uma cópia do mesmo para que levassem para casa.

Do total dos oito alunos entrevistados, seis eram homens e duas eram mulheres. Para outro estudo, seria interessante observar, que as turmas, em sua maioria, eram formadas por homens, independente do horário de sua realização.

Em relação ao conhecimento de suas datas de nascimento e aniversários, a data completa, nenhum deles soube responder, alguns tinham conhecimento apenas do período, já que ficavam próximos a datas festivas, como Natal e Páscoa.

Os estudantes que não se lembravam de nenhuma informação, pertinente ao seu nascimento, fizeram questão de pedir ajuda da professora presente para obtê-la, mesmo estando cientes que nenhuma das perguntas contidas em nossa entrevista fosse de resposta obrigatória.

Com relação a idade, embora saibamos que todos estão acima dos 18 anos, a maioria encontra-se dos 30 aos 40 anos. No entanto, é importante trazer a observação de que ao serem perguntados sobre a idade, a resposta imediata adquirida é que têm entre 20 a 25 anos, ou seja, automaticamente se identificam e associam-se com idade inferior a que possuem, naturalmente.

Outra característica evidente nesta pesquisa relaciona-se com o fato dos entrevistados não se importarem com a questão da idade, ou seja, mais novos ou mais velhos interagem sem barreiras nesse sentido, não representando um elemento relevante em suas vidas, pelo menos dentro do ambiente escolar, não havendo uma diferenciação imposta por eles neste quesito, embora a experiência adquirida ao longo dela seja, como veremos mais adiante.

Apenas uma aluna, V-40, não quis explicar sua idade. Demonstrou incômodo em expor tal informação, pois disse sentir-se vergonhada. Sendo assim, a deixamos confortável em não revelar verbalmente esse dado, embora a professora tenha nos apontado o quadro existente (colado) na parede da sala de aula, o qual revela o nome, a data de nascimento e a idade de todos os alunos daquela turma.

Sobre cor/raça/etnia e gênero, foram dados apenas observados e não perguntados, já que esta não era a temática da nossa pesquisa, no entanto é importante mencionar que apenas um dos entrevistados poderia ser classificado como uma pessoa branca, mediante suas características físicas percebidas, como

cor da pele, traços físicos e cabelos. No referencial de gênero, nos atemos a forma que cada um dos sujeitos se identificou ao se apresentar e declarar seus nomes.

4.2 O que dizem os sujeitos participantes sobre autonomia?

Nesta etapa, procuramos analisar sobre a qualificação da autonomia dos sujeitos participantes da pesquisa, baseando-se nas tarefas rotineiras executadas individuais e/ou coletivamente por eles, dentro e fora de casa.

Iniciamos solicitando que contassem um pouquinho sobre eles, depois perguntamos sobre como era o dia-a-dia, com quem moravam, quais as atividades rotineiras praticadas, sobre suas amizades e como eram desenvolvidas, como era a vida escolar, o que mais gostavam de fazer na escola, como iam e voltavam de lá e se gostariam de ir sozinhos ou de ônibus. Encontramos uma diversidade de informações.

Iniciamos trazendo um quadro explanando sobre suas rotinas, como veremos abaixo:

QUADRO 1 – Rotinas dos Alunos Participantes da Pesquisa

ALUNOS	ROTINAS	PREFERÊNCIAS
F - 32	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar; • Escovar os dentes; • Arrumar a cama; • Dobrar as roupas; • Tomar café da manhã; • Correr atrás do seu dinheiro; • Praticar exercícios físicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ Malhar com os amigos; ♥ Tirar fotos.
W-18	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar; • Ligar o computador e a TV; • Tomar café da manhã; • Acordar a Avó; • Fazer os trabalhos de casa; • Ajudar a Avó a cortar os legumes com a faca. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ No café da manhã gosta de leite com chocolate frio.
V-40	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar; • Ver TV e o celular; • Tomar conta da prima pequena; • Arrumar o quarto e a cama; 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ No café da manhã gosta de pão com mortadela e café com leite ou leite com chocolate.

	<ul style="list-style-type: none"> • Tomar café da manhã; • Tomar banho sozinha; • Arrumar para a escola; • Aguardar o transporte da Prefeitura para ir à escola. 	
C-25	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar cedo; • Ir ao banheiro; • Tomar café da manhã; • Tomar banho; • Arrumar para a escola; • Disse ter um despertador, com todos os horários de suas atividades diárias. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ No café da manhã gosta de café puro ou com leite e, as vezes, leite com chocolate, mas ama pão; ♥ Gosta muito de conversar.
T-40	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar; • Escovar os dentes; • Tomar café da manhã; • Esperar a hora de ir para a escola; • Sabe seus horários e controla sozinha; • Lavar a louça; • Arrumar a casa; • Mas não pode lavar roupas e nem ajudar nesse sentido, assim como não pode cozinhar. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ No café da manhã gosta de café com leite e pão com manteiga.
D-43	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar (por volta das 11h); • Tomar café da manhã; • Assistir TV; • Fazer as coisas em casa até ir para a escola; • Ficar pensando nas festas e passeios, principalmente no Natal, que era a festa mais próxima que ocorreria. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ Quer ser motorista de ônibus; ♥ Ama falar.
L-30	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar (em alguns momentos mais tarde); • Tomar café da manhã; • Às vezes almoçar; • Assistir TV. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ No café da manhã gosta de leite com café e pão com mortadela; ♥ Adora ver desenho e filmes de terror são os seus preferidos.
A-34	<ul style="list-style-type: none"> • Acordar; • Tomar café da manhã; • Limpar e arrumar a casa; • Ver filmes; • Almoçar na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ No café da manhã gosta de leite com pão e só.

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

De acordo com os entrevistados, a maioria acordam, se levantam sozinhos da cama, embora alguns tenham a ajuda dos familiares e outros do despertador. Dois alunos, F-32 e D-43, realizam suas orações logo ao acordar, antes de iniciar suas atividades.

No que tange a higiene bucal, escovar os dentes, curiosamente, não é um hábito agradável, a maior parte dos alunos não sente prazer em realizar essa ação.

Em contrapartida, todos revelaram arrumam suas camas, antes do café da manhã e alguns dobram as próprias roupas.

Sobre o café da manhã, há uma grande preferência pelo café com leite e o pão com mortadela, mas também existem os amantes do chocolate quente e do café puro.

Quanto à realização de exercícios físicos, apenas um dos entrevistados, F-32, mencionou realizar essa prática, na verdade ele é apaixonado pela “malhação” e desempenha essa atividade em casa, mostrou várias fotos dele em movimento e também dos pesos que fez com cimento, para poder se exercitar sempre em casa com amigos.

Sobre assistir televisão, os desenhos e filmes são a preferência, assim como ouvir/assistir música pela/na TV, passando pelos programas voltados para a comédia, novelas, auditório e reality.

Quanto a dispositivos tecnológicos²⁰, como o “usar o computador” e o “celular”, apenas dois alunos relataram essa prática, sendo o entrevistado W-18, o único usuário a declarar sua paixão pelos computadores e sua vontade de usá-lo cada vez mais para explorar o mundo, outras vertentes tecnológicas, descobrindo novos lugares e também seu interesse por robótica e V-40, que utiliza o celular para falar com a família e realizar fofocas com as amigas.

A maioria dos entrevistados declarou fazer os trabalhos da escola, enviados para casa, sozinhos, mas quando estão muito difíceis, pedem ajuda de algum membro da família, que esteja próximo e, caso o auxílio não seja suficiente, pedem o assessoramento da professora ao chegar à escola.

A pluralidade da autonomia também faz-se presente na realização da higiene pessoal, através do banho, das vestimentas para o dia-a-dia e no preparo da ida à escola.

Achamos interessante trazer a fala da aluna T-40:

[...] eu tenho os horários de todas as minhas atividades diárias, para melhor controlar o tempo dos meus afazeres e minha mãe não brigar comigo, até porque eu gosto muito de conversar! Assim eu sei todos os meus horários e posso me controlar sozinha (Entrevistada T-40, 2022).

²⁰ Falaremos mais profundamente sobre o uso das tecnologias da comunicação e informação, voltados para pessoas com deficiência intelectual, no item 4.4, esta informação fora inserida aqui apenas para ressaltar a pouca utilização dos dispositivos, nos hábitos diários dos participantes da pesquisa.

Foi uma informação inesperada e positiva, já que essa mesma aluna relata ter grandes medos como, sair de casa sozinha, morar muito longe e só ter a mãe como companhia para morar e realizar todas as suas atividades. Além disso, foi a única entrevistada que detém um conjunto de ações mais infantilizado, no seu jeito de ser, agir e falar. Ela também apresentou um espanto, em determinadas perguntas, ao longo da entrevista, como no item seguinte, o 4.3, quando abordamos as concepções sobre trabalho e, ainda, andar sozinha e ao falarmos sobre os sonhos.

Outra exposição relevante foi a de C-25 que nos informou ter um despertador, com todos os horários de suas atividades diárias, para facilitar na autonomia de suas tarefas (Entrevistado C-25, 2022).

Os entrevistados relataram que, nas atividades coletivas da casa, estão inseridas as seguintes funções:

- acordar outros parentes/familiares;
- cortar legumes com a faca (apenas W-18 teve essa experiência);
- saber cozinhar e fazer um pouco de tudo, por exemplo linguiça, arroz e ovo (C-25 foi o único a declarar tal perícia);
- tomar conta de outra criança;
- arrumar o próprio quarto;
- ajudar a arrumar a casa;
- afazeres domésticos variados e não especificados.

A maioria relata que não pode habitar o ambiente da cozinha, tanto para fazer comida e/ou lanches ou até mesmo ajudar a lavar e secar as louças, porque a família/responsáveis não deixam. Existe um temor de que se machuquem com vidros, lâminas, utensílios e/ou com o fogo. Desta forma, eles não desenvolvem suas habilidades colaborativas voltadas para esse campo, acabando por temer a utilização junto a objetos considerados delicados, pontiagudos e/ou com relativa periculosidade.

Outra informação constatada pelas entrevistas é que dificilmente participam da lavagem das roupas, seja a mão ou na máquina de lavar, pois a família não permite, já a sua colocação na corda, consideram uma atividade muito difícil, segundo comentários realizados pelos participantes, ao longo da aplicação das entrevistas.

Com relação à organização familiar, buscamos saber e entender sobre com quem moram e as diferentes dinâmicas e formações familiares encontradas. Desta forma, as entrevistas revelaram composições diversas onde em apenas uma residência há a presença do pai e da mãe; quatro com a participação dos avós atuando com tios e outros irmãos; duas apenas com a mãe e os outros filhos, sendo T-40 a única que conta apenas com a mãe no desempenho desta tarefa; uma com as tias; e só uma com o pai dividindo, com a avó e o irmão mais velho, a criação e responsabilidades do sujeito em questão.

QUADRO 2 – Formações Familiares

ALUNOS	FORMAÇÃO FAMILIAR	OUTRAS INFORMAÇÕES
F - 32	<ul style="list-style-type: none"> • Mãe; • Irmã; • Irmão. 	♥ Sem muitos comentários sobre a formação familiar.
W-18	<ul style="list-style-type: none"> • Avó; • Avô; • Tiane; • Tio Vagner (cunhado da avó); • Tia Beca; • Irmãos (Manuela, Mateus, Guilherme e Ana Júlia). 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ Mora com 11 pessoas na mesma casa; ♥ Promoveu muitos detalhes referentes à família e deixou bem clara a importância dos avós em sua vida.
V-40	<ul style="list-style-type: none"> • Avó; • Padrasto (marido da avó); • Prima pequena (Alana). 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ Comentou que o pai não mora com ela, mas que trabalha com vendas; ♥ Tem muito orgulho em ajudar a avó na criação da prima pequena.
C-25	<ul style="list-style-type: none"> • Pai; • Avó; • Irmão mais velho (João Pedro). 	♥ Quis acrescentar que mora perto da Pedra de São Bento.
T-40	<ul style="list-style-type: none"> • Mãe. 	♥ Os irmãos Tarcísio e Thiago moram longe e em locais difíceis de chegar.
D-43	<ul style="list-style-type: none"> • Mãe (Ilza Helena Lira - Diaconisa); • Pai (Antônio José Lira - Pastor); • Irmã (Stephane Lira). <p>O aluno fez questão de falar os nomes completos dos familiares e garantir que os mesmos tenham sido escritos de forma correta.</p>	♥ A irmã Isabelle Lira e os irmãos Greison Guilherme Lira e Emanuel Gustavo Lira, ambos pastores, são casados e residem em outras moradias.
L-30	<ul style="list-style-type: none"> • Avó (Maria de Fátima); • Avô (Francisco de Assis). 	<ul style="list-style-type: none"> ♥ Moram com o pai, os irmãos Quirlândia, Raiane, Cristiane e Sandra; ♥ Os tios Manoel e Genaro

		moram separadamente.
A-34	<ul style="list-style-type: none"> • Tia Denise; • Tia Tica; • Primos (não recorda os nomes). 	♥ Este aluno não recordava o próprio nome e seus dados pessoais, pedindo ajuda a professora na aquisição destas informações.

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

Vale ressaltar que, em nenhum dos casos, existe apenas um responsável gerindo os cuidados da pessoa com deficiência intelectual, na maior parte dos lares há outros irmãos, tios, avós, amigos, parentes e/ou primos presentes, com ou sem deficiência, bem como a participação de um a três adultos responsáveis, salvo o caso de T-40, como já citamos acima.

O mais eufórico para mencionar sobre família foi D-43, super empolgado, nos forneceu os nomes completos de seus pais e irmãos, falou dos tios, onde todos moravam e proferiu orgulhosamente assim:

[...] minha mãe Ilza Helena Lira é diaconisa, meu pai Antônio José Lira é pastor e minha irmã é a Stephane Lira. A outra, Isabelle Lira, se casou e mora em Cangulo/Caxias, tem que pegar o ônibus pra chegar lá. E tem mais 2 irmãos, o pastor Greison Guilherme Lira e o Emanuel Gustavo Lira (Entrevistado D-43, 2022).

Sobre o convívio social e autonomia dentro de suas relações, o ciclo de amigos apresentados pelos entrevistados, em unanimidade, é bem restrito, apresenta-se entre os colegas de classe escolar, os funcionários da escola (inspetores, motorista da van, porteiro), as professoras da sala de aula, as auxiliares e seus familiares (pais, mães, irmãos, tios, sobrinhos e primos).

No entanto, também fomos acometidos por um relato muito triste, que nos emocionou, vindo, mais uma vez, de D-43, incontestavelmente o mais falante de todos os entrevistados, difícil foi mantê-lo dentro do escopo da entrevista. Ele é um apaixonado por ônibus, mas nos atentando aos vínculos de amizade, ele nos trouxe a notícia da perda de um amigo querido, o Diego, que faleceu num assalto após ser baleado com um tiro nas costas. Foi o único instante em que D-43 fez um momento de silêncio e ficou triste.

Passado o momento, seguimos com os relatos e adentramos aos dados referentes a vida escolar, onde objetivamos saber sobre as rotinas, desde a ida para a escola, sua chegada ao local, vida dentro da sala de aula, nos espaços da

instituição escolar e seu retorno aos lares, visando conhecer e observar o processo de socialização. Nesse percurso iniciamos perguntando sobre como eles vão a escola.

A maior parte dos estudantes utiliza a van da Prefeitura do Município de Caxias como transporte de ida e volta da escola, mas três alunos vão de ônibus e apenas um a pé. Dos que vão de ônibus, dois pertencem ao turno da noite e vão sozinhos para a escola, mas quando retornam aos seus lares, buscam pegar a mesma condução, não só para fazer companhia uns aos outros, mas também prezando pela segurança, como orientado por seus pais e/ou responsáveis.

Já a aluna T-40, é do turno da tarde, vai de ônibus com a mãe, disse que não pode usar a van da Prefeitura, porque tem o passe para transporte público e que ir sozinha não é uma possibilidade, visto que mora muito longe, inclusive repetiu essa informação muitas vezes ao longo da entrevista, realçando que sua mãe coloca sempre esse dado/obstáculo para ela, em muitos momentos e ao abordarmos sobre assuntos distintos.

O aluno A-34, que também estuda no turno da noite, vai a pé e sozinho, mora próximo à quadra esportiva da escola (mas também falou sobre a quadra de uma escola de Samba), dando a entender que passa a maior parte do tempo na instituição, já que mesmo estudando à noite, realiza suas refeições (almoço, lanche da tarde e jantar) ao longo do dia dentro da escola. Esse aluno é o único que mora com as tias, como relatamos anteriormente.

Na chegada à escola, salientam que a experiência é boa, alegre, feliz, divertida, por ser um local onde fazem amigos, conhecem pessoas, os meninos ressaltam que conheceram meninas, indo a escola, como relata W-18, ao revelar sua paixão, quando conheceu o grande amor de sua vida, Jaiane, com quem almeja se casar (Entrevistado W-18, 2022).

No entanto, também citam que há acontecimentos que taxaram como “chatos”, perguntamos o que seriam, mas não quiseram falar a respeito e os deixamos confortáveis para relatar só o que desejavam. Em seguida, evidenciaram que gostam de jogar queimado e, logo depois, disseram ficar estressados quando os amigos faltam, principalmente sem avisá-los previamente, nos levando a crer que os acontecimentos “chatos” está interligado a ausência dos colegas que estão habituados a ver e conviver todos os dias .

Com isso, identificamos que caracteriza-se como um de suas rotinas, dentro do ambiente escolar, abraçar os colegas, professores, funcionários e pessoas especiais (namoradas(os)), conversar, dar risadas, fofocar, brincar, jogar queimado e obedecer ao sinal para entrar e sair da sala de aula e realizar as refeições. A aluna V-40 ressaltou que:

[...] para facilitar a minha locomoção, vou para a escola numa cadeira de rodas, até chegar a sala de aula, lá eu sento na cadeira normal, igual a todo mundo, como os outros colegas, e, quando quero ir ao banheiro, chamo a professora, que me ajuda até chegar lá, mas eu vou sozinha e depois eu volto e ela me ajuda a lavar a mão (Entrevistada V-40, 2022).

Dentro de classe, os discentes entrevistados demonstraram, no geral, que adoram desenhar, pintar, colorir, recortar figuras, fazer colagens, escrever seus nomes, copiar textos e realizar todo tipo de trabalhos que lhe são propostos. Através desse esclarecimento, percebe-se que realizam, em sua maioria, as tarefas sozinhos, no tempo de cada um, e recebem ajuda quando a solicitam, ou demonstram não conseguir realizar a tarefa, tanto da professora como de sua auxiliar, o que propõe a autonomia dentro das atividades propostas em sala de aula, de forma individual e atendendo as particularidades dos alunos.

No pouco tempo que a pesquisadora passou com os estudantes em sala de aula, pode-se constatar que eles também adoram participar das atividades de:

- revezamento para ser o “ajudante do dia” da professora (a chamam mais de tia);
- ouvir, cantar, dançar e/ou aprender a música nova que ela traz para conhecerem e despertar novos sentidos ou para que apenas apreciem e digam suas impressões;
- escutar a “novidade²¹” da professora, dos colegas e falar as suas;
- ensaiar para o show de talentos;
- saber mais sobre os passeios que a escola propõe²²;
- e, colocar o material pessoal na mochila com a ajuda da professora e/ou de sua auxiliar.

²¹ Entendemos novidade aqui como algo novo que esteja sendo trazido a sala de aula ou a algum fato que tenha ocorrido com a professora e/ou com algum dos alunos presentes, assim como um dos alunos tenha desejo de expor algum situação.

²² No período da entrevista estavam ansiosos para a ida ao Sítio do Sub-Sargento e Sgt do Exército, em Piabetá, que realizar-se-ia em 16/12/2022 e também ao Caxias Shopping, para ver a decoração de Natal, que aconteceu no dia da minha última visita à escola (24/11/2022).

É importante expor que adoram receber visitas e ficam bem eufóricos e interessados em adquirir mais informações sobre o visitante que se apresenta a eles, sem demonstrar vergonha ou timidez, tornam-se bem falantes e perguntam sobre tudo, nome, idade, onde moram, o que fazem, o que foram fazer ali, cor favorita, música que gostam, se tem namorado, comida preferida e outras questões, como ocorrera com a pesquisadora no primeiro dia com eles. O que demonstra o quanto a interação junto ao novo tende a ajudá-los para o desenvolvimento de estímulos, socialização e todo processo de autonomia de cada indivíduo.

Outro dado relevante percebido foi a notória integração das professoras e auxiliares, junto aos alunos e suas famílias, assim como sua inserção²³ na estrutura familiar deles, sabendo um pouco mais sobre suas rotinas pessoais, histórias e composições familiares, “prontuários hospitalares”, particularidades e singularidades, incentivando seu crescimento gradativo e a descoberta de suas capacidades e potencialidades.

Um elemento que precisa ser contemplado e ressaltado é a criatividade das docentes, para dar conta de todo trabalho a ser desenvolvido²⁴, junto aos alunos das classes de Educação Especial e Inclusiva.

Como atingir o crescimento progressivo individual, particular e mirando as especificidades de cada um dos casos apresentados, diante da pequena estrutura (sala de aula) disponibilizada aos alunos do EJA, torna-se um grande desafio a ser superado para que o pleno desenvolvimento desses sujeitos seja alcançado e suas habilidades, competências e autonomia sejam estimuladas e expandidas a sua máxima potência.

Pelo que comprovamos, através das pesquisas realizadas pelo IBGE (2022) com o Censo de 2022, citado na Introdução desta dissertação, cerca de 18,6 milhões de pessoas possuem alguma deficiência no Brasil e desse quantitativo, apenas 5,1% compõe sua força de trabalho.

Tais resultados adquirem tal expressividade diante da pouca autonomia que a pessoa com deficiência intelectual detém em nossa sociedade. A falta de oportunidades para ampliar seus conhecimentos e aperfeiçoar suas especificidades,

²³ No sentido de estar ciente da composição da família de cada aluno e como pode ajudá-lo ou a família para que este evolua em suas construções.

²⁴ Explícito nos trabalhos visíveis nas paredes da sala de aula e em alguns painéis da escola, além da dedicação e carinho que visivelmente são demonstrados por professores, familiares e alunos, diante do exposto ao longo da pesquisa.

torna-se um elemento necessário a ser modificado nos processos e estruturas para a evolução do seu conhecimento.

Como estímulo e aproveitamento das capacidades desses sujeitos, a união das áreas da família, saúde e escola, tendem a preparar e qualificar de forma mais adequada esse indivíduo, ao promover pleno amadurecimento de suas capacidades, preparando e resguardo-os, através de políticas públicas, visando uma transição harmônica para o mercado de trabalho.

4.3. Concepções sobre o Mercado de Trabalho dos participantes com deficiência intelectual

Para falarmos a cerca dessas concepções foi preciso explorar, adentrar, conversar e levar em consideração, com bastante delicadeza, as bases familiares dos sujeitos participantes. A influência dos mesmos em suas formas de pensar e, conseqüentemente, agir, falar e se expressar, é bem explícita e muito citada ao longo de todo nosso “bate-papo”.

Acreditamos que pelas dificuldades financeiras, que todas as famílias enfrentam, a pouca instrução escolar, a carência/ausência de tratamentos nas redes públicas, para o acompanhamento, o desenvolvimento e a evolução de todos os membros do núcleo familiar, torna o medo de perder o benefício assistencial²⁵, neste caso nos referimos ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), adquirido pela pessoa com deficiência intelectual e muitas vezes a única fonte de renda da família, como já abordamos em capítulos anteriores, sejam fatores que influenciam na fala e aproximação do assunto nesses sujeitos.

Desta forma, das questões 14 a 16, buscamos feedbacks referentes as concepções relativas ao mercado de trabalho, perguntando sobre o que pensam? Se gostariam de trabalhar? Se já pensaram a respeito? O que acham que sabem fazer bem? E o que gostariam de fazer quando a escola terminar? Gostariam de trabalhar?

Alguns dos dados obtidos podem ser observados no quadro abaixo:

²⁵ Muitos colocaram que só conseguiram através da justiça e perdê-lo seria a ausência da renda principal da família, muitas vezes, a única renda mensal fixa daquela família, já que a maioria dos trabalhos citados são informais, para complementação da renda e não como renda principal.

QUADRO 3 – Concepções sobre Trabalho dos Participantes

ALUNOS	PENSA SOBRE TRABALHO?	O QUESABE FAZER BEM?	QUANDO A ESCOLA ACABAR?	GOSTARIA DE TRABALHAR?
F-32	SIM , vendendo sacolé, trufa ou no mercado.	♥ Tirar o lixo; ♥ Arrumar as coisas em casa.	★ Quero trabalhar; ★ Ajudar as pessoas; ★ Ter dinheiro; ★ Fazer capoeira.	SIM
W-18	AS VEZES , para vender coxinha, açaí, vestidos, remédios para pessoas carentes e adultos.	♥ Fazer artes; ♥ Tocar cavaquinho na Escola de Samba Grande Rio; ♥ Arrumar a cama; ♥ Ajudar a avó nos afazeres da casa.	★ Gostaria de trabalhar; ★ Fazer faculdade; ★ Estudar robótica; ★ Casar com a Jaiane.	SIM
V-40	NÃO , Não posso e não quer trabalhar.	♥ Secar e guardar a louça; ♥ Tirar o pó dos móveis; ♥ Dobrar as roupas.	★ Não sei, nunca pensei nisso, sempre achei que ficaria na escola direto, não posso fazer muitas coisas.	NÃO
C-25	SIM , Penso em trabalhar com transporte	♥ Estudar; ♥ Jogar bola; ♥ Conversar com os amigos; ♥ QAtender o telefone em casa; ♥ Passar pano na casa; ♥ Faço tudo.	★ Quero continuar estudando outras coisas.	SIM
T-40	NÃO , Nunca pensei.	♥ Lavar a louça; ♥ Arrumar a casa; ♥ Controlar os próprios horários.	★ Ficar em casa; ★ Deixar esse espaço; ★ Partir para outras conquistas.	NÃO
D-43	SIM , acho muito legal e quero ser motorista de ônibus.	♥ Desenhar; ♥ Tocar violão e outros instrumentos; ♥ Ir a igreja.	★ Quero ser motorista de ônibus da empresa Regina's ou Carioca.	SIM
L-30	NÃO , Mas as vezes penso em ser camelô e vender coisas.	♥ Cantar; ♥ Ouvir música; ♥ Não é bom ficar com a cabeça parada.	★ Não tenho planos, ainda não sei o que vou fazer.	NÃO
A-34	SIM , Queria trabalhar no mercado mas ainda não sei escrever.	♥ Sou legal e leal; ♥ Sou um bom amigo.	★ Gostaria de trabalhar no shopping.	SIM

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

A partir desta explanação verificamos que, dos oito entrevistados, quatro pensam na questão do trabalho, um às vezes e três não pensam, embora L-30 tenha nos relatado que:

[...] Não, não penso sobre trabalho, mas as vezes eu penso em trabalhar sim, sei lá, acho que como camelô! Quero vender biscoitos, lanches, dar troco, porque não é bom ficar parado não. Trabalhar e fazer alguma coisa é um exercício para a cabeça, né? (Entrevistada L-30, 2022).

Enquanto isso, cinco querem trabalhar e três não detém esse desejo e sequer pensam a respeito, demonstrando que a maioria dos alunos entrevistados tem vontade de prosseguir e realizar a transição sendo inseridos no mercado de trabalho após finalizar seu processo de escolarização.

Dentre aqueles que pensam em ter um ofício e gostariam de exercê-lo, no decorrer das entrevistas foram indicadas as seguintes atividades laborativas: transporte de pessoas, trabalhar/ajudar outros indivíduos, ensacador de compra nos mercados, repositor de produtos de lojas/mercados e, como atividade mais disputada, vendedor!

Os vendedores ganharam esta etapa e foram mencionados como. vendedor de sacolé, trufas de chocolate, biscoitos, lanches, coxinha (não eram salgadinhos, só coxinhas, será que esta seria uma paixão pessoal de W-18?), açai, vestidos, remédios para adultos, camelô...

E não poderíamos deixar de trazer D-43 e sua paixão pelos ônibus e em ser motorista:

[...] eu penso sobre trabalho sim, meu sonho é ser motorista de ônibus, quero ajudar as pessoas, levando de um lugar para o outro, posso fazer isso com a minha família e com os meus amigos. Além disso, você já viu como um ônibus é lindo e como eles são diferentes? Olha o Reginas e o Santo Antônio, como são bonitos... E o ronco dos motores? Eu adoro!!! Um dia ainda vou ser motorista de ônibus, se Deus quiser, em nome de Jesus (Entrevistado D-43, 2022).

V-40 é a única que já vislumbrou trabalhar e não quer mais e nos disse assim, “agora não penso, já pensei, não penso mais, não posso trabalhar. Eu tenho que arrumar condição e ainda não posso”. Seu relato foi visualmente bem difícil, ela ficou

bem desconfortável ao falar a respeito, abaixou a cabeça, sorriu timidamente e finalizou dizendo que não pode fazer muitas coisas²⁶ (Entrevistada V-40, 2022).

E o relato de T-40, única a manifestar que nunca pensou em exercer uma ocupação, mesmo demonstrando ficar bem incomodada com a pergunta, adquirindo trejeitos mais infantilizados e uma inquietação²⁷ generalizada, nos revelou “não posso, moro longe, minha mãe disse que não dá, que não posso, não posso andar sozinha, não posso, é perigoso, não posso” (Entrevistada T-40, 2022).

Na questão seguinte buscamos descobrir sobre as habilidades que detêm, as coisas que sabem fazer bem e na qual se enxergam como especialistas, ofertando-lhes maior abertura para demonstrar suas aptidões nas áreas laborativas, como também, as possíveis atividades que podem desenvolver e explorar no futuro, para ganhar maior visibilidade no trabalho e no ganho que podem adquirir ao desenvolverem suas potencialidades, quando despertam para a questão da autonomia.

Com isso, foram apresentadas muitas tarefas domésticas como tirar o lixo, arrumar a casa, lavar a louça e roupa, cozinhar (com as limitações que apresentamos anteriormente), secar a louça, tirar o pó dos objetos e móveis da casa e atender o telefone da residência. C-25, o único a relatar anteriormente sobre seus dotes culinários, também fora exclusivo ao comunicar que coloca as roupas na corda.

Outras atividades instigantes foram trazidas à tona, dois alunos, W-18 e D-43, disseram que realizam aulas de música e tocam instrumentos musicais. W-18 toca cavaquinho na Escola de Samba Grande Rio e D-43, é multi-instrumental, toca violão, guitarra, contrabaixo e teclado na Igreja Evangélica Congregacional Ministério Milagre em Betel e ainda se diz exímio desenhista, assim como F-32 que não só gosta de desenhar, mas ama fotografar²⁸.

²⁶ V-40 é muito falante, risonha, extremamente simpática e divertida. Apresenta baixa visão e dificuldades na locomoção, como relatado anteriormente, utiliza-se da cadeira de rodas para melhor realizar o processo de sair de casa, entrar na van da Prefeitura, ir para a escola, sair da van, entrar nas imediações da instituição e apenas ao chegar na sala de aula ser colocada na cadeira para ficar igual aos colegas, como ela mesma nos falou.

²⁷ Mexia nos cabelos, nos papéis em cima da mesa, nas canetas, gravador, levantou e sentou, chamou a “tia” (professora), pediu para ir ao banheiro mas só entrou e saiu.

²⁸ No momento de nossa entrevista, por sinal ele foi o primeiro de todo o processo, ele sacou o telefone do bolso da calça jeans e mostrou as fotos dos pesos que fez com cimento, de trabalhos realizados na escola, dos amigos da turma, de objetos diversos em sua casa e de algumas paisagens. Fotos muito bonitas e bem tiradas, um fotógrafo promissor!

E ainda, L-30 mostrou seu potencial vocal para nós, depois de dizer que “as pessoas comentam que eu canto muito bem e que o canto é bom, traz coisas boas”, ele também disse que ama ouvir músicas de todos os tipos. Já A-34 diz que o que melhor sabe fazer é ser leal, legal e amigo.

Na sequência, a última questão dessa categoria, aborda sobre o que gostariam de fazer quando terminar a escola e achamos interessante colocar o relato de cada um:

- F-32, “[...] quero trabalhar, ajudar as pessoas que também precisam de ajuda, ter dinheiro e fazer capoeira”.
- W-18, “[...] gostaria de trabalhar, fazer faculdade, estudar robótica para aprender a fazer robôs e colocar o nome da minha pessoa favorita (Jaiane) para sempre na minha vida (casar)”.
- V-40, “[...] não sei, nunca pensei a respeito, nunca achei que podia sair daqui. Eu gostaria de ficar na escola direto, é, esse é o meu objetivo, já que não posso fazer muitas coisas”.
- C-25, “[...] continuar estudando aqui ou em outras escolas, quero aprender mais”.
- T-40, “[...] ficar em casa, porque as férias estão chegando²⁹.”
- D-43, “[...] com certeza vou trabalhar de motorista de ônibus na empresa Reginas ou na Carioca, é tudo o que eu quero, é meu maior sonho e Deus vai me ajudar a chegar lá”.
- L-30, “[...] ainda não tenho planos, não sei o que vou fazer.”
- A-34, “[...] penso em trabalhar e gostaria de fazer isso em alguma loja do shopping, mas eu tenho que saber ler e escrever e ainda não sei³⁰”.

E assim, seguimos adiante em nossa investigação para adentrarmos o universo das tecnologias e usabilidade da mesma na vida das pessoas com deficiência intelectual.

²⁹ Achamos que ela não quis responder a pergunta e referiu-se apenas ao término do ano letivo, já que após essa frase disse de forma desconexa, em tom bem baixinho, que se deixasse aquele espaço, partiria para novas conquistas.

³⁰ Ao proferir essa frase a professora da turma estava presente e interrompeu a entrevista para falar que ele sabia sim, porque realizava cópias de textos propostos em sala de aula, que ele era um aluno copista. No entanto, o aluno não ficou satisfeito com a resposta e tornou a dizer que nunca conseguiu trabalho porque só sabe escrever o nome mas não sabe ler e escrever sobre outras coisas e quer muito.

4.4 Uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por pessoas com deficiência intelectual

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) vêm tomando conta de nossas vidas em diferentes instâncias e oportuniza a abertura de muitas frentes em inúmeras áreas de aplicação, como sugerimos ao abordar sobre as Humanidades Digitais e as diversas áreas do conhecimento em que podemos aplicá-la ao propor a conquista de saberes em diferentes e novos espaços de informação, conhecimento e aplicabilidade de novas plataformas, principalmente, no que tange a educação e a disseminação da ciência aberta³¹.

Verificamos, através dos relatos, que os estudantes da instituição analisada ainda não apresentam grande intimidade com as tecnologias e suas funcionalidades. Usam, em grande parte do dia a dia para diversão, comunicação e entretenimento, como podemos identificar no quadro a seguir:

QUADRO 4 – Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por pessoas com deficiência intelectual

ALUNOS	TEM CELULAR?	TEM COMPUTADOR?	USA AS REDES SOCIAIS?	TEM ACESSO A INTERNET?	O QUE FAZ ONLINE?
F-32	Sim	Não	♥ Facebook ♥ WhatsApp	Sim	Desenhos para pintar Estudar
W-18	Sim	Sim	♥ Facebook ♥ WhatsApp ♥ Instagram ♥ Twitter	Sim	Instalar App's
V-40	Sim	Não	♥ WhatsApp ♥ Youtube	Sim	Assistir programas
C-25	Sim	Não	♥ WhatsApp ♥ Youtube ♥ Facebook ♥ Instagram	Sim	Conversar com os amigos e estudar

³¹ É definida pela UNESCO como: "uma construção inclusiva que combina vários movimentos e práticas com o objetivo de tornar o conhecimento científico multilíngue disponível abertamente, acessível e reutilizável para todos, para aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e para abrir os processos de criação de conhecimento científico, avaliação e comunicação aos atores sociais além da comunidade científica tradicional" (<https://en.unesco.org/news/draft-recommendation-open-science-its-way-final-adoption>). (CIÊNCIA ABERTA, 2022)

T-40	Não	Não	Não	Não	-
D-43	Não	Não	Não	Não	-
L-30	Sim	Não	♥ Facebook ♥ Instagram	Sim	Escutar e gravar músicas
A-34	Sim	Não	♥ WhatsApp ♥ Facebook ♥ Instagram ♥ Twitter ♥ Youtube	Sim	Ver programas Pesquisar artistas Conhecer Museus

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

A instituição não oferece uma integração com essas ferramentas tecnológicas e tais inovações, assim como o acesso a internet³², para que possam explorar mais sobre suas aptidões, ligadas ao ambiente digital, a questão do ensino-aprendizagem e visar maior aplicabilidade sob o viés do preparo para as atividades laborativas e no desvelar de novas capacidades.

Lembramos que, aqui, estamos fazendo o uso da palavra tecnologia como sinônimo de tecnologias da informação e comunicação (TIC), que são aquelas que nos permitem tratar e difundir a informação por métodos artificiais e que incluem tudo o que esteja relacionado com os computadores e demais aparatos tecnológicos (Michaelis, 1998).

Como, mesmo com pouca adesão, a tecnologia permeia, de alguma forma, o universo de todos os entrevistados, exploramos ao máximo a busca dessas informações, como ilustraremos a seguir.

Dos oito alunos, seis tem celular e dois não tem, segundo T-40, só sua mãe tem acesso e apenas dentro de casa; e D-43 diz que já teve, mas atualmente não tem. Em relação ao computador, apenas um possui e utiliza com a supervisão dos adultos em sua residência, W-18 relata que "(...) uso com a ajuda de um adulto, porque é muito difícil e eu gosto de instalar aplicativos, jogos, ver filmes, fotos, imagens, ouvir música, estudar e pesquisar sobre um pouco de tudo".

³² Gostaríamos de salientar, que não entendemos tecnologia e inovação apenas pelos avanços dos aparelhos e dispositivos eletrônicos vigentes e sim, como todo e qualquer aparato, eletrônico ou não, que permitam "fabricar objetos e modificar ao meio ambiente, com vista a satisfazer as necessidades humanas" (LIMA; SILVA, 2012).

Os outros sete não tem computador em casa e nem acesso a um, seja na escola, casa de amigos, familiares e/ou em locais que frequentam. No entanto, quiseram compartilhar um pouco mais do que a simples resposta do sim ou não. Desta forma, V-40 nos informou que já teve um notebook mas o vendeu, T-40 não sabe usar e demonstrou um determinado pavor ao falar a respeito, L-30 nunca teve nem acesso e A-34 nunca usou um, mas tem uma grande vontade e curiosidade.

Dando prosseguimento a nossa investigação, verificamos que seis tem internet em casa e dois, T-40 e D-43, não. Na verdade T-40 e D-43 não possuem redes sociais, dispositivos tecnológicos e acesso a internet. Um dado de grande expressividade revelado é não terem acesso à internet na escola, seja através da própria instituição ou acessando dispositivos móveis próprios. Pela observação, nenhum deles, tirando F-32 detinha um aparelho nas mãos ou em suas mochilas.

Nas perguntas a seguir, falamos sobre as redes sociais e descobrimos que o WhatsApp está presente na vida de cinco de nossos entrevistados, assim como o Facebook está para cinco, o Instagram para quatro, o Twitter para dois e o Youtube para três, sendo importante observar que alguns estão em mais de uma rede, na verdade encontram-se em pelo menos duas e no máximo em quatro, como mostramos no Quadro 4.

Ficamos surpresos ao descobrir que D-43, mesmo tão comunicativo, carinhoso e simpático, nunca teve acesso as redes sociais e que L-30 já teve, mas atualmente não tem mais, ambos não quiseram tecer comentários a respeito e tudo bem, continuamos a nossa jornada rumo ao uso das tecnologias. A única fala que representa os dois é: “converso com meus amigos ao vivo” (Entrevistados D-43 e L-30, 2022).

Nesta análise conseguimos entender que o WhatsApp é utilizado para conversar com amigos, professores e familiares e as outras redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) para “fofocar” sobre a vida alheia, de forma generalizada (amigos próximos, vizinhos, artistas), pesquisar sobre assuntos diversos, a vida dos famosos em evidência, passando pelos artistas que são fãs e admiram, até chegar aos seus familiares, amigos e conhecidos mais próximos.

Já o Youtube tem múltiplas funcionalidades, assistem a filmes, clipes de músicas, canais de influenciadores digitais e escutam música, mas gostam de fazer isso através da televisão, não gostam da pequena tela dos celulares, demonstrando que possuem um aparelho no estilo SmartTV, com acesso a internet, ou a algum dispositivo, como o ChromeCast³³, para que possam “transformar” a televisão num aparelho que realiza o espelhamento das imagens e dos sons, através, por exemplo, do telefone celular.

Outro dado interessante a ser compartilhado é a utilização de algumas plataformas de streaming³⁴ como Globoplay e Netflix, ao citar que gostam de assistir e rever as novelas atuais e antigas e/ou capítulos de séries que estão disponíveis apenas nessas plataformas e não na grade das emissoras de TV aberta, assim como gostam de ver reality show.

F-32 dividiu conosco sua vontade de conhecer outros lugares que viu na internet, como os Estados Unidos, já que sua única viagem foi para Jacarepaguá, lugar que já considera bem distante, e onde esteve para a festa de parentes, mas nutre o desejo de ir além, porque conhecer novos lugares lhe traz felicidade.

A-34 também nos trouxe a informação de que adora ver as imagens das praias, porque um dia quer conhecê-las, além delas, aprecia os museus e gostaria de conhecer o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e, ainda, que nunca realizou uma compra pela internet e está ansioso por esse momento, mesmo que supervisionado (Entrevistados A-34, 2022).

³³ Dispositivo capaz de transmitir mídias, aplicativos e até editores de fotos para visualização na TV, sem precisar de cabos para ligar os dispositivos e tudo isso, sem a necessidade de trocar equipamentos ou comprar uma Smart TV para ter acesso a Netflix, Youtube e/ou várias plataformas de streaming. **Fonte:** <https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/10/chromecast-confirma-os-recursos-e-veja-por-que-vale-a-pena-ter-um.ghtml>

³⁴ É a tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo. Ex: Globoplay, NetFlix, Disney+, HBO Max, Prime Video etc. **Fonte:** <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-streaming/>

4.5 Experiências no Mercado de Trabalho das pessoas com deficiência intelectual entrevistadas

A abordagem desta etapa foi desafiadora, pelo pouco grau de envolvimento dos sujeitos na questão do trabalho. Os embates diários que vivenciam para enfrentar as adversidades e expor às suas fragilidades, diante das carências particulares e singulares que apresentam e, a partir daí, rumar para a conquista de novos espaços e oportunidades, que o “abracem” e acolham, visando proporcionar o maior desenvolvimento de suas habilidades e potenciais, para melhor capacitação e atuação nas atividades laborativas, nos parece um olhar, ainda, um pouco distante de suas realidades.

A presença dos trabalhos informais, diante das diferentes formações familiares, que visualizamos anteriormente, também nos proporcionam identificar algumas barreiras impostas pela sociedade, muitas dentro da própria família, para que haja pleno desenvolvimento e o exercício, da pessoa com deficiência intelectual, para sua maior presença no mercado de trabalho.

Tais barreiras se refletem nas respostas encontradas na pesquisa realizada e na falta de perspectiva, da maioria dos entrevistados, frente à abordagem realizada e suas experiências quanto a atuação junto ao mercado de trabalho e o vislumbre para uma futura participação na mesma.

O quadro abaixo nos revela algumas das informações obtidas, ao longo desta categoria, que abrange o questionário semi-estruturado, das questões 18 a 21, no qual encontramos os seguintes dados:

QUADRO 5 – Mercado de Trabalho

ALUNOS	PROCUROU EMPREGO?	JÁ TRABALHOU?	GOSTOU DA EXPERIÊNCIA?	O QUE FAZIA?	DESEJO PARA UM FUTURO NO TRABALHO
F – 32	Sim	Sim	Sim	★ Carregava areia, pedra e afins; ★ Recepcionista de uma Igreja.	♥ Trabalhar de novo; ♥ Fazer novos cursos.
W-18	Não	Sim	Sim	★ Trabalhou com o avô vendendo água, biscoitos e refrigerantes nas ruas.	♥ Ajudar a servir clientes; ♥ Receber dinheiro; ♥ Fazer contas; ♥ Ir ao banco.
V-40	Não	Não	-	-	-
C-25	Não	Não	-	-	-
T-40	Não	Não	-	-	-
D-43	Não	Não	-	-	♥ Ser motorista de ônibus.
L-30	Sim	Não	-	-	♥ Saber ler e escrever para poder trabalhar.
A-34	Não	Não	-	-	-

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

A partir das informações coletadas verificamos que dos oito entrevistados apenas dois, em algum momento da vida, procuraram emprego, enquanto seis não; dois já trabalharam, um inicialmente em uma atividade braçal, que exigia esforço físico, carregando sacos de areia, pedra, cimento e afins, e posteriormente como recepcionista na portaria de uma igreja Assembleia de Deus, experiência vivida pelo entrevistado F-32 e o outro, o aluno W-18, que, ainda sendo menor de idade, trabalhava informalmente com seu avô, vendendo água, biscoitos e refrigerantes nas ruas de Duque de Caxias.

Torna-se importante exibir a informação que dos oito entrevistados, quatro que nunca procuraram emprego, nunca trabalharam, conseqüentemente, não possuem experiência e não desenvolveram habilidades que pudessem ou quisessem expor. No que tange ao mostrar sobre se gostariam de trabalhar no futuro ou se

detinham algum desejo, relacionado as atividades laborativas, nada foi dito! Na maior parte do tempo ou ficaram em silêncio ou acenavam negativamente com a cabeça, mesmo sendo estimulados a apresentar suas visões com outras perguntas sobre o assunto. Sendo assim, respeitamos sua quietude e seguimos adiante em nossa entrevista, para que não ficassem constrangidos ou acuados.

Ao trazermos novamente a fala, sobre quando perguntados se já foram em busca de um emprego, os dois que se colocaram como sim, F-32³⁵ e L-30³⁶, este último ainda proferiu:

[...] eu procurei sim, mas nunca consegui... Inclusive fui procurar a vaga para trabalhar no mercado, como ajudante para colocar as compras na sacola dos clientes, mas nem me responderam, aí eu nem fui mais (Entrevistado L-30, 2022).

Já W-18, disse que nunca procurou, agora só pensa em estudar e os outros cinco participantes da pesquisa, não procuraram por uma ocupação que lhes rendesse um ofício.

E os levantamentos para quem já trabalhou não se transformam muito... Seis nunca tiveram um emprego e só F-32 e W-18 executaram alguma tarefa laborativa. F-32, com muito orgulho e otimismo para o futuro, nos disse:

[...] eu carregava sacos, saco de pedra, areia, cimento, de tudo que tinha. E no outro eu fazia recepção na Igreja Assembleia de Deus, ficava na portaria, todo vestido de terno e gravata, cabelo arrumado para receber as pessoas (Entrevistado D-43, 2022).

Enquanto isso W-18 nos surpreendeu, pela experiência, relato, maturidade e sensatez em suas palavras, o mais interessante é que ele foi o mais jovem de todos os entrevistados, e aquele que quase não conseguimos realizar a pesquisa por causa do transporte da Prefeitura. Além de F-32, W-18 foi o que mais apresentou experiência diante da questão do trabalho.

³⁵ Muito simpático e sorridente, mostrou-se alegre e esperançoso com a pergunta, diferente de seu colega, na nota abaixo.

³⁶ Ao longo da entrevista buscou ser bem realista e neste momento das questões sobre o mercado de trabalho ficou um pouco decepcionado e apreensivo.

[...] eu trabalhava com meu avô nos sinais e nas ruas de Caxias vendendo de tudo, refrigerante, água mineral, biscoitos, desde pequeno eu ia com ele para ajudar, entregava nas janelas dos carros, pegava o dinheiro, ajudava no troco, eu gostava muito, mas a minha avó não gostava não, dizia que era perigoso (Entrevistado W-18, 2022).

Finalizando esta categoria, sobre as experiências da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho, verificamos que tanto F-32 quanto W-18, os únicos que exercitaram dessa prática ao longo da vida, gostaram de adquirir essa bagagem no campo das atividades laborativas. W-18 ainda colocou:

[...] quero trabalhar novamente, gosto de ajudar as pessoas, servir os clientes, receber o dinheiro, fazer as contas pra ajudar o meu avô e quem sabe um dia, até ir ao banco sozinho para depositar dinheiro no envelope, sacar dinheiro no caixa eletrônico e aprender a mexer no app do banco, né? (Entrevistado W-18, 2022).

A informação mais relevante que constituímos até aqui é saber que mesmo que tenham sido poucas as relações estabelecidas com essa prática, elas foram bem diferentes e positivas, ambos os participantes desejam realizá-la novamente e se aventurar em novas possibilidades voltadas para o mercado de trabalho que se apresentem.

E ainda, mesmo sendo apenas dois entrevistados, dos oitos participantes da pesquisa, a exercem um ofício e a exprimir seus desejos futuros, outros dois, D-43 e L-30, trouxeram suas falas quanto ao desejo de, num futuro próximo, a vontade de realizarem tarefas que os leve a alcançar alguma área para atuação laborativa e/ou elementos que precisam desenvolver para atingir essa vivência. Como resultado, D-43 expôs que “quero ser motorista de ônibus da Regina’s ou da Carioca” e L-30 nos diz que “quero saber ler e escrever para poder trabalhar” (Entrevistados D-43 e L-30, 2022).

4.6 Sonhos e expectativas para o futuro...

Finalizando o capítulo 4, de resultados e discussões, trazemos a última categoria a ser analisada, a qual aborda a questão dos sonhos. Quando nos referimos a eles precisamos ter a sensibilidade de deixar claro a importância que o sonhar tem dentro da vida de todo ser humano.

Os sonhos podem compor, na existência de cada indivíduo, muitos significados, mas todos tem em si algum objetivo, mesmo que nunca exposto pelo sujeito, visando alcançar uma meta, seja ela tangível ou não. Soler (1988, p.80) acrescenta que “a encenação do sonho consiste em uma "porta entreaberta, em uma ruptura do quadro, em uma descontinuidade do tempo e do espaço, se presta a convocar um mais além - ou o lado de cá - da realidade" (Ravizzini, 2021).

O importante é fazer com que os sonhos tomem forma e possamos alçar voos cada vez mais altos, ao longo dessas jornadas. William Shakespeare (1611) já dizia que “somos feitos da mesma matéria que nossos sonhos”, então, que abramos nossas mentes para o sonhar e deixemos que cada um exponha seus sonhos diante da realidade que se lhes apresenta.

A capacidade de sonhar é o que impulsiona o ser humano no alcance de seus objetivos, conhecer os sonhos e expectativas para o futuro é fundamental para entender como assessorar a pessoa com deficiência intelectual em sua trajetória educacional e na transição para o mercado. Carvalho (2023, p. 25) salienta que “o jovem com deficiência, assim como qualquer jovem, ambiciona um espaço na sociedade, deseja bens de consumo, trabalhar e constituir família”.

No roteiro original desta entrevista, a pergunta 22 não fazia parte do processo, porém, ao compreender a importância da visão de futuros destes sujeitos, para a constituição de seus processos internos e pessoais, inclusive em como as TICs podem auxiliar no desenvolvimento de suas habilidades, optou-se por incluí-la.

Ao longo da trajetória do projeto, alcançamos momentos de ansiedade, expectativa, surpresa, alegria, fragilidade, emoção, descobertas, medos, fraquezas, trocas diferenciadas, sentimentos discrepantes e muitos elementos que nos tornaram ainda mais humanizados, sensíveis e empáticos diante da realidade apresentada.

É importante salientar que por sermos divergentes uns dos outros, independente de deficiência, o atravessar de cada experiência vivida nos atinge e transforma, de maneiras diferentes e, sem essa consciência, torna-se um pouco difícil o formular de uma reflexão consciente para a busca de soluções receptivas, adequadas e viáveis.

Sendo assim, nos aventuramos a perguntar sobre os sonhos e desejos, obtendo como respostas: viajar, comprar uma casa, constituir família, estudar, trabalhar – sonhos que todos temos e que são importantes enquanto motivadores de

nossas ações. Para Carvalho (2023, p. 132) “é preciso atuar para romper o círculo vicioso onde a pessoa com deficiência não tem espaço, voz ou poder de decisão sobre as questões relacionadas à sua vida”.

O quadro a seguir nos traz as falas referentes aos sonhos e desejos dos participantes da pesquisa:

QUADRO 6 - Sonhos e Desejos

“[...] viajar muito e ter uma mansão com piscina”. (F-32)

“[...] casar com a Jaiane, trabalhar num escritório ou laboratório para ganhar um bom dinheiro e comprar maquiagem, carro, avião para minha esposa. Também quero conhecer outros lugares do mundo, Estados Unidos, Portugal, França, Itália, China, Japão...”. (W-18)

“[...] estudar e andar muito na van da Prefeitura, já que colocaram ela para facilitar o transporte das pessoas com as mesmas deficiências que eu. Eu já sonhei em ir andando sozinha para a escola e para outros lugares. E hoje já realizei um sonho, dei a minha primeira entrevista”. (V-40)

“[...] fazer todas as minhas provas, passar em todas, estudar muito, para ganhar até os meus 30 anos o meu super telefone”.
(C-25)

“[...] quero muito conhecer o sítio que vão fazer a excursão. Já fui a praia mas só coloquei os pés na areia porque a água era muito forte, Eu quero ir a praia novamente mas agora quero poder entrar na água e tomar banho sem me machucar”. (T-40)

“[...] sonho em ser motorista de ônibus, esse é o meu maior sonho”.
(D-43)

“[...] sonho em trabalhar... Antes quero saber ler, escrever, assinar meu nome, pelo menos. Na outra escola não era legal, eu não fazia muitas coisas, não aprendia nada, não tinha estímulo para melhorar e evoluir, eu não gostava de fazer sempre as mesmas coisas, porque eu quero aprender. Minha avó me prometeu um tablete mas eu ainda não ganhei”. (L-30)

“[...] sonho em trabalhar, conhecer muitas praias e visitar muitos museus, como o MAR do Rio de Janeiro”. (A-34)

Fonte: Autora (Entrevistados, 2022)

Segundo Vygotsky (1997), é fundamental compreendermos e considerarmos o contexto social, no qual a pessoa com deficiência intelectual está inserida, para que assim possamos avaliar seu papel na sociedade. Desta forma, a imersão nos cenários naturais para o entendimento desses fenômenos e seus significados, envolvem uma abordagem interpretativa do “mundo”³⁷ no qual estão incorporados (Denzin e Lincoln, 2006).

Encerrando essa discussão, concluímos que as falas anteriores ajudam o leitor na composição para maior entendimento e associação dos relatos adquiridos, alguns muito tímidos e discretos, mas que identificam e demonstram a realidade de cada sujeito, para que não haja dúvida sobre o que buscam, sonham e desejam alcançar e/ou conhecer e, a partir daí, efetivem sua maior visibilidade, autonomia, abertura social e laborativa voltada para as pessoas com deficiência intelectual.

³⁷ Entre aspas, porque buscamos fazer alusão ao mundo de percepções individual, com características singulares, onde cada indivíduo envolvido na pesquisa interage, enxerga e ocupa, diante dos estímulos que recebem, as informações que lhes são ofertadas e da autonomia que lhes permitem adquirir, diante de suas realidades distintas, baseadas na formação familiar, formação escolar de seus responsáveis, tratamentos de saúde, redes de apoio e oportunidades que atravessam seus caminhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperança é a vontade de ter um mundo melhor, ter saúde e expectativa de que, lá na frente, tudo vai ser melhor. Para mim, são as mudanças pessoais positivas para uma vida melhor, com fé em Deus, acima de tudo.

Ednalda Da Conceição,
Recepcionista da Secretaria-Geral da Presidência, STJ, 2021

Diante dos resultados e das discussões levantadas no capítulo anterior, podemos verificar que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, já que conseguimos analisar as concepções sobre o mercado de trabalho de estudantes com deficiência intelectual em um município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

Ao identificarmos dados referentes à autonomia desses sujeitos dentro de suas rotinas domésticas, sociais, de formação acadêmica, uso das tecnologias, além de algumas de suas curiosidades, potencialidades e habilidades, fomos capazes de obter informações consistentes para entender que muito ainda precisa ser modificado em suas vidas, através da garantia de direitos, das políticas públicas, do processo de escolarização, nas redes colaborativas e no uso das tecnologias da comunicação e informação, para que sejam amplamente acolhidos e preparados para inserção nas atividades laborativas.

Analisando suas narrativas quanto às possibilidades em relação ao mercado de trabalho, nos deparamos com a desqualificação desses jovens adultos diante dessa perspectiva, numa visão ainda muito distante de suas realidades, já que muitos não se veem fora do ambiente escolar, outros nunca pensaram em se distanciar da escola e alguns, diante de tantas dificuldades vivenciadas ao longo de suas experiências, desistiram de alçar voos mais altos, diante das barreiras impostas pela sociedade e/ou pela dificuldade na aquisição de seus direitos.

No entanto, é clara a importância da escola dentro de suas rotinas, no desenvolvimento de suas capacidades e potenciais habilidades, que podem e devem ser estimuladas, para que a inserção no mercado de trabalho seja mais fluida, estabelecendo uma relação entre famílias, escolas, professores, estudantes, cursos preparatórios/profissionalizantes e o encaminhamento/acompanhamento para empresas.

Realizando uma transição estruturada, viável e mais adequada para a inserção das pessoas com deficiência intelectual, em atividades laborativas diversas, promovida por elementos inseridos gradativamente em suas rotinas, com atividades reais, assertivos e que estimulam seu pleno processo de capacitação ao longo de sua escolarização.

Nesse caminhar, as Humanidades Digitais precisam se fazer presente, como a junção das múltiplas áreas do conhecimento, principalmente a educação com as tecnologias da comunicação e informação, perpetuando no cotidiano de cada um desses sujeitos, um processo de formação e uma transição para o mercado de trabalho mais adequada.

O estímulo para o uso das tecnologias, presentes nas rotinas desses indivíduos, atuando como agente preparador, não só para socialização, mas como metodologia de preparação para o mercado de trabalho, representam um posicionamento tecnológico estratégico, já que tais dispositivos podem ser utilizados gratuitamente, promovendo o conceito de ciência aberta, são de fácil usabilidade e apresentam múltiplas funcionalidades, como citadas no Capítulo 2. Sendo úteis no desenvolvimento de suas habilidades e no preparo de cada sujeito, diante de suas particularidades e especificidades, visando o direcionamento para as empresas e instituições atuantes no mercado de trabalho, que fazem uso constante desses dispositivos em suas rotinas laborativas.

Desta forma, percebemos a colaboração para o desenvolvimento dos jovens e adultos com deficiência intelectual para a produção do conhecimento, a atuação da Educação Especial, ocorrendo de forma transversal à escolarização e profissionalização, realizando em muitas instâncias a inclusão e a inserção das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

A hipótese inicialmente levantada, na qual a pessoa com deficiência intelectual, tende a interagir com o universo das redes sociais (WhatsApp, Instagram, Twitter) para transmitir e trocar informações com pessoas do seu dia a dia, e ainda, partilhar tais conhecimentos com públicos diversos, acrescentando não só contatos a suas redes de socialização, mas também buscando novos conhecimentos e o aprimorar de suas capacidades para aquisição de maior autonomia junto a sociedade, é plausível, real e pode ser estimulada para que essa inserção seja ainda mais frequente.

No entanto, também há evidências que podem atuar no despertar de habilidades e competências específicas, tornando-se um elemento motivador, para sua participação junto a sociedade e a quebra de uma das muitas barreiras impostas por ela, na conquista de sua autonomia.

E ainda, suscitam motivações que objetivam alcançar novas soluções, pertinentes a delicada temática abordada, que podem ser levantadas através dos dados coletados e de novos questionamentos, que outros estudos tenham interesse em debater e pesquisar, mas que também envolvam aproximações como a nossa pesquisa e promovam a inserção das pessoas com deficiência intelectual junto à escola, mercado de trabalho, uso das TICs e ressocialização.

O trabalho em prol da inclusão da pessoa com deficiência intelectual, como um todo, e a ampliação dos seus direitos alusivos a sua formação como ser social, capaz de produzir, ser visível como ser social e cidadão de direito, para tornar-se um profissional qualificado e preparado, que pode estabelecer seu lugar no mercado de trabalho e no desenvolvimento de sua autonomia, faz-se urgente e abre discussão a muitos debates.

Sendo assim, após refletirmos sobre os dados adquiridos na realização desta pesquisa, muitas questões foram levantadas, assim como, informações sobre direitos, leis, educação, sociedade, mercado de trabalho e pessoas com deficiência intelectual. Para tal, podemos considerar que através deles obtemos um direcionamento para a busca de maior embasamento na verificação das peculiaridades referentes aos sujeitos envolvidos.

No engrandecer desta perspectiva, alicerçamos nosso referencial na proposição de mudanças, promovendo aos investigadores da área uma fonte de pesquisa que os propicie obter bases e dados relevantes, assim como futuros estudos, que contraponham esta pesquisa, com novos problemas e hipóteses a partir desta percepção.

No entanto para fortalecer os dados obtidos na abordagem sobre as concepções sobre o mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, considerando o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), verificamos que inúmeros obstáculos precisam ser superados.

A discriminação e o preconceito contra esses sujeitos persiste, impactando negativamente sua inclusão social. Aproximadamente 15% da população global vive

com algum tipo de deficiência, o equivalente a mais de um bilhão de pessoas em escala global. Esses números alarmantes destacam a magnitude do desafio que enfrentamos na busca por uma sociedade mais igualitária e acessível para todos (OMS, 2020).

Indivíduos com deficiência podem se deparar com obstáculos de diferentes naturezas, desde limitações físicas, como a falta de acessibilidade, até desafios emocionais, como a ausência de aceitação pela sociedade, seja em ambientes coletivos (escolas, hospitais, teatro, cinema) como nos individuais e familiares. Além disso, é comum que enfrentem dificuldades ao acessar serviços de saúde, educação de qualidade e alcançar posições de destaque no mercado de trabalho, o que impacta negativamente na sua qualidade de vida (OMS, 2020).

Desta forma, como explanamos anteriormente, em 2015 fora implementada a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, (Brasil, 2015), garantindo uma série de direitos as pessoas com algum tipo de deficiência. No entanto, nosso último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 (IBGE, 2023), ainda nos traz informações inquietantes, ao nos mostrar que totalizamos 18,6 milhões de brasileiros com deficiência, a partir dos dois anos ou mais de idade, correspondendo a 8,9% da população do país, sendo identificado um menor acesso à educação, trabalho e renda, dessas pessoas, segundo o módulo Pessoas com deficiência, da Pnad Contínua 2022 (IBGE, 2022).

Tal pesquisa ainda nos revelou informações preocupantes sobre a Educação, ao dizer que no terceiro trimestre de 2022, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5% e apenas 25,6% delas tinham concluído, pelo menos, o Ensino Médio (IBGE, 2023). E ainda, que a desigualdade persiste, mesmo entre as pessoas com nível superior, onde a taxa de participação foi de 54,7% para pessoas com deficiência em relação 84,2% para as sem deficiência (IBGE, 2023).

Na questão laborativa, demonstra que a taxa de participação na força de trabalho desses sujeitos era de apenas 29,2%, indicando que o nível de ocupação das pessoas com deficiência foi de 26,6%, menos da metade do percentual encontrado para as pessoas sem deficiência (60,7%). Aponta também que, cerca de 55,0% desses indivíduos trabalham e encontram-se na informalidade. E ainda nos leva a triste constatação, onde o rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas com deficiência foi de R\$1.860, enquanto o rendimento das pessoas ocupadas sem deficiência era de R\$ 2.690 (IBGE, 2023).

Ou seja, ainda temos muito a desenvolver e mudar para garantir a inclusão plena e a participação ativa das pessoas com deficiência intelectual na sociedade. É um processo que requer o envolvimento de todos os setores da comunidade, sendo fundamental que governos, organizações e indivíduos estejam engajados na promoção de políticas e práticas inclusivas que permitam que esses indivíduos desfrutem de seus direitos e acessem serviços básicos essenciais.

Embora os dados do Censo 2022 sejam um reflexo da realidade, mas em si desanimadores, uma iniciativa nos traz esperança, encorajamento e mudanças, que visam o estabelecer de melhorias efetivas, incluindo pessoas, de fato, com deficiências, frente a essas demandas e a quebra de muitos paradigmas.

A mais recente prova disso é a Lei nº 11.477/2023 (Brasil, 2023), referente ao Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva, contando com membros permanentes dos ministérios que vão operacionalizar o sistema nacional de avaliação unificada da deficiência.

Os órgãos membros do Grupo de Trabalho são compostos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Casa Civil da Presidência da República, Conselho Nacional da Pessoa com deficiência, Ministério da Assistência Social, família e combate à fome, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência e Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Ainda com pouco tempo de vida, sua primeira reunião, ocorrida em 02 de junho de 2023 (MDHC, 2023), já estabeleceu não só um grupo, como um subgrupo (o qual tem como convidados o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Justiça, A Comissão de defesa da pessoa com deficiência da Câmara dos Deputados e a Comissão dos Direitos Humanos e legislação participativa do Senado Federal), de pessoas e órgãos, que (re)unidos visam a revisão, modificação e transformação das políticas públicas, mas também a constante discussão das necessidades das pessoas com deficiência, propostas por seus participantes, de inúmeras instâncias, como podemos observar através de uma das falas proferidas no Seminário de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência:

[...] esse decreto foi criado numa perspectiva de implementação de um sistema nacional de avaliação unificada da deficiência e foram chamados para fazer parte quem vai fazer a avaliação. Os demais ministérios, que são

fundamentais quanto aos que já compõe a formação fixa do grupo de trabalho, são convidados permanentes e fundamentais que construirão com as suas políticas de transformação, juntamente com a construção do sistema de avaliação unificada da deficiência. Esses ministérios são os da Educação, do Trabalho, da Cultura e dos Esportes (MDHC, 2023).

Através dessa iniciativa, que ainda conta com o grupo fixo de convidados formados por representantes que incluem pessoas com deficiência dos ministérios da Educação, Trabalho, Cultura e dos Esportes, podemos verificar a perpetuação da famosa frase “nada sobre nós, sem nós”, proferida há 20 anos, na Declaração de Madri (2002), e tornando-se um lema na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente ao ser adotada no documento oficial do Ministério da Saúde sobre as estratégias dos serviços para as pessoas com dificuldade de aprendizagem (Sassaki, 2001).

Vislumbramos então muitos significados tomando corpo, e que a produção contínua de possibilidades, trazem maior acesso à construção de conhecimentos diversos, que proponham o engajamento intersetorial, demonstrando a importância do envolvimento de todos os saberes, visando a equidade de ações e pensamentos.

Nossa pesquisa referenciou a importância da escola no processo de autonomia, aprendizado, visibilidade, promoção de novos estímulos, ampliação dos sonhos, o eclodir de habilidades, assim como o aperfeiçoamento de suas curiosidades, proporcionando crescimento do ser humano e abrindo portas para sua inserção no mercado de trabalho ou em novas frentes dentro do universo acadêmico.

Essas conquistas permitem que barreiras, como a do preconceito, sejam quebradas e a limitação imposta pela sociedade a esses sujeitos, repensada. Perceber que não há inclusão sem acessos é um grande começo para a conquista de novos espaços, que agreguem a participação das pessoas com deficiência intelectual. Como relata o ativista de direitos das pessoas com deficiência, Tom Shakespeare:

Reconhecer a perícia e a autoridade das pessoas com deficiência é muito importante. O movimento das pessoas com deficiência se resume em falar por nós mesmos. Ele trata de como é ser uma pessoa com deficiência. Ele trata de como é ter este ou aquele tipo de deficiência. Ele trata de exigir que sejamos respeitados como os verdadeiros peritos a respeito de deficiências. Ele se resume no lema Nada Sobre Nós, Sem Nós (Sassaki, 2001).

A proposta de novas vivências tende a transformar os indivíduos de forma sensível, independente de suas deficiências. Essa abertura de portas estimula o tecer de novas histórias em suas vidas, amplia a capacidade do aprendizado, estimula a inserção das tecnologias em suas rotinas (diárias, familiares, escolares e laborativas), oportuniza amplos campos de capacitação, transforma a tecnologia e a inovação em aliadas na busca de informação, treinamento e diferentes formatos de comunicação. Trocas simples, mas diferenciadas que incluem e proporcionam sua plena participação social.

E não podemos deixar de lado a presença da família em todo o processo. A capacitação e participação efetiva do núcleo familiar, tenha ele a formação que for, para o crescimento da pessoa com deficiência intelectual é fundamental. É através dele que as mudanças no social, individual e coletivo vão se apresentar. Além da troca constante da família com a escola e sua presença em todo processo, inclusive para maior segurança e facilidade para o resguardo de seus direitos (Redig, 2014).

A mudança de cultura em relação a esses indivíduos. Estereótipos e preconceitos que muitas vezes cercam essa população devem ser desconstruídos, e uma cultura de inclusão e respeito à diversidade deve ser promovida.

Nesse processo a sensibilização desempenha um papel crucial sobre a importância da inclusão e a necessidade de eliminar as barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência intelectual na sociedade.

Por fim, é essencial ressaltar a importância da participação ativa das pessoas com deficiência intelectual na tomada de decisões e na formulação de políticas. Isso não apenas promove a inclusão social e a igualdade de direitos, mas também permite que esses sujeitos expressem suas opiniões e necessidades, tornando-se agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

ESPERANÇAR

O significado de esperança assume formas diferentes para cada pessoa. Há os que se agarram a ela em todas as situações da vida. Os que lembram da sua existência apenas quando a vida impõe provações. E os pessimistas que preferem ignorá-la por completo e assumir que a vida é dura e pronto.

Carolina Samamorano,
Repórter, Saúde Plena, 2015

Visando a prática de um novo mundo com diferentes ações, atitudes e sentimentos mais genuínos, deixo neste trabalho o meu sentimento no ESPERANÇAR.

Um dos pontos que gostaria de relatar, foi o prazer de fazer parte do grupo de pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) e as inúmeras trocas que obtive, assim como a oportunidade de conhecer pessoas incríveis e trabalhos que mudam a vida de muitas famílias e fazem a diferença numa sociedade tão desigual.

O projeto Pró-inclusão foi um divisor de águas... Uma oportunidade de conhecer alunos, professores, familiares e iniciativas tão incríveis, diferenciadas, inesperadas e falas tão simples e ao mesmo tempo tão sensíveis, que mudaram completamente a minha perspectiva de vida, o meu agir e posicionamento em muitas questões pessoais e sociais.

A assistente social que existe dentro de mim, e está meio descansada, gritou forte e vibrante, para que um movimento diferente seja manifestado, realizado e realmente implementado, com urgência.

Sempre acreditei que ser diferença não era nada demais, apenas um elemento desconhecido que ao se tornar palpável, visível, tangível, poderia ser desmistificado. A diferença nunca esteve presente para nos separar, na verdade ela deveria nos "igualar", já que não somos diferentes uns dos outros? Cada um com suas singularidades? A diferença nunca deveria ser um elemento que nos separa!

A esperança de construirmos um mundo mais humano, onde a diversidade exista, não apenas para nos separar mais e mais, e sim para nos preencher, agrupar, unir forças e assim possamos seguir adiante, num formato mais leve, sensível e desconstruído, onde tenhamos a capacidade de enxergar e encarar o novo sem grandes impactos, porque ele sempre virá.

Hoje detemos limitações, porém que o amanhã nos reserve gratas surpresas e nos permita alcançar recursos de entrega, mudanças genuínas, novos conceitos, atitudes, pensamentos e ações...

Que os reais excluídos sejam os medos, as fraquezas, as injustiças, porque seres incríveis estão aqui para nos ensinar que não há limites para quem almeja o melhor, para quem quer mais, quem trabalha em prol de trazer o melhor de si para o outro, a empatia nunca esteve tão “na moda” quanto na atualidade.

E por tudo isso, a esperança apareceu por aqui!

Além de uma figurinha, recebida pelo WhasApp, que não saiu da minha cabeça, onde uma bonequinha rega um vasinho de planta e embaixo vem escrito, esperar... Aquela imagem, a princípio boba, não me deixou mais, acho que foi porque eu queria fazer mais, escrever mais e ser mais, mas a coisa não saía.

Aí resolvi pesquisar mais sobre o verbo esperar, e não é que eu me deparei com um texto que eu nem conhecia de Paulo Freire (1992)? Chocada, mas feliz, achei o meu desfecho que diz assim:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;
 porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.
 E esperança do verbo e sperar não é esperança, é espera.
 Esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir,
 esperar é não desistir!
 Esperar é levar adiante,
 esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...

(Freire, 1992)

E olha que incrível até onde o esperar me trouxe... Inspirada por ele, tentarei contar, rapidamente, nos versinhos a seguir, um pouquinho da minha história até chegar por aqui...

*Meu mundo começou numa festa,
 nasci em plena comemoração.
 Atrapalhei o aniversário da minha avó
 Levando a todos para mais uma emoção.
 Depois, com as minhas faltas de ar,
 Muitos sustos proporcionei,
 Precisei ajuda buscar,
 E ao nadar e bailar melhorei!
 No ballet encontrei minha primeira paixão,*

*Nela 15 anos fiquei, mas a bailarina apaixonada,
 precisou se refazer outra vez.
 Embora ele ainda habite os meus sonhos,
 talvez nessa vida, não tenha sido a hora e nem o lugar,
 porém tive plena convicção, que sem paixões eu nunca iria ficar!
 Rumando sem destino, acabei parando na Comunicação,
 Por mais que a Psicologia já detivesse espaço em meu coração.
 Publicitária me tornei, antes disso virei mãe,
 Solteira mas com família, trouxe alegria (e claro que também decepções)
 para os meus velhos corações (pais e avós)
 O tempo foi passando...
 Muitas emoções vivi, e parece que foi fácil, mas Jesus,
 como foi bem difícil chegar até aqui.
 Preocupações, perda de seres incríveis (tios, vô, pai, vó),
 Momentos de dor, que infelizmente sofri.
 Mas nada em nossa caminhada é em vão
 E os desconsolos me transformaram,
 trouxeram o amadurecimento,
 que a muito eu precisara para chegar até aqui.
 Vivências indescritíveis, fizeram parte do pacote,
 foram fundamentais para essas mudanças,
 E o Serviço Social acabou somando nessa balança!
 Ciclos importantes ficaram marcados em minh'alma,
 Mentas, vozes e instantes que não param de humanizar essa rebelde ariana.
 Os anos passaram voando, a família diminuiu, o bebê tornou-se adulto
 E virei professora no susto/surto.
 A academia voltou ao prumo.
 Nessa eterna "brincadeira" de erros, acertos e descobertas,
 Fui parar num mestrado de mentes totalmente inquietas.
 Deparei-me com o programa de Humanidades Digitais,
 Onde a difusão dos saberes nunca é demais,
 E olha como a vida é fantástica, certa e imprevisível,
 Colocou no meu caminho uma mulher
 desbravadora, visionária e incrível.
 Seu nome é Márcia Pletsch
 E ela não anda sozinha,
 Acompanhada por grandes escudeiras*

(Maíra, Mariana, Miriam, Daniela, Saionara, Sheila, Érica, Leila, Aline, Simone, Sara)

e uma vasta falange de mulheres guerreiras.

Luta por pessoas invisíveis, excluídas e discriminadas,

E que no entanto são seres sensíveis,

capazes e mais que especiais,

que muito acrescentam e nos ensinam,

em nossa longa e incansável jornada.

(Rodrigues, 2023)

RODRIGUES, Alba Valéria Vargas

13/07/2023 – 09/11/2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ALMEIDA, PAULINE & JANONE, Lucas. “Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, segundo IBGE”. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/brasil-tem-mais-de-17-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/>. Acesso em: 28 de março de 2022.

ALVES, D. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História nº 69**, 2016, 91-103. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2496>. Acesso em: 28 de março de 2022.

ANDRADE, F. C. Crianças com deficiência física: da exclusão à inclusão social. **Revista de Educação**, 31(1), 15-26. 2006

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO (AAIDD). **American Association on Intellectual and Developmental Disabilities**. Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports, 11th ed. 2010.

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E RECUPERAÇÃO EXCEPCIONAL (ADERE). Desenvolvimento do deficiente intelectual. Disponível em: https://www.labor.org.br/?gclid=CjwKCAiAgbiQBhAHEiwAuQ6BkillCwG-aIPGRfTnq2gaYSAFFahnYoxVt1-JcnnyXPzDu8xtuv0yFBoCellQAvD_BwE. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) de São Paulo. **Projeto Emprega+**. Disponível em: <https://www.apaesp.org.br/site/projeto-emprega>. Acesso em: 31 mar. 2023.

AZEVEDO, R. P. et al. Tecnologia assistiva e suas implicações na inclusão escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 50-63, ago. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tecnologia-assistiva>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BRAGA, S. S.; OLIVEIRA, R. V. Educação Especial e Inclusão Escolar: Desafios e possibilidades para a formação docente. **Revista de Ciências Humanas e Sociais, Franca**, v. 13, n. 3, p. 9-19, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.unesp.br/index.php/revistacihus/article/view/13639>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BORGMAN, C. L. “The digital future is now: a call to action for the humanities”. **Digital Humanities Quarterly (DHQ)**, 3 (4), 1–30, 2009. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/4/000077/000077.html>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BOSA, C. A.; CALLAI, H. C. Família e educação inclusiva: contribuições para a construção de uma escola para todos. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 23, n. 1, p.

153-160, jan./abr. 2019. DOI: 10.1590/2175-3539/2019/02313117. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000100153&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: [BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília, 1996.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20apoio%20%C3%A0s,P%C3%ABblico%2C%20define%20crimes%2C%20e%20d%C3%A1. Acesso: 17 mar. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei nº 3298**, de 20 de dezembro de 1999. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: [BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 17 mar. 2023.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=D3298&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso: 17 mar. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15**. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei de Cotas nº 8.213/91**. Brasília, 1991.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: [BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm\). Acesso em: 27 mar. 2023.](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2017/MatrizConsolidacao/comum/37518.html#:~:text=No%20%C3%A2mbito%20espec%C3%ADfico%20do%20setor,psicol%C3%B3gica%2C%20fisiol%C3%B3gica%20ou%20anat%C3%B4mica%3B%20a. Acesso: 17 mar. 2023)</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11477**, de 06 de abril de 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 abr. 2023. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11477.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 359-379, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005>. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGGRRYtXpZDHDNmM6XXhGzf/?lang=pt#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Salamanca%20\(1994,especiais%20n%C3%A3o%20frquentassem%20a%20escola](https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGGRRYtXpZDHDNmM6XXhGzf/?lang=pt#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Salamanca%20(1994,especiais%20n%C3%A3o%20frquentassem%20a%20escola). Acesso em 08 mar. 2023.

CAIXETA, Izabella. “**Panorama sobre pessoas com deficiência no Brasil em 2022**”, em 28/01/2022. Estado de Minas, Diversidade, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/01/28/noticia-diversidade,1337310/panorama-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil-em-2022.shtml>. Acesso em: 28 de março de 2022.

CÂMARA, L. S. S.; OLIVEIRA, M. A. Tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade na educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 25, n. 1, p. 37-52, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382501000037. Acesso em: 03 abr. 2023.

CANTORANI, J. R. H. et al. A dimensão da deficiência e o olhar a respeito das pessoas com deficiência a partir dos recenseamentos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 159–176, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NwmT3nBfTnbQT5yqX4t9vXv/?lang=pt#ModalFigf05>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; COSTA, Maria Carolina Branco. Tecnologia e deficiência intelectual: práticas pedagógicas para inclusão digital. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, p. 706-719, 2017.

CARVALHO, Ana Cristina de. Plano Individual de Transição para vida adulta para pessoas com deficiência intelectual. **Anais V CEDUCE**, v. 2, 2018.

CARVALHO, Ana Cristina de. **O adulto que posso e me permitem: o desafio do processo de transição para a vida adulta da pessoa com deficiência**. TESE (Doutorado), Universidade do estado do rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES DE CASTRO, S. & BOUERI, Iasmin & FERREIRA, Kristina. Deficiência intelectual: atualização do conceito, formação e práticas pedagógicas. *Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology*.. 2. 231-240. 10.17060/ijodaep. 2023.n1.v2.2512.

CASTRO, S. S.; MENDES, L. C. D.; LOPES, R. E. M. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 631-644, 2020. DOI: 10.1590/s1413-65382620000400008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho**. Eguimar Felício chaveiro, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (organizadores). 1ª edição, Goiânia:/Kelps, 2018.

CHURCHILL, Gilbert. Marketing research: methodological foundations. 2a ed. The Dryden Press. 1998.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo. **Trajetória acadêmica de estudantes com deficiência no Ensino Superior do Brasil e de Portugal: contribuições da Psicologia**. 2020.

CIÊNCIA ABERTA. Sobre o projeto. **O que é Ciência Aberta?** USP, 2022. Disponível em: [https://cienciaaberta.usp.br/sobre-o-projeto/#:~:text=A%20Ci%C3%Aancia%20Aberta%20\(Open%20Science,e%20para%20toda%20a%20sociedade](https://cienciaaberta.usp.br/sobre-o-projeto/#:~:text=A%20Ci%C3%Aancia%20Aberta%20(Open%20Science,e%20para%20toda%20a%20sociedade). Acesso em: 10 nov. 2023.

DA SILVA VENCATO, Letiara; WENDLING, Maria Isabel. A percepção da família sobre o desenvolvimento da autonomia nas pessoas com deficiência intelectual. **Revista Universo Psi**, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2020.

DECLARAÇÃO DE MADRI. **Declaração de princípios e recomendações para a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência**. Madri, 23 mar. 2002.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, S. DE S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. DE .. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 2, p. 169–182, abr. 2013.

DINIZ, D., BARBOSA, L., SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Revista Internacional De Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009.

DUARTE, G. S. S.; NETO, J. S. C. Tecnologia da informação e comunicação na inclusão escolar de alunos com deficiência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 59-75, fev. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tecnologia-da-informacao>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. “IBGE revela que 67% de pessoas com deficiência não têm instrução adequada”, em 27/08/2021. Estado de Minas, Diversidade, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/08/27/noticia-diversidade,1299592/ibge-revela-que-67-de-pessoas-com-deficiencia-nao-tem-instrucao-adequada.shtml>. Acesso em: 28 de março de 2022.

FALCÃO, C. F.; CORRÊA, L. C. A Tecnologia Assistiva como Ferramenta de Inclusão na Educação Especial. **Revista Docência do Ensino Superior**, São Paulo, v. 10, p. 1-15, 2020.

FÁVERO, E. A.; BUENO, J. G. S.; GALVÃO, R. B. A formação continuada de professores da educação especial no contexto das políticas públicas brasileiras. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 53-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/31336>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FERREIRA, A. L.; NASCIMENTO, R. B. A história da educação especial no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, n. 148, p. 1-21, jan./mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2023.

FIGUEIREDO, Rita Vieira; ROCHA, Silvia Roberta da Mota; POULIN, Jean Robert. Contribuição da inclusão digital na afirmação de sujeitos com deficiência intelectual. **Rev. Diálogo Educ., Curitiba**, v. 19, n. 61, p. 809-825, abr. 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2019000200809&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2023..

FONSECA, F. A. G.; SOUZA, L. A. Formação continuada de professores para a inclusão de alunos com deficiência. **Revista Diálogos Possíveis**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 71-82, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufu.br/index.php/dialogospssiveis/article/view/60552>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FREDERICO, Jacqueline Caroline Costa; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 465-480, 2020.

FREIRE, Gilberto. **Pedagogia da esperança: em reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa** (1992). 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GLAT, Rosana; NUNES, Liane. Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 63, p. 121-136, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/index>. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/1402>. Acesso em: 08 mar 2023

GOMES-MACHADO, Maria Luiza. **Efeitos de um programa de capacitação profissional em um grupo de pessoas com deficiência intelectual**. 2012.

GOMES Redig, A., Vimercati, C. C. C. V., Oliveira, D. . A. R. de F., Barreto, M. da S. C., Traverso da Conceição, M. T. da C., & Coelho, V. C. Formação Continuada Docente em EaD em Tempos de Pandemia: Contribuições para a Prática Pedagógica na Perspectiva da Educação Inclusiva. **EaD Em Foco**, 10(3), 2021 Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1230>. Acesso em: 03 abr. 2023.

GUIMARÃES, T. A.; LUCHESI, L. B. Formação de professores para a Educação Especial: um estudo sobre a percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 25, n. 1, p. 109-124, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382019000100109&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 abr. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH (ONG). **Relatório Mundial 2022**. Nossa Revisão Anual dos direitos humanos ao redor do mundo. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022>. Acesso: 17 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: O Papel da Lei de Cotas**. Nota Técnica nº 74. Brasília, 2020. 24 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/201124_notatec_74_pcd.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 24 mar. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2020**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censodigital.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IBGE. **PNAD Contínua: Características gerais dos moradores e dos domicílios 2012-2021**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IBGE. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Pessoas com deficiência, da **Pnad Contínua 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IBGE. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDH**. 07 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 07 jul. 2023.

KITTEL, Rosângela **Facebook: as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital à luz dos princípios da autoadvocacia**. 2017.

LIMA, Jéssica. R. A.; SILVA, Jordany G. Tecnologia: Conceitos e percepções discentes de nível tecnológico. **Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**, Palmas/TO, 2012. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/4105/2753>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

MACHADO, Maria Luiza Gomes. Deficiência mental: conduta familiar ambivalente no processo de inclusão profissional. **Temas desenvolvidos**, p. 63-68, 2006.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho et al. **Capacitação de pessoas com deficiência intelectual para o trabalho: estudo de caso de um curso de capacitação profissional**. 2012.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual**. Curitiba: Appris, 2016.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho.; REDIG, Annie G. Plano Educacional Individualizado para alunos com deficiência intelectual: desenho para o atendimento educacional especializado. In: **I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva. 13ª Jornada de Educação Especial-Desenhos Contemporâneos de Educação Especial e inclusiva: Fundamentos, Formação e Prática**. Marília: UNESP, 2016.

MENEZES, Daniela. **Inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho: desafios e possibilidades**. Curitiba: Appris, 2021.

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. **Palavra Tecnologia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 (Dicionários Michaelis). 2259p.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (MDHC). **Seminário de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência**. 07 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jVcg19ULvWY>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2021). **Ministério da Economia divulga dados do emprego no Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oOSTKX6kNsM>. Acesso: 17 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Declaração de Madrid: o papel dos arquivos para a democracia**. 04 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/declaracao-de-madrid.: Acesso em: 12 jul. 2023.

MOREIRA, J. F. G.; CHAVES, S. S. Educação especial no Brasil: uma análise das políticas públicas e dos avanços e desafios na garantia do direito à educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 26, n. 1, p. 119-136, 2020.

MOTA, E. D. S.; LIMA, A. F. A.; SANTOS, R. S. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: o papel das empresas na promoção do trabalho decente. **Revista de Ciências Humanas**, v. 18, n. 1, p. 17-32, 2021. DOI: 10.29293/rch.2021.1801002.

MOVIMENTO WEB PARA TODOS. **Web para Todos 2020: Análise de Acessibilidade dos Sites do Governo**. São Paulo: W3C Brasil, 2020. Disponível em: <https://webparatodos.org/wp-content/uploads/2020/10/webparatodos-2020-sites-do-governo.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

NOTESS, G. R. The Internet as an On-line Service: Bibliographic Databases on the Net. Database, v. 19, n.4, p.92-95, ago./set. 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Deficiência [recurso eletrônico]: relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução: Luciane S. Prado. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2104842>. Acesso em: 23 mar. 2023.

OMS. **World report on vision**. Geneva: World Health Organization, 2019.

OMS. Deficiência. Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/topics/disabilities/pt/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

OMS. Deafness and hearing loss. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, 2006.

ONU. **Relatório Anual**. Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anuar_2022.pdf. Acesso: 17 mar. 2023.

O GLOBO. Quase 70% das pessoas com deficiência no Brasil não concluíram ensino fundamental; apenas 5% terminaram faculdade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/quase-70-das-pessoas->

com-deficiencia-no-brasil-nao-concluíram-ensino-fundamental-apenas-5-terminaram-faculdade-25170593>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PADRÃO, Mariana dos Santos; REDIG, Annie Gomes. Pensando a inserção em atividades laborais para pessoas com deficiência intelectual. **X Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias Liberdade acadêmica, produção e circulação de conhecimentos (REDES)**. 2019.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. **IBGE. 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=resultados>. Acesso em: 26 mar. 2023.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DA CAXIAS. **SME, 2015**. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/wp-content/uploads/2015/02/PME-2015-2025-PARTE-II1.pdf>; Acesso em: 13 set. 2023.

PLETSCH, Márcia Denise. **Programa Intersectorial de Inclusão Educacional e Laboral de Pessoas com Deficiência (Pró-Inclusão)**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. 2 ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

PLETSCH, Márcia Denise; CZAPSKI, J. C. A importância da prática pedagógica na formação de professores para a educação especial. **Revista Práticas Docentes**, Guarapuava, v. 5, n. 2, p. 19-33, 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/praticasdocentes/article/view/5844>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PLETSCH, Marcia Denise; CALHEIROS DE SÁ, Miriam Ribeiro; LUNARDI MENDES, Geovana Mendonça. A favor da escola pública: a intersectorialidade como premissa para a educação inclusiva. **Revista Teias**, [S.l.], v. 22, n. 66, p. 11-26, ago. 2021. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/58619/38784>. Acesso em: 05 jul. 2023.

RAVIZZINI, Simone; BALDIN, Talita. A interpretação dos sonhos e sua relação com o significante: um achado que implica a dimensão da perda. **Tempo psicanalítico**, v. 53, n. 1, p. 58-83, 2021. REDIG, A. G., & Mascaro, C. A. A. de C. Formação docente na perspectiva da educação inclusiva pelo viés do Instagram. **Educação**, v. 10, n. 3, p. 133-144, 2021.

REDIG, Annie Gomes.; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho.; GLAT, Rosana. A vida pós-escola para a pessoa com deficiência intelectual: uma análise a partir de seus relatos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1824-1835, out./dez. 2020.

REDIG, Annie Gomes et al. **Aplicação e análise de um programa customizado para a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais**. 2014.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. A exclusão e seus desdobramentos oriundo de uma pandemia: reflexões a partir do movimento por uma escola inclusiva para estudantes com deficiência. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, p. 139-156, 2020.

REDIG, Annie Gomes; GLAT, Rosana. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. **Ensaio:**

Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.l.], v. 25, n. 95, p. 330-355, may 2017. ISSN 1809-4465. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/869>. Acesso em: 20 mar 2022.

RODRIGUES, David. Política de inclusão escolar e deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 9, no 1, p. 29-42, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382003000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mar 2023

SANTOS, M. F. M.; MOLINA, S. M. G. Tecnologia Assistiva como Recurso de Inclusão Digital e Educacional para Alunos com Deficiência. In: **Anais do VI Congresso Internacional de Tecnologia Educacional**, São Paulo, 2019. p. 439-443.

SANTOS, Jusiary Pereira da Cunha dos; VELANGA, Carmem Tereza; BARBA, Clarides Henrich. Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. **Revista educação e cultura contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 313-340, 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3237/1664>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SANTAROSA, L. M. C. Telemática y la inclusión virtual y social de personas con necesidades especiales: un espacio posible en la Internet – **RIBIE 2000** – Chile. Disponível em: <http://www.c5.cl/ieinvestiga/actas/ribie2000>. Acesso em 21 jan. 2015.

SANTAROSA, L.M.C. Inclusão Digital: espaço possível para pessoas com necessidades educativas especiais. **Revista Centro de Educação**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5065/3063>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SANTOS, Silva. **A reflexividade sobre competências docentes no ensino de jovens e adultos com deficiência intelectual para a vida pós-escola**. Tese (Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde), UFF, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SAÚDE PLENA. **Esperança: quando o tempo fecha em nossas vidas, sentimento pode ser muito útil para integridade física e mental**. Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2015/01/01/noticias-saude,188302/esperanca-quando-o-tempo-fecha-em-nossas-vidas-sentimento-pode-ser-m.shtml>> Acesso em : 01 de dezembro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://portal.smeduquedecaxias.rj.gov.br/reestruturacao-curricular/> Acesso em: 12 set. 2023.

SHAKESPEARE, William. **A tempestade**, 1611.

SOBRINHO, R.C.; CUNHA, M. I. C; PANTALEÃO, E. O programa benefício de prestação continuada na escola e os imperativos da inclusão produtiva: apontamentos. **Rev. Teoria e Prática da Educação**. v. 19, n.1, p. 147-160, Janeiro/Abril 2016.

SOLACE WOMEN'S AID. **Including people with intellectual disabilities in the workforce**. Londres, 2022. Disponível em: <https://www.solacewomensaid.org/sites/default/files/2022->

01/Including%20people%20with%20intellectual%20disabilities%20in%20the%20workforce.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

SOUTO, Maricélia Tomáz de, LIMA, Beatriz da Silva, PEREIRA, Erica Domingos e FARIAS, M.S. Givanildo Gonçalves de. Educação inclusiva no Brasil contexto histórico e contemporaneidade. **Anais I CINTEDI**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8712>. Acesso em: 27 de março de 2022.

SOUZA, L. A.; MANZINI, E. J. Formação de professores para a Educação Especial: revisão sistemática da literatura. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/educacaoemquestao/article/view/19687>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL (STF). Gestão de Pessoas. O que é esperança para você? 2021. Disponível em: <<https://egesp-portal.stf.jus.br/noticias/93#:~:text=%E2%80%9CEsperan%C3%A7a%20%C3%A9%20ter%20f%C3%A9%20e,os%20problemas%20e%20ficar%20bem%E2%80%9D.>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

TAVARES, E. A.; SILVA, E. C. F.; ZANCUL, M. S. A inclusão de alunos com deficiência na educação: a utilização das tecnologias de informação e comunicação. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 17, n. 39, p. 82-100, 2021.

UNESCO. Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Declaração de Salamanca**. Paris, 1994.

UNESCO. **Draft Recommendation on Open Science on its Way to Final Adoption**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/news/draft-recommendation-open-science-its-way-final-adoption>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

UPIAS: The Union of the Physically Impaired Against Segregation. **Fundamental principles of disability**. London: UPIAS, 1976.

VERONESE, Osmar; DILKIN, Ricieri Rafael Bazanella. Olhar crítico sobre as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 23, n. 51, p. 7885, 2019. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/7885/4467>. Acesso em: 05 jul. 2023.

YIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YIGOTSKI, Lev Semionovich. **Fundamentos da defectologia** (volume 5). Madrid: Visor, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: EDUSP, 2001. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/obra/5011/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude>. Acesso em: 24 mar. 2023

ZANATTA, Ana Cláudia Bortolozzi; BAÚ, Cláudia Maria. Inclusão social e educacional de pessoas com deficiência intelectual: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 617-632, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000400617&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mar 2023.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro Semiestruturado para Entrevista



Roteiro Entrevista Semiestruturada

PROJETO JUNTOS/PRÓ-INCLUSÃO

1. Nome: _____.
2. Qual o dia do seu aniversário? ____/____/____.
3. quantos anos você tem? _____.
4. Como se identifica:
() preto () branco () pardo () indígena () outro: _____.
5. Gênero:
() Feminino () Masculino () Outro: _____.
6. Escola: Escola Municipal Rui Barbosa – Duque de Caxias – Gramacho.
7. Conte-me um pouco sobre você e o seu dia a dia....
8. Com quem você mora?
9. E, quais são as atividades que você tem no seu dia a dia?
10. Você tem muitos amigos, frequenta à casa deles, eles estudam com você?
11. Como é a sua vida na escola?
12. O que você mais gosta de fazer lá?
13. Como você vai para a escola? Gostaria de ir sozinho? Anda de ônibus?
14. O que você pensa sobre trabalho? Você gostaria de trabalhar? Já pensou nisso?
15. O que você acha que sabe fazer bem? Por exemplo: ajuda em casa? Ajuda a cozinhar?
16. O que você gostaria de fazer quando terminar a escola? Gostaria de trabalhar? Por quê?
17. Agora vamos falar sobre internet e tecnologia...
 - 17.1 Você tem CELULAR? SIM () NÃO () Computador SIM () NÃO ()

17.2 Na sua casa tem internet? SIM () NÃO ()

17.3 E na escola? SIM () NÃO ()

17.4 Você tem WhatsApp? Tem Facebook? Instagram?

17.5 Você fala com seus amigos pelo WhatsApp?

17.6 O que você gosta de fazer quando entra na internet? (pesquisar sobre celebridades, estudar, fazer compras, conhecer novos lugares)

18. Já procurou emprego alguma vez?

19. já trabalhou?

20. Se já trabalhou, você gostou da experiência?

21. O que exatamente você fazia?

22. Quais os seus sonhos e desejos?

Apêndice 2 – Formulário de Consentimento Livre e Esclarecido



Título do projeto: PROGRAMA INTERSETORIAL DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E LABORAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PRÓ-INCLUSÃO) vinculado ao Projeto Guarda-Chuva Educação inclusiva em perspectiva intersetorial: comunicação, participação e aprendizagem de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus

Pesquisador responsável: Profa Dra Marcia Denise Pletsch

Contato: (21) 976218408 e-mail:marciadenisepletsch@gmail.com

Instituição responsável pela pesquisa: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), endereço: Av. Governador Roberto Silveira s/nº Moquetá – Nova Iguaçu – RJ CEP: 26285-060

Em consonância com a Resolução CNS nº 510/16 você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada PROGRAMA INTERSETORIAL DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E LABORAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PRÓ-INCLUSÃO) vinculado ao Projeto Guarda-Chuva Educação inclusiva em perspectiva intersetorial: comunicação, participação e aprendizagem de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. O objetivo desse projeto de pesquisa é Elaborar, implementar e avaliar um Programa Intersetorial de Formação Continuada de Inclusão Educacional e Laboral de Pessoas com Deficiência para profissionais que atuam nos Municípios de Queimados e Duque de Caxias, Baixada Fluminense/RJ.

A razão da sua seleção para participar, e do convite, é ligado à sua importância e implicação com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. Sua participação na etapa piloto do projeto, consistirá em frequentar as 10 sessões de grupo para discussão dos temas previamente desenvolvidos em ação colaborativa entre familiares e professores da rede desses dois municípios. Esses temas envolvem aspectos relacionados a inclusão social e educacional de crianças com deficiência.

Rubrica do pesquisador

Rubrica do participante

A participação no estudo é voluntária e você pode interromper a atividade a qualquer momento. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Identificamos riscos ligados a perda do anonimato e de privacidade. Para tanto, os pesquisadores envolvidos estarão em processo contínuo de identificação, avaliação e mitigação de riscos. Além disto nos comprometemos com as seguintes ações de proteção da sua privacidade e do seu anonimato: uso de senha e de códigos de acesso individual nos computadores que contenham dados da pesquisa; uso de computadores com Firewall e antivírus ativados e atualizados; o acesso direto ao material coletado no campo será restrito aos pesquisadores, protegido por senha.

Espera-se obter como benefício a inclusão escolar e social de crianças e adolescentes com deficiência, capacitação do corpo docentes das escolas públicas dos municípios em questão; desenvolvimento de protocolos de inclusão; Produção de indicadores sobre a inclusão educacional e laboral de pessoas com deficiência nos municípios participantes; melhoria das relações entre escolas, profissionais e famílias; melhoria da qualidade do cuidado prestado às crianças com deficiências; melhoria do vínculo entre famílias e as equipes das escolas, bem como o desenvolvimento de estratégias adequadas para inclusão laboral dessa população. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo protegido, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/16 e orientações da UFRRJ.

Rubrica do pesquisador

Rubrica do participante

Os produtos e resultados desta pesquisa serão divulgados periódicos e amplamente em comitês gestores de educação, reuniões científicas e técnicas da área da educação com os profissionais da área; conselhos municipais e estadual dos direitos das pessoas com deficiência, fóruns e demais espaços de participação e controle social, para que sejam encaminhados à todas as instituições que compõem a rede de cuidados às pessoas com deficiência e seus usuários. Caso venha a ter dúvidas, você poderá contatar a coordenadora do projeto Dra Marcia Denise Pletsch pelo email: marciadenisepletsch@gmail.com.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ, que se encontra à disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: eticacep@ufrj.br, fones: 021 26814749). O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Aprovação do Sujeito da pesquisa:

Eu, _____

declaro ter ciência dos propósitos da pesquisa e concordo espontaneamente em participar desse estudo.

Eu () autorizo ou eu () não autorizo a disponibilização dos dados em acesso aberto.

Assinatura: _____

Data: ___ / ___ / _____ Contato telefônico: (____) _____

Pesquisador que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Nome: _____

Assinatura: _____

Apêndice 3 – Protocolo de Ética nº 135/2021

18/01/2021

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=686885


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PARECER Nº 38 / 2021 - PROPPG (12.28.01.18)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Seropédica-RJ, 14 de janeiro de 2021.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 135/2021

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do zika vírus na Baixada Fluminense" sob a coordenação da Professora Dr^a. Márcia Denise Pletsch, do Instituto Multidisciplinar/Departamento de Educação e Sociedade, processo 23083.031153/2019-40, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

(Assinado digitalmente em 15/01/2021 10:00)

ALEXANDRE FORTES
PRO-REITOR(A) - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
PROPPG (12.28.01.18)
Matricula: 1308466

Processo Associado: 23083.031153/2019-40

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **38**, ano:
2021, tipo: **PARECER**, data de emissão: **14/01/2021** e o código de verificação: **1976d2146c**